

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

Revista Querubim

Letras – Ciências Humanas – Ciências Sociais

Coletânea Especial

**Mayara Ferreira de Farias
(Org. Coletânea)**

**Aroldo Magno de Oliveira
(Org./Ed.)**

2020

2020

2020

2020

Niterói – RJ

Revista Querubim 2020 – Ano 16 – Coletânea – 70p. (dezembro – 2020)

Rio de Janeiro: Querubim, 2020 – 1. Linguagem 2. Ciências Humanas 3. Ciências Sociais Periódicos. I – Título: Revista Querubim Digital

Conselho Científico

Alessio Surian (Universidade de Padova - Itália)

Darcília Simoes (UERJ – Brasil)

Evarina Deulofeu (Universidade de Havana – Cuba)

Madalena Mendes (Universidade de Lisboa - Portugal)

Vicente Manzano (Universidade de Sevilla – Espanha)

Virginia Fontes (UFF – Brasil)

Conselho Editorial

Presidente e Editor

Aroldo Magno de Oliveira

Consultores

Alice Akemi Yamasaki

Andre Silva Martins

Elanir França Carvalho

Enéas Farias Tavares

Guilherme Wyllie

Hugo Carvalho Sobrinho

Hugo Norberto Krug

Janete Silva dos Santos

João Carlos de Carvalho

José Carlos de Freitas

Jussara Bittencourt de Sá

Luiza Helena Oliveira da Silva

Marcos Pinheiro Barreto

Mayara Ferreira de Farias

Paolo Vittoria

Pedro Alberice da Rocha

Ruth Luz dos Santos Silva

Shirley Gomes de Souza Carreira

Vânia do Carmo Nóbile

Venício da Cunha Fernandes

SUMÁRIO

01	O PAPEL DOS CONTOS DE FADAS NA ATUAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA NA LEITURA E NA ESCRITA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – Alessandra Duarte da Silva, Francisco Leilson da Silva, Viviane Costa Fonseca de Almeida Medeiros e Mayara Ferreira de Farias	04
02	A DISCALCULIA NA AVALIAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA NO ENSINO FUNDAMENTAL – Ednaldo Ferreira de Brito, Francisco Leilson da Silva, Viviane Costa Fonseca de Almeida Medeiros e Mayara Ferreira de Farias	13
03	A PSICOPEDAGOGIA E O PAPEL DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DO ALUNO - Suzan Kelly Freire Rodrigues, Francisco Leilson da Silva, Viviane Costa Fonseca de Almeida Medeiros e Mayara Ferreira de Farias	24
04	O USO DE JOGOS NA CLÍNICA PSICOPEDAGÓGICA - Niedja Carla do Nascimento, Francisco Leilson da Silva, Viviane Costa Fonseca de Almeida Medeiros e Mayara Ferreira de Farias	37
05	A INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA ATRAVÉS DA LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL - Amanda Benedito Soares, Francisco Leilson da Silva, Viviane Costa Fonseca de Almeida Medeiros e Mayara Ferreira de Farias	49
06	O PAPEL DO PSICOPEDAGOGO: CONTEXTOS, CONCEITOS E PERSPECTIVAS – Paula de Oliveira Silva do Nascimento, Francisco Leilson da Silva, Viviane Costa Fonseca de Almeida Medeiros e Mayara Ferreira de Farias	63

O PAPEL DOS CONTOS DE FADAS NA ATUAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA NA LEITURA E DA ESCRITA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL¹

Alexsandra Duarte da Silva²

Francisco Leilson da Silva³

Viviane Costa Fonseca de Almeida Medeiros⁴

Mayara Ferreira de Farias⁵

RESUMO

O objetivo geral consistiu em estudar sobre o processo de ensino-aprendizagem no contexto da leitura e escrita, tendo como ferramentas os contos de fadas em um âmbito psicopedagógico, mostrando os aspectos abordados que consideram e mostram a eficácia no desenvolvimento infantil, tendo esse recurso. Buscou-se, neste sentido, investigar qual é o papel do psicopedagogo na intervenção psicopedagógica na utilização dos contos de fadas nesse recurso. Para isso, realizaram-se leituras bibliográficas de autores que foram relevantes nesse processo interativo sobre o conto de fadas, contemplando recursos de intervenção psicopedagógicas, com destaque para autores como: Sosa (1982), Coelho (1997), Rodriguês (2005) Pereira (2007), Bernardino (2011), Abramovich (1997), Fidalgo (2013), Bettheim (1980), Gilling (1999), Carvalho e Cuzin (2008), Lima (2003), Paín (1985) e Campos (2003). Dando seqüência aos estudos, partindo desse pressuposto em atuação, se fez necessário o enfoque nas dificuldades de leitura e escrita da criança, analisando as teorias na atuação do psicopedagogo e seus levantamentos.

Palavras-chave: Leitura e escrita. contos de fada. Psicopedagogia. Ensino fundamental.

ABSTRACT

The general objective was to study about the teaching-learning process in the context of reading and writing, using fairy tales as tools in a psychopedagogical scope, showing the aspects addressed that consider and show the effectiveness in child development, using this resource. In this sense, we sought to investigate what is the role of the psychopedagogue in the psychopedagogical intervention in the use of fairy tales in this resource. For this, bibliographic readings of authors that were relevant in this interactive process on the fairy tale were carried out, contemplating psychopedagogical intervention resources, with emphasis on authors such as: Sosa (1982), Coelho (1997), Rodriguês (2005) Pereira (2007), Bernardino (2011), Abramovich (1997), Fidalgo (2013), Bettheim (1980), Gilling (1999), Carvalho and Cuzin (2008), Lima (2003), Paín (1985) and Campos (2003). Following the studies, based on this assumption in action, it was necessary to focus on the child's reading and writing difficulties, analyzing the theories in the performance of the psychopedagogue and their surveys.

Keywords: Reading and writing. fairy tales. Psychopedagogy. Elementary School.

¹ Artigo apresentado a Faculdade do Maciço de Baturité, como um dos pré-requisitos para obtenção do título em especialista em Psicopedagogia Institucional e Clínica.

² Especialista em Psicopedagogia Institucional e Clínica.

³ Doutorando no Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem (Universidade Federal do Rio Grande do Norte). Professor na Secretaria Estadual de Educação e Cultura do Rio Grande do Norte. E-mail: psileilson@hotmail.com.

⁴ Doutorado em turismo pela UFRN. Professora efetiva do IFRN, Campus Canguaretama. E-mail: liramedeiros@yahoo.com.br.

⁵ Doutoranda e Mestre em Turismo pela UFRN (PPGTUR). Especialista em Gestão Pública Municipal pela UFPB. Especialista em História e Cultura Afro-Brasileira e Africana/NCCE (UFRN). Especialista em Política de Promoção da Igualdade Racial (UNIAFRO) pela UFERSA. Graduada em Letras/Espanhol (IFRN). Bacharel em Turismo (UFRN). Atualmente, é avaliadora voluntária em oito periódicos com Qualis Capes. Email: mayaraferreiradefarias@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Este trabalho trará contação de história como recurso imprescindível para através da imaginação sejam identificados questões emocionais e sociais, de aprendizagem para um diagnóstico e intervenção. Os contos de fadas na alfabetização aguçam a imaginação das crianças e, por isso, despertam o gosto pela leitura, conseqüentemente, aprimoram as habilidades linguísticas e ampliam seus conhecimentos de mundo. Portanto, através deste mundo fantástico, sonhador, imaginário e inovador dos contos de fadas da literatura infantil, a fantasia facilita compreensão das crianças e a aprendizagem dessas.

Falar sobre literatura é, sem dúvidas, falar sobre a imaginação. Sosa (1982) especifica que a literatura infantil é uma etapa criadora importante da imaginação sendo que não sabemos realmente bem em que idade e nem que forma ou circunstâncias aparece ela, ou seja, na criança.

O autor supracitado afirma que a imaginação é a “faculdade soberana”, ou seja, uma faculdade de alta qualidade profissional de saúde, onde podemos dizer que é uma forma mais elevada do desenvolvimento intelectual, sendo que em outros componentes curriculares atenta-se a conteúdos significativos para as crianças, na literatura infantil encontra-se o espaço de vivências e descobertas.

Sendo assim, os contos de fadas é uma ferramenta que incentiva não somente a imaginação, mas sim também o hábito e o gosto pela leitura, sendo que o conto está ligado diretamente ao imaginário infantil, mas não podemos deixar isso de lado e ajudar também na aplicação do vocabulário e sua narração, sendo que sua cultura e o conjunto de elementos referenciais que proporcionaram o desenvolvimento integral, uma vez que a leitura possibilita descobertas e interação com os personagens, com o leitor e com mundo real e imaginário.

Por conseguinte, o objeto de estudo o ensino-aprendizagem da leitura e da escrita através da contação dos contos de fadas nos anos iniciais do ensino fundamental foi escolhido devido à observação das dificuldades dos alunos relacionados ao desenvolvimento da leitura e da escrita.

Esta pesquisa de artigo buscou trabalhar os contos de fadas na atuação psicopedagógica na leitura e da escrita nos anos iniciais do Ensino Fundamental, mostrando assim então métodos de se trabalhar no ensino - aprendizagem e a importância lúdica nesse processo aprendizagem para facilitar cada vez mais o processo de aprendizagem.

Essa metodologia foi realizada através de pesquisas bibliográficas, investigando trabalhar os contos de fadas na atuação psicopedagógica na leitura e da escrita na instituição escolar, para que assim se desenvolva mais no seu aprendizado.

A leitura e a escrita são fatores fundamentais na vida das crianças e essencial na formação integral dos sujeitos, pois os apresentam um novo mundo de possibilidades, descobertas e vivências, onde o sujeito, ou seja, o estudante construa seu próprio conhecimento e ao mesmo tempo aprende a exercer a sua cidadania de forma eficaz, democrática e ética nos diversos contextos sociais para que sejam assim cidadãos críticos, ativos, autônomos e sobretudo, leitores de sua própria ação, lembrando que o professor tem um papel importante nesse processo que é proporcionar o estudante o gosto e o prazer pela leitura no processo ensino-aprendizagem e não desperdiçando obras literárias e sim estimulando o hábito da leitura e escrita.

Este trabalho está dividido em três partes, o primeiro do tema ao objeto, traz a fundamentação teórica e recorte do objeto de estudo. O segundo abordaremos um breve histórico da psicopedagogia e o papel do conto na leitura e escrita. O terceiro por sua vez, intitulado de uma perspectiva psicopedagógica para os contos de fadas na aprendizagem da leitura e escrita, e utilizando conto de fadas como recurso na atuação psicopedagógica, objetivando assim a importância de utilizar os contos de fadas como instrumento de intervenção psicopedagógica, onde propicia a projeção de fantasias inconsciente de realizações de desejos e se relaciona às angústias.

TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA PSICOPEDAGOGIA

Diante dos problemas existentes na aprendizagem, assim como nas desigualdades sociais, envolvendo todo o processo de ensino e aprendizagem surge a necessidade de estudos aprofundados sobre os contextos sociais e psicológicos envolvendo as dificuldades de aprendizagem, dessa forma surge a psicopedagogia na Europa como instrumento inovador e humanizador objetivando sanar essas dificuldades. Bossa (2007), diz que no século XIX teoria relacionada a ciência e a evolucionista de Charles Darwin que adaptou o homem nesse esquema evolutivo biológico e deixa as linhas divididas das ciências naturais, sociais e humanas. O corpo humano passou a ser estudado pela psicologia e diante disso começaram a aplicar testes na escola, buscando identificar e ao mesmo tempo buscar as diferenças encontradas e relacionadas ao desenvolvimento dos estudantes em decorrência dos aspectos sociais e psicológicos.

Nos Estados Unidos, surge o mesmo movimento, porém com ênfase nos aspectos terapêuticos na sequência aparecem os primeiros centros de reabilitação para criminosos e escolas particulares que atendiam as crianças com “com dificuldades de aprendizagem”, isso aconteceu no século XX. No entanto já no ano de 1930 na França surgiu os primeiros centros de orientação educacional com psicologia, assistentes sociais e educadoras (BOSSA, 2007) Somente em 1956 começa a formação universitária em psicopedagogia na Argentina com Arminda Aberastury, para então começar na década de 70 os centros de saúde mentais onde psicopedagogos realizam diagnósticos e tratamentos.

A Psicopedagogia chegou ao Brasil na década de 70 em uma época cujas dificuldades de aprendizagem eram associadas a uma disfunção neurológica denominada de disfunção cerebral mínima. (DGM) que virou moda neste período, servindo para camuflar problemas sócio pedagógicos (BOSSA, 2000, p. 48-49). Por esse motivo que a psicopedagogia chegou ao Brasil por conta dessas dificuldades apresentadas na aprendizagem neurológica de disfunção neurológica cerebral mínima para solucionar esses problemas sócio pedagógicos existentes. Já nos anos 80 criou-se a escola com objetivo sociopolítico a respeito do desempenho escolar nas dificuldades existentes, nos problemas detectados nesse processo de ensino aprendizagem, sendo que começando um trabalho preventivo e ao mesmo tempo no mesmo período surgem cursos de especialização nesta área.

Sampaio (2006) confirma que o Brasil recebeu influências tanto européias, quanto americanas através da Argentina. Notadamente no sul do país, a entrada dos estudos de Quirós, Jacob Feldmann, Sara Paín, Alicia Fernández, Ana Maria Muñoz e Jorge Visca, enriqueceram o desenvolvimento desta área de conhecimento no Brasil, sendo Jorge Vica um dos maiores contribuintes da difusão psicopedagógicas no Brasil.

Nesse sentido o Brasil tem apresentado um grupo pesquisadores e estudiosos que vem a somar e a psicopedagógica, lembrando que os autores citados contribuíram com o processo de formação dos conhecimentos psicopedagógicos no Brasil. Entretanto a psicopedagogia ainda está em processo de desenvolvimento, os cursos de especialização também estão se aprimorando. Segundo Bossa (2007), a psicopedagogia foi durante alguns anos uma profissão não regulamentada, sendo apenas uma forma específica de atuação.

A Psicopedagogia surgiu com o propósito de investigar o processo de aprendizagem, assim como identificar as falhas decorrentes do processo de ensino e aprendizagem e como a mesma pode contribuir com as dificuldades enfrentadas pelos estudantes em sua trajetória escolar. É uma profissão que estuda e investiga os processos e as dificuldades da aprendizagem das crianças, adolescentes e dos adultos, sua função é prevenir danos na formação dos estudantes, assim como identificar o que acontece ou o que está acontecendo e qual é a sua falha no processo de aprendizagem de cada indivíduo, lhe preparando para a prevenção, diagnóstico e tratamento dos problemas. Lembrando que a psicopedagogia faz o uso de diversas áreas para ajudar e contribuir nesse processo, são elas: pedagogia, psicologia antropologia e a psicanálise.

A profissão de psicopedagogia é de extrema importância para o contexto escolar, e muitas vezes são exigidas nesse ambiente, antes não era regulada, entretanto após aprovação do projeto de Lei 7855/10, elaborado pelo deputado Neilton Mulim (PR-RJ) o mesmo regulamenta a atividade de psicopedagogo, aprovado e feito pela associação brasileira de psicopedagogia (ABPP), que no ano de 2009 do mês de dezembro foi realmente aprovado o projeto. Podemos dizer o projeto de lei contribuiu com os avanços da psicopedagogia brasileira, dessa forma o profissional pode atuar em diversas áreas; Na área clínica, orientação pedagógica, recursos humanos, educação continuada e entre outros.

O PAPEL DOS CONTOS NA LEITURA E ESCRITA

Para entender a importância da contação, logo podemos dizer que a história contada é um alimento importante na imaginação, pois a criança ao permitir-se nesse mundo imaginário na situação a sua auto identificação, onde aceita e favorece as situações desagradáveis e ao mesmo tempo ajuda a resolver os conflitos existentes e acenando esperança exposta na situação. De modo geral, agradar a todos sem se importar com a distinção de idade, de classe social e circunstância de vida, e uma forma de incorporar a arte de vida e descobrir e praticar esses aspectos envolvidos (COELHO, 1997, p. 12).

A contação dos contos de fadas na sala de aula era antigamente uma forma apenas de distrair as crianças, mas nos dias de hoje vem se mostrando que os contos não é apenas uma distração, e sim uma ferramenta ressuscita e figura inovadora da prática pedagógica no ensino-aprendizagem e o professor como mediador desse processo. Diante disso, de acordo com vários estudiosos, dentre eles: Coelho (2001), Rodriguês (2005), Bernardino (2011), os contos de fadas é um precioso auxílio de prática educativa e inovadora para os professores no currículo pedagógico da educação infantil e dos anos iniciais da escola no ensino fundamental.

Os contos de fadas desperta os gostos pelas histórias infantis e em sua totalidade instiga o imaginário, desenvolve a oralidade, melhora mais a criatividade e incentiva o gosto pela leitura, contribuindo com formação da personalidade da criança.

De acordo com Rodriguês (2005): Ao preparar uma história para ser contada, devemos incentivar a imaginação e seu transitivo de ficção e o real, tomando assim experiência vivencial por meio da narração do autor, porém as cenas e os contextos são de fatos do plano imaginário, sendo que os sentimentos e as emoções transcendem em ficção e se materizam na vida real.

Sendo assim, o contato da criança com as histórias orais acontecem, geralmente, através da voz de um familiar. Podem ser histórias criadas pelos pais, histórias religiosas, contos de fadas, histórias da infância e tantas outras modalidades presentes em nossa cultura, fazendo com que a criança ouça, imagine, e se expresse.

Por conseguinte, é importante destacar que os contos infantis é uma atividade de suma importante relativa envolvente que constroi no estudante conhecimentos e valores na aprendizagem. A utilização dessa é decisiva na formação e no desenvolvimento do processo ensino/aprendizagem, no qual a criança desenvolve e aperfeiçoa diversas habilidades como: oralidade, criatividade, imaginação, raciocínio lógico, curiosidade e entre outros.

Na sala de aula as narrativas são ferramentas poderosas no desenvolvimento da subjetividade das crianças, onde os contos permite essas experiências emocionais, vivências em suas fantasia, sendo que nem precise passar pelas mesmas situações na sua realidade, oferecendo a criança uma forma nova de pensar pelos os seus sentimentos difíceis, dolorosos, ou intensos demais como por exemplo; um nascimento de um irmão, um luto e a adaptação escolar, etc. (BERNARDINO; SOUZA, 2011).

Por isso, a criança vive nesse mundo imaginário do conto em que esta sendo inserida e essa experiência, tornará mais resistente às situações/problemas do cotidiano. Contudo, é importante que o professor conheça bem a história antes de contá-la, assim será capaz de utilizar artifícios como: entonações, gestos, entre outros, capazes de tocar os ouvintes, no caso seus estudantes. Desse modo, o ato de narrar contos não é tão simples, pois não basta ler, a contação exige uma postura diferenciada, expressões corporais, interpretação.

Portanto, a contação de história é uma forma de estimular a imaginação, a fantasia através da interação com o outro, estimulando, assim, o gosto pela leitura de forma criativa e prazerosa. Os contos de fadas é dessa forma uma literatura infantil que contribui significadamente para a formação do indivíduo e no seu cotidiano deve se fazer presente na instrução escolar, para despertar o interesse nas crianças, favorecer a aprendizagem e contribuir para potencializar e motivar a linguagem e seus variados tipos, a memória de sua força imaginativa. Por isso, é muito importante que haja estimulação por parte do professor aos alunos.

UMA PERSPECTIVA PSICOPEDAGÓGICA PARA OS CONTOS DE FADAS NA APRENDIZAGEM DA LEITURA E ESCRITA

Para a maioria das crianças o conto sempre está presente em sua vida, embora que as histórias seja ou sejam inofensivas, sonhadora e simples, porém uma forma básica para ser questionado a respeito e perguntado ao adolescente ou até mesmo ao adulto para relatar algum conto na sua infância, ouvindo o que diz ou lembra e de repente tem algum conto na sua infância, ouvindo o que diz ou lembra e se realmente tem algum conto que o marcou e o porquê ficou registrado em sua memória, ou seja, em sua vida.

Os sentimentos como a alegria, a tristeza, o medo, o susto, a raiva e o prazer, são algo do imaginário que pode ser desencadeado na mente de uma criança quando ouvi ou ler um conto. A psicanálise confirma o reconhecimento importante dos contos de fadas e seu alcance na vida de nossos filhos, em sua mente, porém algumas pessoas tem o seu próprio conto favorito que ocupou na sua lembrança de infância, onde essas lembranças se tornaram contos transformadores e inovadores, ou seja uma recordação infantil significativa que ficou em sua memória na lembrança que foi importante na sua história.

O conto tem a sua utilidade cultural e seus aspectos morais que são atendidos, seguindo a utilização da psicanálise infantil esses aspectos simbólicos quando são explorados tornan-se eficaz a esse contexto, pois é reorganizado e fantasiado sob pressão inconsciente da história e com isso se adequa os conteúdos da fantasia deste inconsciente ao consciente da criança, capacitando a lidar com os conteúdos, tendo o valor dos contos que se dá nesse processo, também oferecendo novas dimensões imaginárias que poderá descobrir por si mesmo a sua estrutura de contos de fadas e ao mesmo tempo encontrar novas direção para sua vida.

Bettelheim (1980) nos mostrou que os contos de fadas dircionam as criança para a descobertas de sua identidade comunicativa, e também sugerem as experiências que são necessárias para desenvolver o seu caráter. Os contos de fadas declaram que a vida compensadora e boa está ao alcance das pessoas apesar das adversidades, mas apenas se ela não recuar as lutas da vida, sem as quais não se adquire a verdadeira identidade. Essas histórias prometem a criança que, se ela ousar se engajar nessa busca atemorizante, os poderes benevolentes virão em ajuda, e ela conseguirá..

Na psicologia, o conto de história vem ganhando novos estudos, e espaço significativos, pois se tratando de uma técnica de brincar, a criança desenvolve técnicas inovadoras, criativas de um aprendizado. Na clínica infantil, as histórias podem ser aplicadas como instrumento nesse processo, pois pode ajudar nesta construção porque é uma ferramenta poderosa e através dela a criança expõe os seus sentimentos.

O lúdico é uma fonte de potencial terapêutico e o conto também é um brinquedo, sendo assim os dois são uma ferramenta de diversão pura, simples e descanso da realidade fundamentais para desenvolver e elaborar a criança. O lúdico não é apenas brincar por brincar, e sim também se apoderar na literatura, na compreensão de mundo e seu descobrimento de forma natural e ampla. Sabemos que quanto mais infelizes e desesperados estamos, tanto mais necessitamos de ser capazes de nos envolvermo-nos em fantasias otimistas. Embora a fantasia seja ” irreal “, os bons sentimentos que ela nos dá sobre nós mesmos e nosso futuro são “ reais “, e estes bons sentimentos reais são que necessitamos para sustentar-nos (BETTELHEIM, 2000, p. 157).

De acordo com Bettelheim (2000), o conto de fadas é um espelho onde podemos nos reconhecer com problemas e propostas de soluções que só podem ser elaborados na imaginação. Dessa forma os contos podem esclarecer inconscientemente os processos e conflitos internos de forma simbólica e impessoal, para que a criança tenha a oportunidade de visualizar seus conflitos como um observador, auxiliando assim nas resoluções e promovendo o amadurecimento emocional e cognitivo.

Quando os contos atinge o seu auge máximo com a criança aos cinco anos nos conflitos edípicos, o interessante seria que eles estejam presentes na sua vida desde a educação infantil, auxiliando, prevenindo os conflitos e nos problemas futuros no desencadeamento, nas dificuldades de aprendizagem, tendo assim então possibilidade do psicopedagogo utilizar como recurso em sua atuação profissional na forma preventiva os contos de fadas.

UTILIZANDO CONTO DE FADAS COMO RECURSO NA ATUAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA

No consultório do profissional de psicopedagogia, a relação entre o processo de aprendizagem são encontrados várias dificuldades no processo, e está relacionado aos diversos fatores que são: específicos, ambientais, orgânicos e psicógenos. Neste contexto, segundo Carvalho e Cuzin (2008, p. 21), cabe ao psicopedagogo: apropriar-se das habilidades de flexibilidade, empatia, ser, flexível para conquistar seu espaço de atuação, mostrando-se um mediador e aliado as necessidades do sujeito, da escola e da família.

Diante disso o psicopedagogo tem que se apropriar nas habilidades de sua capacitação flexisiva mostrando todos os envolventes conquistar o seu espaço de atuação mostrando ao sujeito essa capacitação de mediador e aliado nas necessidades expostas.

Para Lima (2003), as histórias infantis como referências simbólicas questões inconscientes constituem um importante instrumento psicopedagógico, uma vez que remetem ao sonho, à fantasia e iluminam o ser humano no que lhe é próprio: a capacidade de sonhar e simbolizar. Por isso, na prática psicopedagógica incorpora os milenares contos de fada torna o atendimento mais sérios, criativos e incisivos a compreensão das dificuldades de aprendizagem. O universo das metáforas, a linguagem dos simbólicos e os conteúdos que se faz da ao interpretar e ler, no psicopedagogo todos eles contribuí nesse trabalho diagnóstico, quanto ao tratamento, sendo que o conceito de aprendizagem trabalhado pela psicopedagogia remete o homem uma visão de um sujeito ativo no processo de interação social neste contexto com o meio social e físico, condições emocionais, afetivo, intelectuais neste processo que interfere fatores biológicos.

A responsabilidade do trabalho psicopedagógico é de interligar sua ação de aprendizagem cognitiva, enquanto mediador trabalhando a construção ou reconstrução da criança a sua aprendizagem, agindo nos aspectos que são: a ordem do imaginário simbólico, a ordem do corporal e por fim a ordem do cognitivo.

É pertinente esclarecer que em cada história que conhece, a criança deve se dedicar o tempo que seja necessário, o dever de na mesma história ouvir a mesma e quantas vezes desejar, assim poderá aproveitar e aprofundar tudo o que oferece o conto, a partir disso, puderam fazer essa associação pessoal de um significado totalmente próprio, dela, auxiliando a lidar com estes problemas internos, como por exemplo a angústia.

Segundo Bettelheim (1980), para que uma história tenha realmente a atenção da criança, deve entretê-la e despertar a sua curiosidade. Entretanto, para enriquecer sua vida, deve-lhe estimular a imaginação; ajuda-la a desenvolver seu intelecto e a tornar claro suas emoções; estar harmonizadas com sua ansiedade e aspirações; reconhecer plenamente suas dificuldades e ao mesmo tempo, sugerir soluções para os problemas que perturbam.

Desse modo, deve-se ser relacionado de uma só vez todos os aspectos de sua personalidade, buscando crédito os predicamentos e ao mesmo tempo na criança sua confiança em si mesmo, no seu futuro e sem menosprezar nenhuma criança.

O profissional precisa preparar a criança a lidar com os desafios da sua vida, enfrentando e superando todos eles. Portanto nesse aspecto existentes os contos é uma ferramenta que contribui nesse processo de forma decisiva para o desenvolvimento da criança ajudando vivenciar o presente e preparar para o que está por vir, superando, ou seja, a futura superação de seu mundo familiar e também na sua chegada a este mundo dos adultos.

Como na historinha de “Chapeuzinho vermelho” a vovó e o lobo são na verdade duas figuras curiosas, pois são a mesma pessoa, sendo que o lobo representa o personagem do lado nervoso e ameaçador da vovó, a criança conclui e percebe que a vovó é uma pessoa compreensiva, doce e nervosa e, quando isso muda é o lobo que entra em ação. Neste contexto, a criança ver a vovó com dois jeitos de formas diferentes que é o de ameaça e o amor.

A história de chapeuzinho vermelho ilustra que a vida do lobo e que a vovó voltara e vai ter um final feliz. Podemos dizer que de fato as crianças nesse mundo imaginário dos contos com estes personagens, mostra assim então atitudes contrárias deles e na vida real as das pessoas que ela mesmo confia nesse comportamento.

Para a criança a vovó não é mais a mesma pessoa que era no momento anterior; tornou-se um bicho-papão. Como pode alguém que era tão gentil, que trazia presentes e era mais compreensiva, tolerante e fácil de contentar do que a sua própria mãe, de repente agir de modo tão radicalmente diverso? Incapaz de vir qualquer coerência entre as diferentes manifestações, a criança na verdade percebe a vovó como duas entidades separadas-a que ama e a que ameaça. Ela é de fato a vovó e o lobo. Dividindo-a, por assim dizer a criança pode preservar sua imagem da avó. Se ela se transforma num lobo, isso de certo é assustador, mas a criança não precisa comprometer sua visão da benelolência da vovó. e, em todo caso, como lhe narra a história, o lobo é uma manifestação passageira- a vovó retornará triunfante. Do mesmo modo, embora a mãe seja a maioria das vezes a protetora dadaiva, ela pode se transformar na cruel madrasta se for má a ponto de negar ao menino algo que ele deseja (BETTEIM, 2012, p. 98).

Essa divisão de uma pessoa em duas não é usado apenas um experiente por contos e sim de fato manter na criança a boa imagem ocorrida como uma solução para unir relacionamentos muito difíceis de compreender e administrar, com isso são resolvidos essas contradições, como foram para os adultos que se lembram de algum ocorrido no seu passado quando era criança.

CONSIDERAÇÕES (NÃO) FINAIS

O conto de fadas é uma ferramenta lúdica na literatura infantil que contribui para o desenvolvimento psicológico do indivíduo, ou seja, dos alunos, e também estimula o raciocínio lógico de elaborar hipóteses, a argumentação, etc. Pelo meio literário do conto aumenta magicamente o inconsciente, levando a criança a ser voluntária a resolver seus conflitos próprios, assim se proporcionando o gosto pela leitura e escrita, ao mesmo, sendo conseqüente grandes leitores. Neste contexto, é necessário a participação do psicopedagogo que trabalhem diariamente com a literatura, pois os contos se constituem materiais indispensáveis e faz emergir a criatividade infantil, despertando também as veias artísticas da criança.

É preciso compreender que contar história não é apenas abrir um livro e apenas várias figuras ou ler um monte de palavras e sim despertar ao aluno sua curiosidade, desenvolver seu intelecto, estimular sua imaginação e suas habilidades, pois quando se diverte o contos de fadas para a criança favorece o seu desenvolvimento. Portanto é de suma importância a contribuição da atuação do psicopedagogo no aprendizado do aluno, mas é preciso que ele utilize o conto em sala de aula adequadamente no processo de ensino.

É fundamental que a criança tenha contato com os livros, pois nela desenvolve as narrativas da imaginação e criatividade, além dos valores essenciais e seus conceitos. Podemos dizer que a literatura não é apenas uma ferramenta simples de aprendizagem, mas também um ótimo momento prazeroso de aprendizagem.

Os contos de fadas contribuem para facilitador e inovador no contexto cognitivo e na alfabetização. A leitura efatiza as pequenas atitudes de sua importância onde possibilita grandes experiências e aprendizados para a criança que tanto na família e na escola os contos e livros estar sempre a disposição para a criança se sentir a vontade e folhear tais matérias. Outrossim, o hábito da leitura promove um aprendizado que exige estruturas da associação, classificação, estruturação das frases e dos textos, bem como a seriação nos diversos eixos dos contos infantis.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVICH, F. **Literatura infantil**: gostosuras e bobices. 5 ed. São Paulo: Scipione, 1997.
- BERNARDINO, A. D.; SOUZA, L. O. A contação de histórias como estratégia pedagógica na Educação Infantil e no Ensino Fundamental. **Educare et educar revistas de educação**. São Paulo, v.6, n. 12, p. 235-249, jul./dez., 2011.
- BETTELHEMIM, B. **A psicanálise dos contos de fadas**. 16 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1980.

BOSSA, N. A. **A Psicopedagogia no Brasil**: contribuições a partir da prática. 2019. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/direito/conceitos-de-psicopedagogia>. Acesso em: 15 dez. 2020.

BOSSA, N. A. **A Psicopedagogia no Brasil**: contribuições a partir da prática. RS, Artmed, 2007.

BOSSA, N. A. **A Psicopedagogia no Brasil**: contribuições a partir da prática. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

CARVALHO, E. G. A.; CUZIN, M. I. **A Psicopedagogia Institucional e sua atuação no Mercado de Trabalho**. Campinas/Unicamp, 2008.

COELHO, B. **Contar histórias**: Uma arte sem idade. São Paulo: Ática, 1997.

FIDALGO, C. Literatura Infantil: A Contribuição dos contos de fadas para construção de imaginário infantil. **Revista eletrônica saberes da Educação**, São Paulo, v.3, n. 2, p. 1 -13, 2012.

OLIVEIRA, E. **A importância dos Contos de Fadas no desenvolvimento Infantil sob a ótica da Psicopedagogia**. 36f. Monografia (Especialização em Psicopedagogia). Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, 2010.

SOSA, J. **A literatura infantil**: autoritarismo e emancipação. São Paulo: Ática, 1982. RODRIGUES, E. B. T. **Cultura, arte e contação de histórias**. Goiânia: Gwaya, 2005.

A DISCALCULIA NA AVALIAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA NO ENSINO FUNDAMENTAL⁶

Ednaldo Ferreira de Brito⁷

Francisco Leilson da Silva⁸

Viviane Costa Fonseca de Almeida Medeiros⁹

Mayara Ferreira de Farias¹⁰

RESUMO

O objetivo central aborda temas relacionados à percepção e acompanhamento de crianças com Discalculia no Ensino Fundamental, isso se deve a grande dificuldade em perceber tal problema que acomete um número significativo de alunos na rede pública e privada. Iremos abordar no referido Artigo as dificuldades relacionadas à execução de cálculos matemáticos, intervenções Psicopedagógica, conceitos e definições. A pesquisa bibliográfica contemplou autores como: Garcia (2000), Moura (2000) e Romagnoli (2008). Procuramos relacionar qual o papel da escola diante de tal constatação, o que a escola tem a oferecer para os alunos que forem diagnosticados com Discalculia. Ao final, constatamos que a Discalculia nem sempre é identificada por diversas fases da infância e, muitas vezes, só é revelada tardiamente no ambiente escolar, ao ponto que afirmamos sobre o papel fundamental de professores a serem mais sensíveis a determinados problemas dos educandos.

Palavras-chave: Discalculia, Psicopedagogia, Cálculos Matemáticos.

ABSTRACT

The main objective is to address issues related to the perception and monitoring of children with dyscalculia in elementary school, this is due to the great difficulty in realizing this problem that affects a significant number of students in the public and private schools. We will address in this Article the difficulties related to the execution of mathematical calculations, Psychopedagogical interventions, concepts and definitions. The bibliographic research included authors such as: Garcia (2000), Moura (2000) and Romagnoli (2008). We try to relate what is the role of the school in the face of this finding, what the school has to offer for students who are diagnosed with dyscalculia. In the end, we found that Dyscalculia is not always identified by different stages of childhood and is often only revealed late in the school environment, to the point that we affirm about the fundamental role of teachers to be more sensitive to certain problems of students.

Keywords: Dyscalculia, Psychopedagogy, Mathematical Calculations.

⁶ Artigo apresentado a Faculdade do Maciço de Baturité, como um dos pré-requisitos para obtenção do título em especialista em Psicopedagogia Institucional e Clínica.

⁷ Especialista em Psicopedagogia Institucional e Clínica.

⁸ Doutorando no Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem (Universidade Federal do Rio Grande do Norte). Professor na Secretaria Estadual de Educação e Cultura do Rio Grande do Norte. E-mail: psileilson@hotmail.com.

⁹ Doutorado em turismo pela UFRN. Professora efetiva do IFRN, Campus Canguaretama. E-mail: liramedeiros@yahoo.com.br.

¹⁰ Doutoranda e Mestre em Turismo pela UFRN (PPGTUR). Especialista em Gestão Pública Municipal pela UFPB. Especialista em História e Cultura Afro-Brasileira e Africana/NCCE (UFRN). Especialista em Política de Promoção da Igualdade Racial (UNIAFRO) pela UFERSA. Graduada em Letras/Espanhol (IFRN). Bacharel em Turismo (UFRN). Atualmente, é avaliadora voluntária em oito periódicos com Qualis Capes. Email: mayaraferreiradefarias@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O presente artigo buscou tratar da Discalculia, um tema diretamente relacionado às dificuldades de aprendizagem em cálculos matemáticos. Dificuldade essa que não é identificada na maioria das vezes pelos professores, por não apresentar sintomas clássicos que possam ser percebidos de imediato.

Vários fatores podem influenciar negativamente o desempenho escolar de crianças, jovens ou adultos, que podem ser relacionados ao ambiente familiar, condições socioeconômicas, violência entre outros. A maior parte desses fatores podem ser facilmente detectados e, dessa maneira, a escola, através dos meios disponíveis, pode fazer um trabalho de acolhimento, o qual certamente irá amenizar a situação existente. Porém, alguns problemas na aprendizagem estudantil só passam a ser percebidos com a evolução do estudante em sala de aula e, na maioria das vezes, esses fatores são detectados apenas no Ensino Fundamental.

Como no ambiente familiar, algumas são facilmente percebidas pela família que procura atendimento especializado para avaliação e tratamento caso seja necessário, pois são evidentes na estrutura fisiológica, anatômica ou psíquica de uma pessoa, podendo ser da ordem, visual, auditiva, mental, física e múltipla.

No entanto, aproximadamente 1% das crianças podem ter Discalculia (NEUROSABER, 2016). A Discalculia nem sempre é percebida no ambiente familiar e, por vezes, passa despercebida também pelos professores que, na sua maioria, não têm o conhecimento necessário para chegar à uma conclusão sobre as causas da não aprendizagem do indivíduo, necessitando, portanto, do auxílio de outros profissionais que possam fazer uma avaliação mais aprofundada do caso, buscando as causas não apenas no aluno, mas também na escola, na sala de aula e no ambiente familiar e social em que o aprendente está inserido.

O diagnóstico da Discalculia é bastante difícil, pois esse transtorno não apresenta qualquer tipo de distúrbio emocional ou comportamental. Dessa forma, o problema só será percebido através da escrita dos números e na realização de cálculos matemáticos. Mesmo assim, o professor deverá ter sensibilidade para perceber que algo não está correto, visto que o aluno apresenta dificuldades em escrever determinados números e associar os símbolos matemáticos.

Entretanto, a sensibilidade do professor não poderá confundir procedimentos que possam levá-lo ao erro ao julgar um comportamento atípico do aluno. Para evitar isso, se faz necessário buscar ajuda especializada com pessoas que detenham conhecimentos necessários de casos já existentes, para que possam iniciar uma avaliação e, possivelmente, um acompanhamento, que deverá ser realizado sem que a criança interrompa suas atividades normais. O diagnóstico é de suma importância para que se possa iniciar os procedimentos necessários no intuito de ajudar o estudante que foi diagnosticado. Nesse sentido, estudaremos as causas e consequências, qual a metodologia de ensino a ser aplicada e o acompanhamento psicopedagógico.

O objetivo principal deste estudo é provocar uma discussão no meio acadêmico sobre a Discalculia, visando, principalmente, levar os professores a levantarem hipóteses que possam incluir este transtorno entre as prováveis causas da não aprendizagem de alguns alunos em sua sala de aula. Especificamente, o trabalho procurará elencar as causas da incidência desse transtorno, as formas de diagnósticos e de acompanhamento, tanto por parte do psicopedagogo quanto da família, bem como apresentar algumas metodologias pedagógicas que podem ser aplicadas em sala de aula a fim de ajudar o educador a diminuir os impactos sofridos pela criança pela não apropriação dos conceitos matemáticos.

Para o desenvolvimento deste estudo optou-se por uma pesquisa de cunho bibliográfico, que contou com o aporte teórico de livros, trabalhos científicos e artigos que tratam sobre o assunto. Entre os autores que embasam este estudo pode-se citar: Moura (2000), Romagnoli (2008) e Garcia (2000).

Para melhor compreensão e organização das informações contidas neste documento, o mesmo foi dividido em capítulos. O primeiro capítulo aborda os direitos que o indivíduo portador de transtornos e limitações, sejam elas cognitivas, físicas ou de mobilidade, possui na nossa sociedade, e as leis que os garantem. O segundo capítulo traz os conceitos sobre os termos Discalculia e Acalculia, que estão diretamente associados ao déficit de aprendizagem dos conhecimentos matemáticos.

O terceiro capítulo retrata os fundamentos legais do Ensino Fundamental como etapa de estudo na Educação Básica e a importância da matemática durante os anos iniciais de aprendizagem. O quarto apresenta a dificuldade e as estratégias utilizadas pelos educadores e psicopedagogos para diagnosticar a prevalência deste transtorno em educandos. O quinto capítulo analisa como se dá o acompanhamento psicopedagógico do indivíduo com o transtorno e descreve o papel do profissional da psicopedagogia no acompanhamento do aprendiz discalculado. Por fim, tecemos as considerações (não) finais.

OS DIREITOS DOS PORTADORES DE TRANSTORNOS E LIMITAÇÕES

Antes, crianças com determinados transtornos e limitações não tinham acesso à escola e também a um tratamento adequado, mesmo que esses direitos já tivessem sido assegurados pela Constituição Federal de 1988, no seu artigo 208. Isso só se tornou possível após a criação da Lei 13.146/2015 (BRASIL, 2015), que instituiu o Estatuto da Pessoa com Deficiência e regulamentou a assistência a esse público.

Embora a Discalculia não traga qualquer limitação de locomoção ou outra morbidade aparente, as dificuldades impostas por esse transtorno implicam diretamente no relacionamento dentro e fora da escola com seus colegas, podendo, assim, ocasionar frustrações e decepções por não alcançarem os objetivos propostos e, em casos mais graves, a evasão escolar, pelo simples fato da criança, jovem ou adulto não se sentir capaz.

Em detrimento a esse fato, fica determinado no Art. 4º da Lei nº 13.146 que toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação (BRASIL, 2015). A partir da promulgação dessa lei se inicia uma nova fase na vida dessas crianças e, também, de adaptação das escolas, creches e instituições, que deveriam se adaptar para receberem um público chamado de “especial”. Em outras palavras, as crianças com algum tipo de deficiência deveriam ser tratadas como todas as outras crianças, sempre respeitando as suas limitações.

Nesse período de inclusão social, as instituições escolares precisaram se adaptar para proporcionar acessibilidade aos alunos, não só em sua estrutura física, mas, também, no seu corpo docente, visto que os professores teriam que receber um público diferenciado, que precisa de uma atenção especial.

Para suprir essa nova demanda, os professores também precisariam se qualificar para proporcionar o atendimento adequado, e não só os professores, mas todos que faziam parte da equipe escolar, como merendeiras, porteiros, coordenadores, inspetores e auxiliares de serviços gerais também precisariam estar preparados para receber esse público que, até então, era simplesmente rejeitado por algumas instituições, que alegavam não terem condições para recebê-los.

Apesar das dificuldades encontradas, a escola vem fazendo o seu papel e procurando mudar a vida de muitas crianças com deficiência, seja ela qual for. Porém, entre esse novo público que deveria frequentar o ensino regular, surge uma figura que, aparentemente, não apresenta nenhum tipo de dificuldades, a tal ponto que nem mesmo os pais ou familiares venham a perceber.

O problema se inicia no momento em que a criança entra na idade escolar. Mesmo assim, nem todos os professores percebem inicialmente o problema que essa criança traz consigo, até que ela começa a ter acesso a cálculos e símbolos matemáticos. É, nesse momento, que surge um grande desafio para o educador: como uma criança que desenvolve tão bem as outras matérias não consegue se desenvolver em matemática? Essa questão está relacionada à Discalculia ou Acalculia.

CONCEITUANDO O TERMO DISCALCULIA

A discalculia é um transtorno específico da aprendizagem relacionada com a área da matemática, onde a criança tem grande dificuldade em relacionar símbolos gráficos. As crianças que sofrem deste transtorno não identificam sinais matemáticos, apresentam grande dificuldade até mesmo em elaborar uma operação. De acordo com o Instituto Neurosaber, a Discalculia afeta em torno de 1% das crianças (NEUROSABER, 2016), sendo que a causa deste transtorno pode ser relacionada a fatores genéticos, normalmente associados a um dos pais ou parentes mais próximos.

A discalculia não está relacionada ao ambiente onde o indivíduo vive, ou seja, não está relacionada à sua condição social ou alguma doença adquirida na infância, salvo nos casos de Acalculia, onde o indivíduo a adquire devido à lesão cerebral ou danos causados por um AVC (Acidente Vascular Cerebral). Porém, Acalculia não deve ser confundida com Discalculia.

Detectar uma criança com discalculia é um verdadeiro desafio para o professor, na grande maioria dos casos nem mesmo os pais dessa criança conseguem perceber alguma alteração em seu comportamento, e se vierem a notar algo poderão achar que é normal da idade, sendo creditada ao atraso no desenvolvimento cognitivo da criança, que podem ocorrer em grande parte da população e deve-se, principalmente, às deficiências alimentares e outros fatores orgânicos.

Entretanto, o professor que esteja familiarizado com as teorias psicogenéticas que explicam o desenvolvimento infantil em várias fases, pode perceber com maior facilidade a presença de uma anormalidade na apropriação dos conhecimentos matemáticos, pois a recorrência dos erros é o primeiro sinal que algo não está certo. A criança nessa situação não consegue aprender os sinais das operações, frequentemente escreve alguns números de forma espelhada, assim como também não consegue realizar cálculos simples, independente que seja de adição, subtração, multiplicação ou divisão.

Existem vários tipos de Discalculia que foram classificados da seguinte forma: Discalculia verbal: dificuldade para realizar a leitura, assim como entender os símbolos matemáticos e os números; Discalculia léxica: a criança tem a capacidade de entender os símbolos matemáticos quando ouve explicações sobre eles, mas, não consegue escrevê-los corretamente, tem dificuldade

em ler e escrever expressões e equações matemáticas; Discalculia gráfica: dificuldade em escrever e ler os símbolos matemáticos corretamente; Discalculia ideognóstica: dificuldade em realizar problemas matemáticos mentalmente, apresenta também dificuldades em manusear objetos que exijam comparação real ou imaginária; Discalculia verbal: dificuldades em nomear quantidades matemáticas, números, termos e símbolos; Discalculia operacional: dificuldade na realização de operações e cálculos numéricos; e a Discalculia proctognóstica, que é a dificuldade em enumerar, manipular e fazer comparações entre objetos e imagens.

Como se pode observar, este transtorno refere-se à representação numérica, gráfica e oral de dados matemáticos, bem como de sua manipulação. Entretanto, de acordo com Garcia (2000), não há diferença entre números e palavras. Os números podem até ser escritos por palavras, e as palavras são usadas para descrever problemas reais da vida que requerem números para serem resolvidos.

A Discalculia também apresenta diferentes graus, que podem ser: Leve, onde a criança aceita a intervenção satisfatoriamente; Médio, que é o grau onde se enquadram a maioria das pessoas que apresentam estas dificuldades; Limite, quando o déficit intelectual é decorrente de uma lesão neurológica (ROMAGNOLI, 2008, p. 17).

Acalculia é um transtorno relacionado à aritmética que, assim como a Discalculia, não permite que a criança, jovem ou adulto seja capaz de realizar cálculos matemáticos com desenvoltura, por mais simples que possam parecer. As ações básicas que passem a envolver as quatro operações e também símbolos matemáticos, geralmente não são realizadas devido a um déficit no domínio dessas habilidades.

Ao contrário da Discalculia, que está relacionada a causas genéticas, a Acalculia pode ser resultado de uma lesão no cérebro, tanto quando criança ou na fase adulta. A origem dessa lesão pode ser da ordem de um traumatismo craniano, Acidente Vascular Cerebral (AVC), degeneração cerebral, assim como pode ter origem infecciosa ou tumoral.

Assim como na Discalculia, o professor também deverá realizar alterações na sua prática pedagógica em relação aos alunos com esta dificuldade. Essas alterações devem levar em conta o espaço disponibilizado para a criança realizar as tarefas, assim como a utilização de calculadora, tabuada, tablet, computador e jogos em geral. É importante, também, não estipular tempo para a realização dessas tarefas.

No caso da Acalculia, além dos procedimentos supracitados, a pessoa também poderá ser submetida, em alguns casos, a um tratamento de reabilitação (dependendo do trauma sofrido). Por se tratar de traumas externos e de acordo com a gravidade das lesões, apenas a intervenção do Psicopedagogo não será suficiente, exigindo, geralmente, que outros profissionais sejam envolvidos no processo, como: médicos, fisioterapeutas, entre outros.

MATEMÁTICA NO ENSINO FUNDAMENTAL

A Constituição Federal (BRASIL, 1988) no seu artigo 205 diz: A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O Ensino Fundamental no Brasil é obrigatório para crianças a partir dos 6 anos de idade, devendo ser gratuito em escola pública, assim como é definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB (BRASIL, 1996), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional de acordo com a lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

Entre as disciplinas presentes neste nível da Educação Básica, desponta com fundamental importância a matemática, uma ciência que encanta uns e desencanta outros; é uma relação de amor e ódio ao longo dos anos. Porém, não se pode negar que é um importante pilar para a vida do educando, é uma das bases para uma educação de qualidade, e deve ser trabalhada desde o momento em que a criança ingressa na escola.

Cálculos matemáticos podem ser trabalhados de várias formas, desde a maneira mais lúdica, aos cálculos mais simples e mais complexos, a ludicidade torna-se importante nas séries iniciais pelo simples fato de que ajuda na compreensão dos problemas a serem trabalhados.

O professor deverá ter total domínio dos conteúdos ministrados, pois isso ajuda bastante na construção do conhecimento. Passar segurança aos alunos, em determinados momentos, é uma maneira de prender sua atenção para as operações que irão precisar resolver.

O aprender brincando através de jogos, raciocínio lógico, noção de espaço e tempo, é metodologia que facilita a vida e o entendimento das crianças, que já utilizam cálculos matemáticos mesmo sem perceber. Cabe ao professor trazer para a criança as noções aritméticas para desenvolver e sistematizar o uso da lógica e as noções de espaço e trigonometria.

Fazer com que a criança perca o “medo” da matemática já é meio caminho andado para que futuramente não surjam maiores problemas na aprendizagem, e na construção do conhecimento individual e coletivo das crianças. Deve-se observar que utilizamos matemática em tudo que fazemos, desde a prática de esportes, jogos, no trabalho, no andar, no falar, tudo reflete matemática.

A matemática é uma ciência desafiadora desde os tempos mais remotos, com seus cálculos, formas, símbolos e segredos até hoje não desvendados, devendo, por isso, ser estimulada, para que a criança sinta prazer em ser desafiada e tenha satisfação ao conseguir resolver as equações, por mais simplórias que sejam.

COMO EFETUAR O DIAGNÓSTICO DA DISCALCULIA?

É de fundamental importância levantar o histórico clínico e familiar da pessoa em questão, realizar uma minuciosa investigação na entrevista que deverá ter informações acerca dos seguintes aspectos: Histórico do parto; Problemas de visão; Hábitos de sono; dificuldade na linguagem; problemas de audição; afetividade familiar; problemas emocionais; e adaptação à instituição escolar. Os problemas relacionados à Discalculia podem surgir na idade pré-escolar, ensino básico, pré-adolescência, adolescente ou na fase adulta. Quando se trata da criança que ainda está no Ensino Fundamental e o transtorno é diagnosticado precocemente, a possibilidade de um acompanhamento com resultados positivos é bem maior, pois é nessa fase que a criança está despertando para o novo, ela tem mais interesse em criar, produzir e construir.

Para o professor e o psicopedagogo, essa característica do desenvolvimento infantil proporciona uma melhor aplicação das técnicas para desenvolver as habilidades mentais da criança de forma positiva, estimulando sua capacidade de pensar e de agir, respondendo de forma satisfatória aos estímulos provocados pelo processo de aprendizagem a ser implantado, com reflexos, inclusive, no nível de socialização da criança com seus colegas.

Entretanto, o professor e o psicopedagogo também podem encontrar barreiras dentro do próprio âmbito familiar, pois, muitas vezes, os pais não aceitam que a criança possa ser acometida de algum transtorno, imaginando que possa ser alguma doença grave e que poderá colocar em risco a saúde da criança.

Nesse momento, a intervenção do psicopedagogo junto à família adquire maior importância, pois através do diálogo e dos devidos esclarecimentos irá orientar os pais da criança em relação ao problema detectado e suas implicações. O profissional precisa evidenciar que é importante não só a aceitação dos pais e demais familiares, mas, também, a participação conjunta no processo de acompanhamento psicopedagógico.

ACOMPANHAMENTO PSICOPEDAGÓGICO DAS CRIANÇAS COM O TRANSTORNO DISCALCULIA

O acompanhamento psicopedagógico das crianças com o transtorno Discalculia é feito em parceria com os pais, amigos, professores e familiares no geral, todos devem se unir para que a criança tenha o melhor desenvolvimento possível no sentido de auxiliar a amenizar o seu problema. Para isso, se faz necessário criar estratégias que identifiquem onde a criança tem maior facilidade na aprendizagem, se é nos números, nas cores, ou nos desenhos. Preferencialmente, utilizando sempre um método lúdico, evitando, assim, que a criança venha ficar frustrada com as atividades.

É importante observar que as atividades devem ser aplicadas para toda a turma, como uma forma de inclusão e socialização. O tratamento deve ser adaptado para as crianças de acordo com o tipo de Discalculia que ela venha apresentar.

Portanto, é necessária a colaboração de uma equipe multidisciplinar que pode ser formada por professores, psicólogos e fonoaudiólogos. Os pais e familiares também devem estar, obrigatoriamente, incluídos nesse processo, pois, é com eles que a criança passa a maior parte do seu tempo, e a presença deles no auxílio das tarefas é fundamental para um bom desempenho da criança.

O professor tem papel fundamental no tratamento e acompanhamento dos casos de crianças com Discalculia, pois é ele quem geralmente identifica as dificuldades apresentadas pelas crianças e, quando percebe que elas não realizam as atividades propostas, cabe a ele encaminhar o aluno para o atendimento psicopedagógico e, após ter o diagnóstico, buscar meios e elaborar atividades que venham facilitar o ensino-aprendizagem dessas crianças.

Essas atividades que o professor vai trabalhar com esse aluno não precisam, necessariamente, serem diferenciadas daquelas aplicadas ao restante da turma, mas tem que ter o incremento de muita ludicidade, para que o aluno com o transtorno não se desestimele frente aos eventuais fracassos que venha a enfrentar.

O professor deverá organizar seu trabalho voltado para esse público, através de jogos e brincadeiras, sempre buscando respeitar as limitações dos alunos que apresentam essas dificuldades em matemática. Para tanto, uma sala de jogos, caso seja possível, seria ideal, pois todos poderiam se organizar de forma lúdica, utilizando o espaço e os materiais pedagógicos que iriam auxiliar no tratamento da Discalculia.

Dentre as atividades que o professor deverá propor para esse aluno, podem-se citar aquelas que envolvem jogos, como: Bingo infantil, Jogo de dominó, Jogo do palito, Resta um, Tangran e o Material dourado. Esses jogos, e as eventuais brincadeiras, que serão usados em sala de aula.

Infelizmente, nem todas as instituições de ensino possuem espaço físico adequado para determinadas ações, mas, nesse caso, nada impede que o professor utilize o pátio da escola, o que deixaria os alunos com mais liberdade, uma quadra de esportes ou a própria sala de aula, desde que os alunos se sintam à vontade para a realização das ações propostas.

Já no caso dos alunos que venham apresentar Acalculia, o tratamento é diferenciado, pois, Discalculia e Acalculia, embora apresentem os mesmos sintomas e dificuldades nos cálculos matemáticos e associação dos símbolos, os seus tratamentos e acompanhamentos não são os mesmos devido à forma como cada um apresenta o transtorno.

No caso da Acalculia, geralmente ocorre devido a fontes externas que venham a prejudicar o aprendizado já adquirido ao longo dos anos.

Como já foi tratado anteriormente, para a realização de um diagnóstico preciso em relação à Discalculia é necessário que sejam realizadas observações de diversos fatores, o que pode tornar imprescindível à participação de um ou vários profissionais bastante experientes no desenvolvimento humano, tanto neurológico quanto psicológico, sendo que a observação inicial deve começar em sala de aula e direcionar-se, em seguida, para o psicopedagogo.

É ele quem deverá receber a criança no início da suspeita e realizar todos os procedimentos para chegar a uma conclusão parcial e, então, encaminhar essa criança para a equipe multidisciplinar. Contudo, após a confirmação do caso, esse profissional deverá ficar encarregado de orientar o professor no processo de socialização e interação da criança com Discalculia.

Portanto, é do psicopedagogo a responsabilidade de realizar uma intervenção adequada, não só em relação à criança, mas também em relação a seus familiares e amigos, sendo este o profissional que tem sensibilidade necessária para avaliar corretamente o quadro apresentado pelo aprendiz, evitando cometer erros e não rotular uma criança associando-a a um distúrbio ao qual ela não está acometida.

Sendo comprovado o distúrbio provocado pela Discalculia, deverá se iniciar o tratamento que deverá ser feito de forma criteriosa e muito responsável, pois o Psicopedagogo é o maior responsável nessa tarefa tão delicada.

É através do Psicopedagogo que outros profissionais serão acionados para, juntos, formarem uma equipe multidisciplinar, fazendo com que o trabalho seja mais produtivo e possa alcançar seus objetivos de forma concreta e sem maiores dificuldades.

Como todo tratamento, os resultados podem vir apenas em longo prazo e o tratamento pode demorar bastante a surtir efeito. O tempo necessário para o indivíduo superar os efeitos negativos do transtorno vai depender de diversos fatores, como o apoio da família, que é um dos fatores principais, os amigos e colegas de escola. A criança não pode se sentir incapaz de realizar as tarefas e, por isso, é necessário que todos tenham o mesmo objetivo, que é, além de tudo, apoiar e incentivar a criança para que ela, cada vez mais, se sinta confortável e segura.

Como forma de investigação o Psicopedagogo não deverá descartar nenhuma hipótese. É preciso ter um olhar voltado para o mundo em que a criança vive, como está sendo educada pelos seus pais, se recebe carinho dos seus entes queridos, se tem uma boa relação com seus parênteses mais próximos. Vygotsky (1896-1934), ainda em 1932, já se referia à influência do meio social sobre o desenvolvimento infantil afirmando que:

É por meio de outros, por intermédio do adulto que a criança se envolve em suas atividades. Absolutamente, tudo no comportamento da criança está fundido, enraizado no social. Assim, as relações da criança com a realidade são, desde o início, relações sociais. Neste sentido, poder-se-ia dizer que o bebê é um ser social no mais elevado grau (IVIC, 2010, p. 80).

Mas, não necessariamente uma criança que tem dificuldades de aprendizagem sofre de algum transtorno. Muitas vezes o problema está no emocional, no seio familiar, nada que uma intervenção criteriosa não venha resolver, e, nesse caso, em curto prazo.

É importante, também, investigar a relação familiar a fim de encontrar os fatores que possam estar influenciando o comportamento psicológico da criança. Por exemplo, se os pais são separados ou se não há bom entendimento entre o casal, pode ser um sinal de frustração para a criança, o que pode levá-la a perder o estímulo por atividades escolares e, conseqüentemente, não obter um bom aproveitamento em alguma disciplina, em especial em matemática.

Com uma investigação abrangente do caso o Psicopedagogo deverá considerar todas as possibilidades antes de realizar uma intervenção. O diagnóstico socioeconômico é de fundamental importância nesses casos, que deverá ser realizado de forma minuciosa, levando em conta as condições de moradia, o bairro em que vive essa criança, como se dá sua alimentação, seu vestuário, entre outras.

Dessa maneira, o Psicopedagogo poderá chegar a um diagnóstico e, assim, irá descartar o que realmente não é significativo. Sabemos que muitos fatores podem influenciar em um déficit na aprendizagem da criança, e as condições sociais é uma delas. Esse é um fator que, muitas vezes, pode até mesmo ser usado preconceituosamente, o que pode influenciar negativamente o aspecto emocional da criança, dependendo da sua idade e do seu entendimento de mundo.

Feito isso, o profissional de psicopedagogia tem em suas mãos uma grande quantidade de informações, as quais poderão ser descartadas ou não, até chegar a um diagnóstico prévio em que deverá fazer uma anamnese com os responsáveis pela criança.

Em caso de doença, seja ela qual for, o profissional Psicopedagogo deverá, de imediato, buscar ajuda especializada e acionar o serviço de saúde, pois em alguns casos, como hiperatividade, depressão infantil ou ansiedade, cabe ao serviço de saúde orientar e tratar o paciente.

Em outros casos a ajuda neurológica é muito bem-vinda, embora esse profissional, na maioria das cidades brasileiras, é de difícil acesso; terapeutas e fonoaudiólogos também são de suma importância nesse processo avaliativo.

O diagnóstico da Discalculia não é tão simples como se pode parecer, pois deverá envolver uma gama de profissionais tanto da área educacional, quanto da área da saúde. Juntar uma equipe multidisciplinar, na maioria das vezes, leva tempo e nem sempre os municípios têm todos os profissionais à disposição da comunidade. Este é um desafio que deverá ser encarado de forma abrangente, mas, infelizmente, a Discalculia ainda é pouco conhecida e muitas das nossas crianças acabam não tendo seu diagnóstico.

Com sua sensibilidade, o psicopedagogo poderá, de forma técnica e profissional, identificar uma criança com Discalculia e, assim, proporcionar o acompanhamento adequado.

O tratamento deverá ser feito de forma minuciosa e ética, abrangendo outros profissionais como suporte para essa caminhada. O apoio aos familiares também é de grande relevância, pois nem sempre a família aceita de imediato que seu ente querido possa ter algum transtorno neurológico, por mais leve que seja. O tratamento é de longo prazo, e vale salientar que não existe, até o momento, histórico de cura, e sim, de acompanhamento que traz bons resultados ao longo dos anos.

CONSIDERAÇÕES (NÃO) FINAIS

Procuramos provocar uma discussão no meio acadêmico sobre a Discalculia, visando, principalmente, levar os professores a levantarem hipóteses que possam incluir este transtorno entre as prováveis causas da não aprendizagem de alguns alunos em sua sala de aula, assim como as medidas que devem ser tomadas no âmbito de um acompanhamento do mesmo em relação as suas dificuldades, tanto no âmbito escolar como também em relação ao seu ambiente familiar.

Ao longo desse trabalho procuramos identificar as causas e consequências na vida escolar daqueles que são acometidos de Discalculia, conhecidas através do aporte de inúmeras pesquisas presentes em livros, artigos e matérias que tratam do tema em questão.

Procuramos nos deter em relação às crianças no período escolar, pois é na escola que, na maioria das vezes, percebe-se tal problema. É nesse espaço, também, onde se iniciam os procedimentos necessários para o acompanhamento desses casos, buscando métodos educativos que venham minimizar e proporcionar uma melhor qualidade de aprendizagem a essas crianças, evitando assim, que as mesmas não se sintam frustradas diante das dificuldades que estão enfrentando em relação aos cálculos matemáticos.

Dificuldades essas que podem gerar preconceito e um distanciamento dos colegas, pelo fato de o indivíduo discálcico não se sentir capaz em relação aos outros. Assim, o papel do Psicopedagogo é fundamental para que não ocorra discriminação para com essa criança, orientando o aluno, a família deste e o professor e comunidade escolar sobre os cuidados a serem observados com este indivíduo.

Buscou-se esclarecer que nem sempre a criança que não consegue ter um bom desenvolvimento em matemática necessariamente tem relação com a Discalculia, visto que um aluno pode se identificar mais com determinada disciplina do que com outra, o que faz com que o aluno se dedique mais àquela pela qual ele tem maior interesse.

Portanto, não gostar de matemática ou não conseguir desenvolvimento favorável nesta disciplina não significa que o aluno tenha algum tipo de transtorno. Entretanto, este é um sinal ao qual o professor deve estar atento e, quando perceber que o aluno apresenta indícios da Discalculia, deve sugerir a intervenção de um psicopedagogo, que é o profissional capacitado para intervir e iniciar uma investigação detalhada juntamente com uma equipe multidisciplinar, procurando chegar a um diagnóstico concreto.

Só após a intervenção psicopedagógica terá início o acompanhamento e os procedimentos necessários visando minimizar os transtornos provocados pela Discalculia. Cada aluno aprende no seu tempo.

REFERÊNCIAS

- ALVES, L. L. **A importância da Matemática nos anos iniciais**. Curitiba: Centro Univ. Campos de Andrade, 2016.
- BERNARDI, J. **Alunos com discalculia: O resgate da auto-estima e da auto- imagem através do lúdico**. Porto Alegre: PUCRS, 2006. Dissertação de mestrado (Mestrado em educação). Faculdade de educação, PUCRS. 2006.
- BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Gráfica do Senado, 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394,20 de Dezembro de 1996. Brasília, DF: MEC/SEF, 1996.
- BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- GARCIA, J. N. **Manual de dificuldades de aprendizagem - linguagem, leitura, escrita e matemática**. Tradução de Jussara Haubert Rodrigues. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000. 274 p.
- IVIC, I. **Lev Semionovich Vygotsky**. Tradução de Ivan Ivic e Edgar Pereira Coelho (org.). Recife: Editora Massangana, 2010. (Coleção Educadores).
- MOURA, M. O. A série busca no jogo: do lúdico na matemática. *In*: KISHIMOTO, T. (org.). **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. São Paulo: Cortez, 2000. p. 72-87.
- NEUROSABER. **O que é Discalculia?** 2016. Disponível em: <https://institutoneurosaber.com.br/o-que-e-discalculia/>. Acesso em: 02 out. 2020.
- ROMAGNOLI, G. C. **Discalculia: Um desafio da matemática**. São Paulo: CRDA, 2008.

A PSICOPEDAGOGIA E O PAPEL DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DO ALUNO¹¹

Suzan Kelly Freire Rodrigues¹²

Francisco Leilson da Silva¹³

Viviane Costa Fonseca de Almeida Medeiros¹⁴

Mayara Ferreira de Farias¹⁵

RESUMO

A temática envolvendo a parceria da família com a escola é um assunto bem presente no contexto escolar, visto que os professores evidenciam a necessidade da presença dos pais acompanhando de perto a evolução das aprendizagens dos filhos. A ausência da família na escola evidencia a importância dessas instituições na formação integral do aluno. Este trabalho foi realizado tendo como metodologia a pesquisa bibliográfica, que contou com o aporte teórico de autores, como: Kiguel (1991), Narvaz e Koller (2005) e Tedesco (2002) que serviram de subsídio para fundamentá-lo. O objetivo principal deste estudo era discutir sobre a importância da família no processo de aprendizagem do aluno e as contribuições da Psicopedagogia, enfatizando a relação entre família e escola mediada sob a perspectiva psicopedagógica. Como a escola e a família constituem dois contextos fundamentais na vida das pessoas em desenvolvimento, reafirmamos a importância das interações entre os sujeitos mencionados, principalmente quando mediada pelo psicopedagogo, visando facilitar a aprendizagem e o desenvolvimento integral da criança. A escola precisa, pois, assumir seu papel de formadora da família e convidá-la a assumir seu lugar de parceira na educação dos filhos.

Palavras-chave: Família. Escola. Parceria. Aprendizagens.

ABSTRACT

The theme involving the family's partnership with the school is a very present subject in the school context, since the teachers show the need for the presence of parents, closely monitoring the evolution of their children's learning. The absence of the family from school shows the importance of these institutions in the integral education of the student. This work was carried out using bibliographic research as methodology, which relied on the theoretical contribution of authors, such as: Kiguel (1991), Narvaz and Koller (2005) and Tedesco (2002), which served as a basis to support it. The main objective of this study was to discuss the importance of the family in the student's learning process and the contributions of Psychopedagogy, emphasizing the relationship between family and school mediated from the psychopedagogical perspective. As the school and the family constitute two fundamental contexts in the lives of people in development, we reaffirm the importance of the interrelationships between the subjects mentioned, especially when mediated by the psychopedagogue, in order to facilitate the child's learning and integral development. The school therefore needs to assume its role of forming the family and invite it to assume its role as a partner in the education of children.

Keywords: Family. School. Partnership. Learning.

¹¹ Artigo apresentado a Faculdade do Maciço de Baturité, como um dos pré-requisitos para obtenção do título em especialista em Psicopedagogia Institucional e Clínica.

¹² Especialista em Psicopedagogia Institucional e Clínica.

¹³ Doutorando no Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem (Universidade Federal do Rio Grande do Norte). Professor na Secretaria Estadual de Educação e Cultura do Rio Grande do Norte. E-mail: psileilson@hotmail.com.

¹⁴ Doutorado em turismo pela UFRN. Professora efetiva do IFRN, Campus Canguaretama. E-mail: liramedeiros@yahoo.com.br.

¹⁵ Doutoranda e Mestre em Turismo pela UFRN (PPGTUR). Especialista em Gestão Pública Municipal pela UFPA. Especialista em História e Cultura Afro-Brasileira e Africana/NCCE (UFRN). Especialista em Política de Promoção da Igualdade Racial (UNIAFRO) pela UFERSA. Graduada em Letras/Espanhol (IFRN). Bacharel em Turismo (UFRN). Atualmente, é avaliadora voluntária em oito periódicos com Qualis Capes. Email: mayaraferreiradefarias@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Uma família é o conjunto de pessoas que possuem certo grau de parentesco entre si e vivem na mesma casa formando um lar. Uma família tradicional é normalmente formada pelo pai e pela mãe, unidos por matrimônio ou união de fato, e por um ou mais filhos.

A família é considerada a instituição responsável por promover a educação dos filhos e influenciar o comportamento dos mesmos no meio social e, dessa forma, seu papel no desenvolvimento de cada indivíduo é de fundamental importância. É na família que são transmitidos os valores morais e sociais que servirão de base para o processo de socialização da criança, bem como as tradições e os costumes perpetuados através de gerações.

No âmbito social, uma das mais importantes instituições é a escola, que recebe inúmeros alunos de diferentes famílias. Dessa forma, a mesma encontra dificuldades para vivenciar com diferentes pessoas, cada uma com maneiras diferentes de viver, com costumes diferentes, e dependendo da situação com maneiras sociais e culturais diferentes de viver entre si.

Tendo como base essa informação, faz-se necessário de forma íntegra a participação da família na construção da educação do filho, uma vez que a família tem presença diária na vida social das crianças, sendo vista como agente principal na construção do conhecimento desses seres, tornando-se responsável, assim, por fazer com que os mesmos aceitem a convivência com pessoas de diferentes costumes e facilite a parte da construção individual que é de responsabilidade da escola.

Entretanto, a ligação entre a família e a escola não é, constantemente, tão estreita quanto deveria ser. De acordo com Tedesco (2002), o desgaste da relação entre família e escola não se deve apenas ao pouco tempo que os pais têm para auxiliar os seus filhos com suas tarefas escolares, ou mesmo para acompanhá-los até a escola ou participar das reuniões.

No seu ponto de vista, em um sentido mais amplo, as crianças chegam à escola com padrões de comportamento e de personalidade diferentes daqueles com que a escola está preparada para lidar, seja pelo enfraquecimento das relações sociais em família ou dos referenciais que a criança deveria ter dentro dela (2002, p. 36).

A participação da família na escola não deve se limitar, apenas, a ajudar as crianças nos trabalhos escolares, é algo que vai além disso, enfatizando o fato de a família ter o dever de estar presente na formação do indivíduo enquanto cidadão, educando e transmitindo valores relacionados à formação da criança enquanto cidadão social.

Dessa forma, optou-se por um estudo de natureza qualitativa, de delineamento bibliográfico e de pesquisa explicativa quanto aos objetivos específicos, isto é, a importância da participação da família no processo de ensino aprendizagem, que contou com o aporte teórico de livros e artigos científicos pesquisados nas bases de dados da internet, baseados em estudos de vários autores, como: Kiguel (1991), Narvaz e Koller (2005) e Tedesco (2002), entre outros, que serviram de subsídio para fundamentá-lo.

Para orientar esta pesquisa, definiu-se como objetivo principal discutir sobre a importância da família no processo de aprendizagem do aluno e as contribuições da Psicopedagogia, enfatizando a relação entre família e escola mediada sob a perspectiva psicopedagógica. Para atingir este objetivo, fez-se necessário cumprir outras etapas: caracterizar as modernas estruturas familiares; determinar os fatores intrafamiliares que podem causar problemas de aprendizagem na criança; e analisar, sob a ótica do psicopedagogo, formas de promover a participação familiar no processo de aprendizagem do aluno.

Para facilitar a compreensão, o presente artigo foi dividido em capítulos. O primeiro traz os conceitos historicamente produzidos do termo família, e analisa as mudanças ocorridas em sua estrutura durante os diferentes períodos históricos. O segundo capítulo faz o relacionamento entre a família e a criança, buscando demonstrar a importância da participação da família na vida social e, principalmente, escolar da criança. O terceiro capítulo conceitua a Psicopedagogia, bem como enfoca a utilização dos conhecimentos produzidos por esta área de estudos no ambiente escolar e as contribuições que o psicopedagogo institucional pode trazer para o processo ensino aprendizagem da criança. Em seguida, tem-se as considerações finais sobre os resultados da pesquisa e as referências bibliográficas.

COMPREENDENDO O CONCEITO DE FAMÍLIA

A família é uma instituição de muita relevância na sociedade atual, porque orienta, forma as bases e os valores que seus membros levarão para toda a vida. Porém, ela nem sempre foi assim. Ao longo dos tempos, a família teve seu conceito modificado, pois as mudanças sociais, culturais e econômicas interferem nas concepções e nos formatos de família, de sua existência aos dias atuais.

Segundo Áries (1981), no século XVII o poder patriarcal era definidor do poder das famílias; os casamentos arranjados continuavam a ser uma forma de manutenção e expansão patrimonial. No século XVIII, a "nuclearização" e a interdição à masturbação assumiram progressivamente o centro do discurso, da visibilidade e, conseqüentemente, das preocupações. No século XVIII, o problema da sexualidade não estava ligado ao ato sexual em si e nem às orgias, mas ao trânsito de influências: "ao poder". No final do século XVIII, já havia o controle do corpo. No século XX, houve uma nova transição de valores, a família resguardada, mas não mais nuclear. Até os dias atuais, os resquícios do patriarcado ainda respingam na atualidade, de forma naturalizada, apesar do novo formato de família.

As mudanças na maneira de viver, a incorporação da mulher no mercado de trabalho (devido às dificuldades socioeconômicas em algumas famílias), os divórcios e as separações, o estado de mães solteiras, os casais formados por pessoas do mesmo sexo, dentre outros, tem contribuído para que a família nuclear esteja exposta a transformações na própria estrutura familiar e os papéis que desempenham cada membro da família em relação à educação de filhos.

A família é, de acordo com Romanelli (2005), um lugar, por sua essência, repleto de afeto, palco dos primeiros e mais sérios relacionamentos sentimentais, emocionais e íntimos do ser humano, onde devem estar inseridos relacionamentos íntimos.

É nesse meio que acontecem os primeiros relacionamentos interpessoais, nos quais se estabelecem trocas que envolvem afetividade, carinho, empatia, onde se estabelecem as relações de cuidado entre pessoas significativas. É na família que os primeiros sentimentos são vividos, são experimentados de forma muito intensa e significativas que marcam para sempre.

A família tem um acentuado misto de emoções e de valores e, sendo a primeira instituição a discutir estas competências e habilidades, também requer um estudo por ser uma sólida instituição, como forma de contribuir para que ela se consolide cada vez mais como colaboradora no processo educativo.

Ao atentar-se para a atual questão da configuração familiar, é possível constatar a existência de novos moldes, para uma família antes nuclear que hoje se sustenta de muitas outras versões, com novos arranjos de papéis familiares e em outros contextos socioeconômicos, que se apresenta necessitando de políticas e programas em consonância com as mudanças no olhar para essa família, que deve ser repensada enquanto convivência, relação intrafamiliar e na comunidade, como propôs Szymansky (2005).

AS MUDANÇAS NA ESTRUTURA FAMILIAR

Antigamente, tínhamos uma família convencional, sujeita a leis, normas e papéis muito precisos: heterossexual, com filhos, em estreita relação com a família extensa, estável e com papéis internos bem definidos sob a hierarquia do pai. Nessa configuração familiar, praticamente não se podia escolher nada. Tudo era dado e tinha de ser de determinada maneira.

Os moldes da família tradicional brasileira foram herdados das configurações romana e grega, em que, segundo Wald (2000, p. 10), “o pater era designado como o ascendente mais velho, do qual os pertencentes da família lhe deviam respeito e viviam sob sua autoridade, podendo decidir sobre sua vida e sua morte”. Nota-se que a característica marcada nessa época era a autoridade que o marido matinha sobre os filhos e a esposa.

Atualmente, as famílias assumiram outras configurações, e alteraram a própria dinâmica de construção e desconstrução. À respeito das relações interpessoais que ocorrem dentro da família, Romanelli (1997, p. 27) afirma que:

[...] a família está estruturada por relações de naturezas distintas. De um lado, relações de poder e autoridade estruturam a família, cabendo a marido e esposa, a pais e filhos, posições hierárquicas definidas e direitos e deveres específicos, porém desiguais. Por outro lado, a família é estruturada por relações afetivas criadas entre seus componentes, com conteúdo diversificado conforme o vínculo entre eles e de acordo com o gênero e a idade de cada um dos seus integrantes.

Sendo a família um ambiente de vivências, Engels (1997) define e diferencia cada um deles: a família Consanguínea representa a primeira noção de família em termos de identificação de parentesco que tenha surgido, pelo método consanguíneo. Ou seja, irmão e irmã praticavam conjunção carnal entre si. Engels afirma que não há mais vestígios da família consanguínea (ENGELS, 1997).

A família Punaluana, é caracterizada pela exclusão das relações carnavais entre irmãos e irmãs. Mais adiante, na família Sindiásmica, a poligamia é somente permitida aos homens, ficando as mulheres comprometidas com a fidelidade, afirmando Narvaz (2005) que a mulher que cometesse o adultério seria cruelmente castigada. A prática da monogamia foi instituída posteriormente, fazendo com que a relação matrimonial se consolidasse, pelo menos na teoria. O surgimento da monogamia nada mais é que uma sujeição de um sexo pelo outro. Surge, então, juntamente com a (ou proveniente da) monogamia, o patriarcado, o novo modelo familiar, a família monogâmica (ENGELS, 1997).

A família monogâmica, até a atualidade, ainda é vista como a família ideal para a formação da cidadania. É notório nos dias de hoje a participação mais efetiva das mulheres no mercado de trabalho. Antes toda atividade feminina consistia no cuidado com o lar, afazeres domésticos e educação dos filhos, enquanto o prover financeiro era responsabilidade do homem, em seu papel paterno. Essa família que vem se transformando de acordo com a evolução histórica, vem ganhando nova forma, novos membros, assumindo novos papéis na família e na sociedade, diz Osório (2002).

Hoje é possível observar diversas configurações de famílias que não estão de acordo com o modelo tradicional que vigorou até a segunda metade do século XX, composta por pai, mãe e filhos, normalmente biológicas. Atualmente é possível encontrar, em todas as esferas sociais, famílias diferenciadas e, mesmo nas tradicionais, novo tipo de relacionamento entre pais e filhos,

que reflete no comportamento e desenvolvimento infantil e influencia a próxima geração. Nesse contexto, Romanelli (2005) afirma que:

Uma das transformações mais significativas na vida doméstica e que redundou em mudanças na dinâmica familiar é a crescente participação do sexo feminino na força de trabalho, em consequência das dificuldades enfrentadas pelas famílias (ROMANELLI, 2005, p. 77)

De acordo com o autor, a ida da mulher ao mercado de trabalho fez com que as crianças fossem sendo cuidadas por outras pessoas e a mulher passou a ter jornada dupla, em casa e no trabalho, delegando a função de educar à escola ou a outros cuidadores.

Diversos outros fatores também impactam fortemente a formação da família moderna, como o crescimento da violência, o avanço das drogas na sociedade, o consumismo desenfreado normalmente influenciado e orquestrado pelas mídias de comunicação, o acesso às diversas tecnologias de informação, que aproximam os ideais e estilos de vidas de diferentes grupos, entre outros. Portanto, não se pode mais falar família, mas de famílias, para que se possa tentar entender a diversidade de relações que convivem em nossa sociedade.

A FAMÍLIA E A CRIANÇA

A família pode ser considerada a unidade social mais antiga do ser humano, a qual, historicamente, mesmo antes do homem se organizar em comunidades sedentárias, constituía-se em um grupo de pessoas relacionadas a partir de um ancestral comum ou através do matrimônio. O processo de evolução do homem nos aspectos biológico e cognitivo provocou mudanças na estrutura familiar ao longo dos tempos. Referindo-se à essa evolução, Narvaz e Koller (2005) afirmam que:

Descobertas antropológicas revelaram que homens e mulheres, no início da história da humanidade, tinham tamanho corporal equivalente, não havendo uma divisão rígida entre os papéis sexuais e nem mesmo entre os papéis sociais. As comunidades eram coletivas tribais, nômades e igualitárias. [...] As crianças eram ensinadas a serem generosas, não sendo punidas fisicamente e nem demasiado incentivadas à obediência” (NARVAZ.; KOLLER, 2005, p. 122)

Com base no que foi citado acima, nota-se que os estudos antropológicos sobre a vida do homem, desde o início da humanidade, vêm nos mostrando o quanto esse processo de socialização foi importante para a construção da sociedade as relações e dos diversos papéis da família na história humana.

Com o passar do tempo, a família vem passando por diversos processos de transformação: a família saiu das comunidades e passou a viver em um lar, foram se restringindo, a mulher sendo a cuidadora do lar; já o marido, transformou-se na pessoa no qual iria buscar o sustento para todos do lar. Com isso o homem passou a ser autoritário e distanciado da responsabilidade da criação dos filhos.

Essas alterações na organização familiar incorporaram novas características às famílias, surgindo a dependência infantil às mães, e de toda a família ao marido, responsável pela manutenção e sustento.

Diante dessas mudanças, novas características são expressas pelas famílias; entre elas surge a dependência das crianças às mães e da mulher ao marido para seu sustento. As mulheres passaram a serem entendidas como reprodutoras, os homens como mantenedores, e as relações de sexo e afetivas sofreram enorme diferenciação, dando origem a distintos padrões de comportamento para os gêneros, além da elevação da repressão à sexualidade feminina.

A dinâmica familiar passou a ser regulada no interior dos lares, deixando os espaços comunitários. Essa mudança alterou significativamente o papel da criança na estrutura familiar, como nos afirmam Soares e Lopes (2015, p. 4):

[...] antes os infantes eram vistos como insignificantes, chegando a se misturarem com os adultos, tendo sido consideradas como mini-adulto, porém esse conceito foi alterado e os jovens infantes passaram a ser preservados e disciplinados de acordo com os conceitos e doutrinas da época. Paulatinamente, o próprio arranjo conjugal sofreu alterações, surgindo, assim, uma nova forma de relação entre os esposos, dando início a um sistema de união em que a procriação com a finalidade de aumento da família não era mais a finalidade principal do casamento, passando a ter como foco central a solidificação dos bens econômicos e saúde mental dos membros familiares, principalmente do casal (GOMES, 2011, p. 30).

Esta nova organização familiar, onde se colocava em primeiro plano o custo econômico da manutenção do lar, também influenciou no tamanho das famílias, que passaram a optar por quantidade menor de filhos, e “também porque estes não lhe trariam mais ajuda financeira na educação dos trabalhos, mas deveriam ser mantidos até a idade adulta” (GOMES, 2011, p. 31).

Com o passar dos anos as mulheres começaram a ter sua própria independência financeira, o que trouxe a possibilidade de igualdade e compartilhamento das questões domésticas e, para os homens, estes não ficaram sendo os únicos a prover o sustento familiar, libertando-se do autoritarismo e afastamento afetivo dos filhos. Com este princípio se estabeleceu novas formas de se relacionar e de estar em família.

Entende-se que a família desempenha um papel fundamental na trajetória da criança, em seus mais diversos âmbitos, como no desenvolvimento psicomotor, cognitivo, afetivo. É da família que o aluno recebe a motivação inicial, sendo ela seu primeiro grupo de influência social e cultura. Alicia Fernández, percursora da Psicopedagogia, explica a necessidade da atuação familiar, visto que a responsabilidade de ensinamentos parte em primazia dos pais, dos responsáveis pelo indivíduo. A autora nos afirma que:

A família também é responsável pela aprendizagem da criança, já que os pais são os primeiros ensinantes e as atitudes destes frente às emergências de autoria, se repetidas constantemente, irão determinar a modalidade de aprendizagem dos filhos (FERNÁNDEZ, 2001, p. 42).

Existe a necessidade de uma aproximação significativa entre família e escola, em benefício do aluno, sendo esta parceria fundamental. Segundo Demo, “dizemos que participação é conquista para significar que é um processo, no sentido legítimo do termo: infindável, em constante vir-a-ser, sempre se fazendo” (DEMO, 2001, p. 18). O resultado deste elo criado é o desenvolvimento da criança enquanto ser pensante, ser atuante em sua própria história. Vygotsky (1989) relaciona, interliga desenvolvimento à aprendizagem, anunciando que:

O aprendizado não é desenvolvimento: entretanto o aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental e põe em movimento vários processos de desenvolvimento que, de outra forma, seriam impossíveis de acontecer. Assim, o aprendizado é um aspecto necessário e universal de processo de desenvolvimento das funções psicológicas culturalmente organizadas e especificamente humanas (VYGOTSKY, 1989, p. 101).

A participação ativa dos pais no âmbito escolar influencia na construção do comportamento da criança, resolvendo problemas como a indisciplina escolar, desinteresse e conflitos próprios da faixa etária.

Por outro lado, a escola, assim como os pais, tem sua parcela participativa. É na escola que se constrói parte da identidade de cada ser, é nela que são adquiridos os modelos de aprendizagem, princípios éticos e morais inseridos na sociedade. Assim, a parceria da família, pais e escola auxilia significativamente na construção do conhecimento por parte dos alunos.

O ambiente familiar é constituído de pessoas as quais a criança tomará como exemplo de direção e dele sofrerá muita influência em sua conduta. Por isso, se o ambiente familiar estiver pautado por algum ato anormal da família, tal fato transparecerá para a criança que, posteriormente, pode ou não demonstrar sua aflição no seu comportamento.

Exemplificando a anormalidade, podemos situar num ambiente familiar da sociedade contemporânea, casos em que a criança passa o dia todo sozinha, em casa ou na rua, e os pais/responsáveis transferem para a escola, toda ou quase toda, a responsabilidade da educação dela, sem, contudo, estabelecer limites e desenvolver os hábitos básicos (VASCONCELOS, 1994).

É na família que as crianças adquirem os modelos de comportamento que exteriorizam nas atitudes do dia-a-dia. A pobreza, violência doméstica e o alcoolismo foram apontados como os principais problemas que atingem o ambiente familiar. Hoje se aponta também a desagregação dos casais, drogas, ausência de valores, permissividade, omissão dos pais na educação dos filhos. Quase sempre as crianças com maiores problemas de indisciplina provêm de famílias onde estes problemas existem (SAVATER, 2005).

Coerente com esta perspectiva, Moreno e Cubero (2004) identificam na literatura especializada três estilos de práticas educacionais paternas (principalmente no que se refere à forma de lidar com a disciplina), predominantes na maior parte das famílias e suas influências sobre o comportamento da criança.

Os “pais permissivos” valorizam o diálogo (as opiniões das crianças são frequentemente solicitadas e quase sempre aceitas) e o afeto. São pais que têm enorme dificuldade em exercer algum tipo de controle sobre a criança. Consequentemente, são bastante tolerantes e até mesmo indulgentes em relação aos desejos, atitudes e impulsos infantis. Normalmente, diante de uma situação de conflito, teimosia ou “birra” não estabelecem limites e parâmetros (MORENO; CUBERO, 2004).

Nesse contexto, Aquino (1996) afirma que:

[...] este modelo está cada vez mais em voga. Atualmente, muitos pais receosos de reproduzir a educação severa que receberam de seus pais, tendem a abdicar de sua autoridade e papel educativo, optando, ainda que de modo pouco consciente, por um estilo de educação tão prejudicial quanto a autoritária (AQUINO, 1996, p. 97).

Chamam de "pais autoritários" aqueles que, além de serem pouco comunicativos e afetuosos, são bastante rígidos, controladores e restritivos quanto ao nível de exigência de seus filhos. As condutas são avaliadas a partir de rigorosos padrões pré-estabelecidos. Valorizam a obediência às normas e regras por eles definidas, e não se preocupam em explicar às crianças as razões destas imposições nem as consultar acerca do assunto. Diante da transgressão de uma destas prescrições por parte da criança, fazem uso de severas ameaças, do castigo físico e de outras medidas disciplinares (MORENO; CUBERO, 2004).

Os "pais democráticos", por sua vez, parecem conseguir um maior equilíbrio entre a necessidade de controlar e dirigir as ações infantis, de exigir seu amadurecimento e independência, e o respeito às necessidades, capacidades e sentimentos de seus filhos. São pais que apresentam níveis altos de comunicação e afetividade e que normalmente estimulam as crianças para que expressem suas opiniões sobre determinados aspectos que as afetam. Apesar de demonstrarem flexibilidade e esforço em compreender o ponto de vista de seus filhos, conseguem estabelecer regras e limites claros (cujos motivos são frequentemente explicados) que são mantidos de forma consistente, conseguindo, assim, uma disciplina firme adequada às condições e possibilidades das crianças (MORENO; CUBERO, 2004).

Então, a família é um contexto de socialização, exerce grande influência sobre a criança e o adolescente. Os pais e suas práticas de criação e de educação são aspectos que interferem no desenvolvimento e, conseqüentemente, influenciam o comportamento da criança na sua vida futura.

CONTEXTUALIZANDO SOBRE PSICOPEDAGOGIA

A Psicopedagogia é considerada apenas uma área do conhecimento, não sendo ainda reconhecida como uma ciência, que abrange outras áreas como Psicologia, Pedagogia, linguagem, Psicanálise, dentre outras, em busca de favorecer uma melhor compreensão do processo de aquisição e construção da aprendizagem humana. Nessa busca, a Psicopedagogia tornou-se uma alternativa bastante promissora para a compreensão e solução dos problemas que ocorrem durante o processo de construção dos saberes.

Entretanto, inúmeros autores que tratam da Psicopedagogia defendem que ela nasceu com o objetivo de trabalhar na área clínica e foi se ampliando para a escolar, passando, assim, a dotar-se de uma prioridade preventiva em detrimento da prioridade curativa da qual era revestida, assumindo um caráter interdisciplinar e admitindo a sua especificidade enquanto área de estudos, buscando conhecimentos em outros campos para, dessa forma, criar seu próprio objeto.

Assim, por apresentar esse caráter interdisciplinar, busca conhecimentos em outros campos além da Pedagogia e Psicologia, como: Neurologia, Psicolinguística, Filosofia, Sociologia, Psicanálise, dentre outros, em busca de fundamentar-se como ciência, recorrendo a essas diversas áreas para promover a construção de seu próprio corpo teórico, não podendo mais ser vista apenas como a aplicação da Psicologia à Pedagogia, como antes era conhecido o seu campo de ação. Visca (1987) reforça esse pensamento e relata que:

A Psicopedagogia foi uma ação subsidiária da medicina e da psicologia, perfilou-se como um conhecimento independente e complementar, possuidora de um objeto de estudo - o processo de aprendizagem - e de recursos diagnósticos, corretores e preventivos próprios (VISCA, 1987, p. 23).

Sabe-se que aprender de forma sistemática não é tarefa das mais fáceis, pois exige equilíbrio entre os aspectos psíquico e biológico humanos. Na ocorrência de qualquer desorganização em um destes aspectos provoca o que a ciência denomina de distúrbios, transtornos ou apenas dificuldades de aprendizagem. A Psicopedagogia surgiu para buscar o entendimento e tratamento desses transtornos que impedem ou dificultam a assimilação de conhecimentos, principalmente na fase escolar.

Bossa (2019, p. 19) afirma ainda que "a Psicopedagogia, enquanto produção de um conhecimento científico, nasceu da necessidade de uma melhor compreensão do processo de aprendizagem, não basta como aplicação da psicologia à pedagogia".

Anteriormente, o trabalho psicopedagógico priorizava a reeducação, sendo que o processo de aprendizagem era avaliado em função dos seus déficits e o foco dessa reeducação era o sujeito que não aprendia, isto é, o sujeito da "não-aprendizagem". Mais tarde, essa "não-aprendizagem" passou a ser denominada pela Psicopedagogia de o "não-aprender"; nesta fase a singularidade do sujeito aprendente era considerada pela sua própria história e seu contexto sociocultural.

Hoje, a Psicopedagogia trabalha com uma concepção de aprendizagem que leva em conta o biológico, a afetividade e o cognitivo e suas interferências na relação sujeito-meio, além das influências socioculturais.

Existem muitas abordagens teóricas sobre o desenvolvimento e a aprendizagem sobre os fatores intra e extraescolares que tratam sobre o fracasso escolar com uma visão crítica, reflexiva e abrangente.

Diante disso, o campo de atuação da Psicopedagogia ampliou-se, e não é visto mais somente o seu lado clínico, pois hoje pode-se ver que as ações psicopedagógicas estão sendo aplicadas em vários segmentos, como: a escola, que é reconhecida sendo institucional, e também em segmentos hospitalares, empresariais, em organizações e em todos os segmentos onde há a necessidade de se trabalhar a gestão de pessoas.

Neste sentido, a Psicopedagogia trabalha e estuda a aprendizagem, o sujeito que aprende, aquilo que ele está apontando como a escola em seu conteúdo sociocultural. É uma área das Ciências Humanas que se dedica ao estudo dos processos de aprendizagem.

O psicopedagogo é o profissional licenciado nesta área do conhecimento com vistas ao atendimento às crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem. A sua ação pode ter um caráter preventivo ou interventivo (Avaliação, diagnóstico e intervenção), e pretende dar resposta às dificuldades que crianças e adolescentes sentem no seu percurso escolar.

Cabe, assim, ao psicopedagogo, a capacidade de identificar os problemas de aprendizagem, conhecer e acompanhar a aprendizagem do sujeito em questão. Faz-se necessário ressaltar e entender que dentro do campo da Psicopedagogia existem a Psicopedagogia Clínica e a Psicopedagogia Institucional, onde cada uma apresenta um método de trabalho.

Para Bossa (2000), a Psicopedagogia Clínica tem como missão retirar as pessoas da sua condição inadequada de aprendizagem, dotando-as de sentimentos de alta autoestima, fazendo-as perceber suas potencialidades, recuperando desta forma, seus processos internos de apreensão de uma realidade, nos aspectos: cognitivo, afetivo-emocional e de conteúdos acadêmicos. O aspecto clínico é realizado em Centros de Atendimento ou Clínicas Psicopedagógicas e as atividades ocorrem geralmente de forma individual.

Com relação à Psicopedagogia Institucional, Wolffenbuttel (2005) afirma que a Psicopedagogia Institucional tem como foco um trabalho sobre as instituições de ensino-aprendizagem. Esta, por sua vez, atende a grupos que compõem a instituição, focalizando como objetivo principal o resgatar do ensinar e aprender. Entende-se, assim, que o aspecto institucional se dá em organizações e está voltado para a prevenção dos insucessos interpessoais e de aprendizagem e à manutenção de um ambiente harmonioso e tranquilo.

Desta forma, conforme aponta Kiguel (1991), o trabalho com a Psicopedagogia implica em um trabalho a nível preventivo e curativo. Como função preventiva o psicopedagogo atua nas escolas e em cursos de formação de professores, contribuindo com o esclarecimento do processo

evolutivo das áreas relacionadas à aprendizagem escolar (emocional, cognitiva, de linguagem e perceptiva motora), em prol da organização de fatores que possibilitem as condições de aprendizagem de acordo com as condições dos alunos. Já em nível curativo, está dirigido a crianças e adolescentes com distúrbio de aprendizagem.

A PSICOPEDAGOGIA NA INSTITUIÇÃO ESCOLAR

Quando o aprendente não apresenta o desenvolvimento cognitivo esperado para a sua faixa etária, as instituições de ensino recomendam às famílias que procurem ajuda especializada para diagnosticar os possíveis problemas que possam estar causando as dificuldades de aprendizagem da criança.

Boa parte dessas dificuldades de aprendizagem podem ser abordadas e corrigidas dentro da própria instituição, desde que se conheçam os fatores causadores, que podem ter sua origem, por exemplo, em práticas pedagógicas equivocadas ou problemas de afetividade enfrentados pelo aluno.

Nesse contexto, é de fundamental importância que a instituição escolar conte com o apoio de um psicopedagogo, que tem como objetivo auxiliar os aprendentes no reconhecimento dos problemas que estejam dificultando o desenvolvimento do processo de aprendizagem, sejam eles gerados por fatores emocionais ou orgânicos.

Entretanto, a intervenção psicopedagógica no espaço escolar não busca o atendimento individual e das particularidades desse indivíduo, mas sim do grupo de docentes e da própria comunidade institucional. Nesse contexto, Bossa (2019, p. 32) afirma que:

[...] cabe ao psicopedagogo perceber eventuais perturbações no processo de aprendizagem, participar da dinâmica da comunidade educativa, favorecendo a integração, promovendo orientações metodológicas de acordo com as características e particularidades dos indivíduos do grupo, realizando processos de orientação.

Fica, assim, evidenciado que é papel do psicopedagogo institucional orientar, tanto os pais quanto os educadores, quanto às modernas tecnologias de ensino aprendizagem, além de esclarecimentos sobre os processos de desenvolvimento afetivo-emocional que, diretamente, possam ter relação com os problemas apresentados.

O trabalho do psicopedagogo na instituição escolar direciona-se, também, a propor, organizar e implementar propostas metodológicas de ensino mais apropriadas para o público alvo presente na escola, seja em busca de um redirecionamento nos moldes atuais de aplicação do currículo escolar ou, em casos mais específicos, a completa reorganização desse currículo.

Por fim, é importante ressaltar que o papel do psicopedagogo institucional na formação dos docentes é primordial, pois visa qualifica-los para identificar com maior segurança os aprendentes com dificuldades de aprendizagem e, assim, poder adaptar sua prática pedagógica ou, quando necessário, solicitar o auxílio da família para que a criança seja encaminhada para a ajuda mais especializada, de acordo com a necessidade do aprendente.

AS CONTRIBUIÇÕES DO PSICOPEDAGOGO NA RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA

Ao se instrumentar para o diagnóstico, é necessário que o profissional atente para o significado do sintoma ao nível familiar e escolar, e não o veja apenas em um recorte artificial, como uma deficiência do sujeito a ser por ele tratado. Dentro da abordagem que adotamos, não nos é suficiente centrar a avaliação no que é explicitado. É essencial que o psicopedagogo procure o não-dito, o implícito existente no não-aprender, que busque o sentido do sistema da aprendizagem para o próprio sujeito.

Ao tentar desvendar isso, o psicopedagogo estará penetrando num ponto crucial do problema, qual seja o significado do não aprender dentro da dinâmica familiar. O que poderia conduzir, também, a uma outra visão expressa por Naud Nannoni (1983), na qual questiona até que ponto o problema de aprendizagem pertenceria somente ao sujeito ou em que medida seria também um sintoma de problemas e conflitos inconscientes do grupo familiar. O profissional estará, assim, penetrando nas redes vinculares profundas da família atual, como nas que as ligas com as famílias de origem materna e paterna.

Com essa parceria família e escola viabilizam-se novas propostas de envolvimento dos responsáveis na socialização com outras famílias, tomando parte na educação também dos filhos dos outros. Entender a função social da escola e considerar que o professor tem seu papel importante na vida dessa criança é fundamental para a confiança e o desempenho nessa parceria.

Sendo assim, pode-se também dizer que os pais recebem da sociedade a incumbência de educar seus filhos de tal forma que estes possam vir a ser membros efetivos e úteis dessa mesma sociedade, transmitindo-lhe os valores que permitem e garantem o bom convívio social.

A escola, enquanto instituição, assumiria, no entanto, uma série de funções outrora desempenhadas quase com exclusividade pela família.

Apesar de todas as transformações ocorridas no contexto familiar, envolvendo e afetando a qualidade das relações existentes entre seus membros, a família ainda continua sendo a base fundamental de referência para o ser humano. É nela que se descobrem sentimentos de amor e ódio, é um refúgio de vínculos afetivos sob os quais os indivíduos crescem e se desenvolvem (DELFINO, 2006).

Para a psicopedagoga Alicia Fernandez (2001), esses vínculos são constituídos mesmo antes do sujeito nascer e se entrelaçam numa rede que envolve toda a família, a começar pela expectativa que se estabelece a partir do seu nascimento é carregado de relações emocionais desenvolvidas entre os membros da família, implicando em tarefas e mandatos a serem por eles desempenhados. A própria história da família já define alguns padrões de comportamentos que são esperados do indivíduo, que deve compartilhar dos princípios que são significados e que regem e controlam as ações do grupo para garantir a sua manutenção.

A parceria entre familiares e as instituições de ensino, seja a educação formal ou a técnica, é concretizada quando ambos estão unidos em um único objetivo, forma cidadãos conscientes da sociedade em que habitam com valores éticos e morais e com uma perspectiva de um futuro promissor. A família pode participar de várias maneiras na vida educacional do estudante. Ela pode, por exemplo, acompanhar tarefas e trabalhos escolares, verificar se o filho fez as atividades solicitadas pelo professor, estabelecer horários de estudo, informar-se sobre materiais e provas, entre outros.

Percebe-se, no entanto, que cada membro precisa ser visto como ser individual, tornando-se tarefa na qual todos devem estar empenhados. Pois, uma família saudável, as diferentes formas de pensamento devem ser valorizadas e respeitadas. Quando isto não ocorre, ou seja, quando o grupo cultiva padrões muito rígidos de comportamento que não permitem mudanças no sistema acaba gerando um sintoma decorrente de falhas no ciclo evolutivo familiar (FERNANDEZ, 2001).

O desafio que enfrentamos e nos propomos a solucionar com esta parceria, é inculcar nos pais e/ou responsáveis sua responsabilidade frente ao mundo atual é envolvê-los, cada vez mais, neste processo, delimitando seus limites e possibilidade para que compreendam que, apesar de o(a) filho(a) estar na escola, a função de educar começa no meio familiar, é peça chave no desenvolvimento e construção desse novo ser em questão, a criança.

CONSIDERAÇÕES (NÃO) FINAIS

Existem inúmeros fatores que contribuem para o fracasso escolar, e cabe ao psicopedagogo, quando solicitado, diagnosticar os problemas existentes e tomar iniciativas para resolvê-lo ou amenizá-lo. Mas, para que isto aconteça, faz-se necessário que exista uma relação mais próxima entre família e escola, porque esta não é uma responsabilidade só da escola, mas de ambas as instituições.

Conclui-se, nesta perspectiva, que o sucesso escolar e a mudança de atitudes por parte dos educandos, tornando-se pessoas disciplinadas, não depende unicamente deles, mas da colaboração de toda a comunidade escolar e, principalmente, da família. Embora ainda existam instituições que insistam em ignorar que não se pode dissociar os aspectos afetivo e cognitivo no processo de aprendizagem, é importante que essa relação esteja equilibrada para que ocorra um bom desenvolvimento infantil.

Pensar na construção de uma educação escolar mais justa e solidária é refletir sobre os valores que fazem a diferença humana nas relações escolares no dia a dia. Nesta perspectiva, verificou-se que a afetividade, moral e educação estão intrinsecamente ligadas à aprendizagem e que estas influenciam de maneira significativa a forma pela qual os seres humanos resolvem conflitos de natureza moral.

A partir desse estudo, foi possível identificar que a parceria entre família e escola tem um papel importante na formação do aprendente e na relação deste com os educadores. Porém, quando ocorrem as falhas no processo de ensino aprendizagem, os professores e a equipe escolar podem, dentro de suas possibilidades e limitações, ajudar a desenvolver o potencial que cada aluno tem. Mas, quando os problemas educacionais extrapolam o conhecimento da equipe escolar, é função do psicopedagogo aplicar seu conhecimento e técnicas diferenciadas para procurar diagnosticar e levar o cliente/paciente à solução dos problemas.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, J. G. **Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas**. 4. ed. São Paulo: Summus, 1996.
- ÁRIES, P. **A História Social da Família e da Criança**. Rio de Janeiro: Zabar Editoras, 1981.
- BOSSA, N. A. **A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática**. 5 ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2019.
- DEMO, P. **Participação é conquista**. São Paulo: Cortez, 2001.
- FERNÁNDEZ, A. **A mulher escondida na professora**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- GOMES, I. C. **O sintoma da criança e a dinâmica do casal**. 2 ed. São Paulo: Escuta, 2011.
- KIGUEL, S. M. Normalidade X patologia no processo de aprendizagem: abordagem psicopedagógica. **Revista de Psicopedagogia**, São Paulo, v. 10, p. 15-19, 1991.

- MORENO, M. C.; CUBERO, R.. Relações sociais nos anos escolares: família, escola, companheiros. *In:* COLL, C.; PALCIOS, J.; MARCHESI, A. (Org.) **Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva**. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004. (série Desenvolvimento psicológico e Educação).
- NARVAZ., M. G.; KOLLER, S. H. **A invenção da família**. Pensando Famílias, v. 7, n. 9, p. 121-134, jan./mar. 2005.
- ROMANELLI, G. Autoridade e poder na família. *In:* CARVALHO, M. C. B. A. **Família Contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC/Cortez, 2005.
- SAVATER, F. **O eclipse da família: o valor de educar**. Tradução de Mônica Sthel. São Paulo: Planeta do Brasil, 2005.
- SOARES, V. S.; LOPES, K. T. C. Processo histórico da família e matrimônios mistos. **Diversidade Religiosa**, Campina Grande, v. 1, n. 1, p. 9, 2015.
- SZYMANSKY, H. Teorias e “teorias” de famílias. *In:* CARVALHO, M. C. B. (Org.). **A família contemporânea em debate**. 6. ed. São Paulo: EDUC/Cortez: 2005.
- TEDESCO, J. C. **O novo pacto educativo: Educação, competitividade e cidadania na sociedade moderna**. São Paulo: Ática, 2002.
- VISCA, J. **Clínica psicopedagógica - epistemologia convergente**. Porto Alegre: Artmed, 1987.
- VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- WALD, A. **Direito de família**. 13 ed., rev., ampl. e atual. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.
- WOLFFENBUTTEL, P. **Psicopedagogia: teoria e prática em discussão**. Novo Hamburgo: Feevale, 2005.

O USO DE JOGOS NA CLÍNICA PSICOPEDAGÓGICA¹⁶

Niedja Carla do Nascimento¹⁷

Francisco Leilson da Silva¹⁸

Viviane Costa Fonseca de Almeida Medeiros¹⁹

Mayara Ferreira de Farias²⁰

RESUMO

O principal objetivo dessa pesquisa era compreender como os jogos podem ser utilizados pelo psicopedagogo na busca de um diagnóstico ou tratamento das dificuldades de aprendizagem. Buscou-se compreender como esses elementos são importantes para o processo de ensino/aprendizagem e sua relevância para a compreensão científica do desenvolvimento infantil, pois entende-se que jogos e brincadeiras devem fazer parte do dia-a-dia escolar de cada aluno. Analisou-se, assim, o conceito da atividade de brincar a partir de diferentes autores, privilegiando abordagens relacionadas à importância dos jogos e brincadeiras como atividades que promovem a representação e o aprendizado no desenvolvimento infantil para, finalmente, refletir-se sobre a importância desses elementos no contexto psicopedagógico. Para o embasamento teórico contou-se com a colaboração de alguns autores que tratam do tema em foco, dos quais podemos citar as contribuições de Kishimoto (2000), Vygotsky (1989) e Campos (2015). Concluiu-se, ao final do estudo, que a utilização dos jogos e brincadeiras durante o diagnóstico psicopedagógico pode significar a diferença entre o fracasso e o sucesso na tentativa de levar o sujeito a recuperar a plenitude do seu desenvolvimento cognitivo.

Palavras chaves: Jogos e Brincadeiras. Ludicidade. Desenvolvimento infantil. Diagnóstico psicopedagógico.

ABSTRACT

The main objective of this research was to understand how games can be used by the psychopedagogue in the search for a diagnosis or treatment of learning difficulties. We sought to understand how these elements are important for the teaching / learning process and their relevance for the scientific understanding of child development, as it is understood that games and play should be part of each student's school day-to-day. Thus, the concept of the activity of playing from different authors was analyzed, privileging approaches related to the importance of games and games as activities that promote representation and learning in child development to finally reflect on the importance of these elements in the psychopedagogical context. For the theoretical basis, we counted on the collaboration of some authors who deal with the theme in focus, of which we can mention the contributions of Kishimoto (2000), Vygotsky (1989) and Campos (2015). It was concluded, at the end of the study, that the use of games and play during the psychopedagogical diagnosis can mean the difference between failure and success in trying to get the subject to recover the fullness of their cognitive development.

Keywords: Games and Play. Playfulness. Child development. Psychopedagogical diagnosis.

¹⁶ Artigo apresentado a Faculdade do Maciço de Baturité, como um dos pré-requisitos para obtenção do título em especialista em Psicopedagogia Institucional e Clínica.

¹⁷ Especialista em Psicopedagogia Institucional e Clínica.

¹⁸ Doutorando no Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem (Universidade Federal do Rio Grande do Norte). Professor na Secretaria Estadual de Educação e Cultura do Rio Grande do Norte. E-mail: psileilson@hotmail.com.

¹⁹ Doutorada em turismo pela UFRN. Professora efetiva do IFRN, Campus Canguaretama. E-mail: liramedeiros@yahoo.com.br.

²⁰ Doutoranda e Mestre em Turismo pela UFRN (PPGTUR). Especialista em Gestão Pública Municipal pela UFPA. Especialista em História e Cultura Afro-Brasileira e Africana/NCCE (UFRN). Especialista em Política de Promoção da Igualdade Racial (UNIAFRO) pela UFERSA. Graduada em Letras/Espanhol (IFRN). Bacharel em Turismo (UFRN). Atualmente, é avaliadora voluntária em oito periódicos com Qualis Capes. Email: mayaraferreiradefarias@gmail.com.

INTRODUÇÃO

No universo infantil, brincadeiras, brinquedos e jogos sempre estiveram presentes no dia a dia de cada um. Ao observar uma criança brincando, pode-se perceber como a imaginação, a fantasia e as suas emoções fluem livremente, pois o brinquedo representa, para ela, a construção de um mundo só seu.

Através do brincar a criança exercita todas as suas potencialidades, e desenvolve vários aspectos, como o social, o motor e o cognitivo. Durante as brincadeiras a criança constrói valores e crenças, cria leis e regras, institui hábitos e costumes, conta e reconta histórias, adquire conhecimentos novos e transmite aqueles que já assimilou.

O brincar é, então, a linguagem natural da criança e deve ser valorizada, uma vez que ela é a figura central do fazer pedagógico. Brincando elas sentem prazer e iniciam a organização das suas relações sociais.

O brincar ajuda a criança a desenvolver sua identidade e criar autonomia, conduzir-se e decidir por si própria. Deste modo, o brincar é mais que uma atividade lúdica, pois possui especificidades voltadas para obtenção de informação, contribui para que a criança adquira flexibilidade, desperta o interesse e a vontade de experimentar novos caminhos, proporciona momentos de interação em diversos contextos, incentiva a autoconfiança, bem como eleva a autoestima, estimulando o sujeito a persistir e perseverar.

A Psicopedagogia contribui significativamente na prática pedagógica da escola, tendo em vista desenvolver no sujeito o prazer e o desejo de aprender a partir das brincadeiras e dos jogos, buscando estratégias educativas adequadas para cada faixa etária.

As estratégias lúdicas organizadas pelas brincadeiras e jogos podem fazer parte do desenvolvimento de uma ação psicopedagógica sistematizada e ampla que objetive atingir não somente as crianças pelo psicopedagogo, mas também outros profissionais da escola, bem como os familiares do sujeito, que lidam com ela no dia-a-dia.

Acreditamos que a prática do psicopedagogo possa ser útil nesse fazer com uma escuta e um olhar diferenciado para o valor do lúdico no ensino aprendizagem. É oportuno compreender a importância que a ludicidade traz em si para ajudar aos educandos na construção de saberes pertinentes que os levem a construir seu processo de leitura e escrita e apropriarem-se de conhecimentos matemáticos, ampliando sua visão de mundo, seu raciocínio lógico de forma a alavancar outros saberes.

O presente estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica, com o intuito de pesquisar e refletir sobre a importância dos jogos na clínica psicopedagógica. Nesse sentido realizou-se uma pesquisa teórica com alguns autores que tratam do tema em foco, responsáveis por fornecerem argumentações e embasamentos teóricos.

O embasamento teórico terá como prioridade as contribuições de Kishimoto (2000), Vygotsky (1989), e Campos (2015) entre outros, sendo estes grandes estudiosos sobre o tema aqui apresentado.

O principal objetivo dessa pesquisa é compreender como os jogos podem ser utilizados pelo psicopedagogo na busca de um diagnóstico ou tratamento das dificuldades de aprendizagem. Busca, também, mostrar a relevância do brincar para o desenvolvimento infantil, oportunizando a aprendizagem a partir de atividades lúdicas, contribuindo, assim, com o desempenho individual e coletivo das crianças. Levando em conta os órgãos dos sentidos, elementos básicos sobre os quais efetua-se a construção do conhecimento.

O estudo do tema que envolve jogos e brincadeiras na clínica psicopedagógica ganha maior relevância porque as atividades lúdicas fazem parte de um processo onde estão inseridas as emoções infantis, sua afetividade, sua socialização, sua motivação, sendo o propulsor de novos desafios. Durante este estudo, a utilização do termo “lúdico” sempre será no sentido do processo que envolve jogos, brincadeiras e dramatização, que podem ser entendidas como condutas semelhantes na vida infantil, como nos afirma Weiss (2004).

A pesquisa que envolveu a produção deste artigo contribuiu para que pudéssemos repensar as nossas próprias práticas pedagógicas, tendo agora um olhar psicopedagógico para focar em detalhes dos aspectos infantis que antes não podíamos perceber, permitindo-nos perceber que as práticas lúdicas que envolvem jogos possibilitam ao psicopedagogo reconhecer nas crianças o seu grau de desenvolvimento cognitivo enquanto se pesquisa as causas de sua dificuldade de aprendizagem.

COMPREENDENDO SOBRE CONCEITOS DE PSICOPEDAGOGIA

A Psicopedagogia é um campo de conhecimento recente. Sua chegada ao Brasil deu-se por volta do ano de 1970, quando foi instalado o primeiro curso. A esse respeito, Campos (2015) se refere afirmando que:

O primeiro curso de especialização em psicopedagogia, em São Paulo, surgiu em 1970, no instituto Sedes Sapiential - tem a ver com a angústia, as indagações e a investigação de pessoas ligadas, em sua maioria, à educação e que se defrontavam com crianças que não aprendiam, apesar de todos os esforços empreendidos (CAMPOS, 2015, p. 209).

Sendo assim, a Psicopedagogia surge com a necessidade de atender o sujeito com dificuldades de aprendizagem. Nesse contexto, Porto (2009) afirma que:

A psicopedagogia ainda está construindo seu corpo teórico, não constituindo uma ciência. Assim, sendo uma área de estudos muito nova, pode ser vista com desconfiança por alguns profissionais de outros campos. Por outro lado, o fato de ser jovem permite que se construa para atender aos atuais problemas enfrentados no processo de ensino aprendizagem (PORTO, 2009, p. 108).

Como visto, a autora previa que, por ser um campo em construção novo, ele seria capaz de atender as necessidades da atualidade na questão do ensino aprendizagem.

Dois grandes campos aos quais a Psicopedagogia está relacionada são a Psicologia e a Pedagogia, porém ela não se limita apenas a esses dois campos, é muito mais abrangente. Nesse contexto, afirma-se que “o trabalho psicopedagógico se baseia em diversas áreas do conhecimento. Eis algumas delas: Psicologia, Pedagogia, Psicanálise, Psicologia genética e linguística” (PORTO, 2009, p. 109) Como podemos perceber a Psicopedagogia é uma área complexa, porém, muito satisfatória.

Como o campo de atuação da Psicopedagogia é a aprendizagem, podemos dizer que sua intervenção pode ser clínica ou preventiva. A preventiva está presente nas escolas para resolver problemas como o fracasso escolar e a clínica tem a função curativa, onde se diagnóstica, investiga-se e orienta a respeito dos obstáculos que interferem uma boa aprendizagem, ou seja, a clínica é voltada para a terapia ou a recuperação.

Nesse sentido, Scoz (1987, p. 15) defende que “a prática da psicopedagogia vem delineando duas formas básicas de atuação: a clínica, mais voltada para a terapêutica (recuperação) e a institucional, mais voltada para a prevenção.”

A Psicopedagogia Clínica, como afirma Neves (1991), geralmente se encontra fora das escolas, sendo praticada “[...] em locais especiais de atendimento o ‘consultório Psicopedagógico’ - sob a formação de atendimento geralmente individual” (NEVES, 1991, p. 11) Também encontramos a Psicopedagogia Clínica em hospitais e em principal nos hospitais de atendimento psicológico ou psiquiatra.

Ao referir-se sobre o objetivo do diagnóstico Psicopedagógico Clínico, Weiss (2004) defende que este “[...] é identificar os desvios e os obstáculos básicos no Modelo de Aprendizagem do sujeito que, a impedem de crescer na aprendizagem dentro do esperado pelo meio social” (WEISS, 2004, p. 32)

Portanto, o principal objetivo do atendimento clínico é descobrir quais são as dificuldades de aprendizagem e descobrir também o porquê do paciente não está aprendendo. E para chegar a tal conclusão o psicopedagogo recorre a realização do processo diagnóstico clínico.

Um dos principais recursos da Psicopedagogia Clínica é a realização de entrevistas operativas, dedicadas a expressão e a progressiva resolução do problema do paciente. Este processo é dirigido as crianças e adolescentes com dificuldades para aprender

Para a realização do Diagnóstico Clínico Psicopedagógico, o profissional deve desenvolver os seguintes procedimentos que estão divididos em sessões: apresentação do sujeito/queixa, a entrevista inicial, a anamnese; a E.o.ca; as provas Projetivas psicopedagógicas; a lúdica, e a entrevista Devolutiva.

Todos esses procedimentos são de suma importância para o diagnóstico clínico. Kiguel (1991, p. 26), afirma que: “Integrando os resultados destes procedimentos, o psicopedagogo busca a explicação das condições de aprendizagem do paciente identificando áreas de competência e de dificuldades.”

Já Weiss (2004, p. 28) acredita que: “Busca-se do clínico exatamente a unidade, a coerência, a integração que evitariam transformar a investigação diagnóstica numa ‘colcha de retalhos’ com a simples justa posição de dados ou com mera soma de resultados de testes e provas.”

Portanto, a realização do Diagnóstica Clínico é bem esquematizada para que o psicopedagogo possa investigar e conseqüentemente dá um diagnóstico a família, a escola e ao paciente.

A FUNÇÃO DIAGNÓSTICA DA AVALIAÇÃO CLÍNICA PSICOPEDAGÓGICA

O processo de avaliação clínica está dividido em etapas de sessões que possibilitará a construção histórica das aprendizagens do paciente em questão, com também possibilitará um diagnóstico e quais as possíveis soluções para as dificuldades apresentadas.

Para descobrir o motivo de não aprender, o psicopedagogo deverá se atrelar a uma sensibilidade maior, a de escuta, pois cada sujeito apresenta dificuldades diferentes. Dessa forma, Campos (2015) afirma que:

[...] a fase de avaliação busca criar um espaço de confiança, de jogo e de criatividade pois só neste contexto se poderá desenvolver a escuta e o olhar clínico e dar voz própria ao paciente para que ele expresse finalmente a sua queixa (CAMPOS, 2015, p. 220).

Existem instrumentos de avaliação que são esquematizados para dar um possível diagnóstico clínico. Estes instrumentos estão divididos em seis sessões que são: Entrevista Inicial, Entrevista de Anamnese, EOCA, Provas Projetivas Psicopedagógicas, Lúdica, Visita a escola ou Entrevista com a Professora e por último a Entrevista Devolutiva.

A Entrevista Inicial é realizada primeiro com o sujeito e logo após com os responsáveis. O seu objetivo é exatamente compreender o motivo da queixa, tanto do ponto de vista familiar como do ponto de vista escolar, como também se desenvolve um enquadre terapêutico dos encontros, pontuando os horários e as possíveis datas dos encontros.

Portanto, Weiss (WEISS, 2004, p. 47) nos faz um alerta a respeito da queixa, afirmando que “a queixa não é apenas uma frase falada no primeiro encontro, ela precisa ser escutada ao longo de diferentes sessões diagnósticas, sendo fundamental refletir sobre o seu significado”. Ou seja, a autora acredita que a queixa não é apenas um objetivo específico da primeira sessão, ela deve ser questionada nas outras sessões para sua melhor compreensão.

A Anamnese é a segunda sessão, realizada com a mãe, onde a mesma deve contar a história das primeiras aprendizagens realizadas pelo filho. Para Fernández (1991, p. 82), “tratando-se do diagnóstico do problema de aprendizagem, privilegiamos na história vital o relato de situações a partir das quais possamos obter dados sobre a modalidade de aprendizagem”.

Sendo assim, o principal objetivo da Anamnese é descobrir como se deram as principais aprendizagens do sujeito.

A EOCA - Entrevista Operativa Centrada na Aprendizagem é a terceira sessão, ela possibilita ao psicopedagogo observar os vínculos que o paciente possui com os objetos, pontuando o que ele produz e fala.

Para Bossa (2000, p. 44), “a realização da EOCA tem a intenção de investigar o modelo de aprendizagem do sujeito, sendo sua prática baseada na Psicologia social de Pichon Rivière nos postulados da Psicanálise e no método clínico da Escola de Genebra”.

A EOCA possibilita observar modelo de aprendizagem que o sujeito se encontra, qual o seu nível de escrita e nível cognitivo. Visca (1987, p. 72) afirma que “a EOCA deverá ser um instrumento simples, porém rico em seus resultados”.

As Provas Projetivas Psicopedagógicas, são capazes de produzirem a realidade do sujeito em forma de desenhos. É possível encontrar neles os elementos sociais necessários para levantar hipóteses.

Podem ser utilizados algumas Provas Projetivas como; O par educativo, a família educativa, a planta da sala de aula, a planta da minha casa, os quatro momentos do dia, o dia do meu aniversário, minhas férias, fazendo aquilo que mais gosta, o desenho em episódios e entre outras técnicas que se joguem necessárias.

Porém, vale salientar que o Psicopedagogo não precisa utilizar todas as Provas Projetivas, apenas escolhe as que tenham relação com a dificuldade do paciente. Pois, cada prova tem sua especificidade e objetivos, como por exemplo o par educativo, que tem o objetivo de ver o vínculo existente entre o aluno e o docente.

Visca (2018, p. 16) acredita que: “As técnicas projetivas são um recurso entre outros que permite investigar essa dimensão, no que se refere ao vínculo ou vínculos que um sujeito estabelece com a aprendizagem propriamente dita, assim como também com as circunstâncias dentre as quais se opera essa construção”. Portanto, as Provas Projetivas têm o objetivo fundamental de investigar os vínculos existentes em diferentes momentos de sua vida cotidiana, ou seja, os vínculos com os pais, com a escola, com os colegas, com sigo mesma e entre outras relações em que o sujeito se faça presente nela.

A Lúdica é a quinta sessão, ela possibilita observar qual a reação do sujeito frente os brinquedos e os jogos expostos. No diagnóstico, o uso de situações lúdicas é mais uma possibilidade de compreender, basicamente, o funcionamento dos processos cognitivos e afetivos-sociais em suas interferências mutuas, no Modelo de Aprendizagem do paciente (WEISS, 2004, p. 73). Sendo assim, o objetivo desta sessão é observar o funcionamento dos processos, como o sujeito brinca, como ele joga, se ele aceita perder e entre outros pontos que se joguem necessários observar na sessão lúdica.

Devemos lembrar que essa sessão deve ser adequada por idade, por exemplo crianças até 7 (sete) anos utiliza-se mais a ludicidade e crianças de 11 (onze) anos mais jogos com regras, jogos que exija o raciocínio logico e entre outros. Por fim, a última sessão a Entrevista Devolutiva, que ocorre com o sujeito e com os responsáveis, onde será pontuado primeiramente os pontos positivos, para depois apresentar os pontos negativos. A Devolutiva retorna a queixa inicial, dá o diagnóstico e faz os encaminhamentos aos especialistas do problema que o paciente venha apresentar.

O BRINCAR: SOBRE O LÚDICO E AS BRINCADEIRAS

O brincar pode ser entendido como uma das mais importantes formas de comunicação da criança. Ao brincar a criança passa a reproduzir as ocorrências do seu cotidiano, viajando por um mundo imaginário e fantasioso. Brincar possibilita, ainda, a melhoria do processo de aprendizagem infantil, tornando a criança um sujeito mais reflexivo, criativo e autônomo, criando uma ponte entre o jogo e a aprendizagem (KISHIMOTO, 2000).

Mas, para que essa ponte seja criada, é necessário atingir um nível de consciência coletiva que envolva os pais, os educadores e a sociedade em geral sobre a importância de a criança vivenciar momentos lúdicos na infância, percebendo o brincar não apenas como lazer, mas como parte do processo de aprendizagem.

De acordo com Santos (1997, p. 12), “a ludicidade é uma necessidade do ser humano em qualquer idade e não pode ser vista apenas como diversão”. O desenvolvimento do aspecto lúdico facilita a aprendizagem, o desenvolvimento cultural, colaborando para uma boa saúde mental, prepara para um estado interior fértil, facilita os processos de sociabilização, comunicação, expressão e construção do conhecimento.

Portanto, através de jogos e brincadeiras a criança tem a oportunidade de se desenvolver, pois além de ter a curiosidade, a autoconfiança e a autonomia estimuladas, ainda desenvolve a linguagem, a concentração e a atenção. O brincar contribui para que a criança se torne um adulto eficiente e equilibrado. Além disso, as crianças aprendem muito mais se o conteúdo for apresentado em forma de jogos ou brincadeiras, como nos afirma Kishimoto (2000):

A brincadeira tem papel preponderante na perspectiva de uma aprendizagem exploratória, ao favorecer a conduta divergente, a busca de alternativas não usuais, integrando o pensamento intuitivo. Brincadeiras com o auxílio do adulto, em situações estruturadas, mas que permitam a ação motivada e iniciada pelo aprendiz de qualquer idade, parecem estratégias adequadas para os que acreditam no potencial do ser humano para descobrir, relacionar e buscar soluções. (KISHIMOTO, 2000, p. 151).

Sem dúvidas, o uso de jogos e brincadeiras é uma prática muito importante no processo de ensino aprendizagem, seja no campo intelectual, psicossocial ou motor. Há anos discute-se os benefícios que os jogos e as brincadeiras proporcionam na aprendizagem, e à cada dia o seu potencial modificador na vida das crianças, sobretudo, surpreende mais os estudiosos e os profissionais da educação.

O aprendizado também é uma transformação na vida de qualquer ser humano, inclusive na das crianças. Isso quer dizer que os jogos e brincadeiras elucidam um mundo estruturado da vida das crianças, ou seja, elas se dão conta do seu aprendizado proporcionado através de uma atividade que também lhes causa satisfação. É possível, então, afirmar que “brincando a criança é capaz de satisfazer as suas necessidades e estruturar-se na medida em que ocorrem transformações em sua consciência” (VYGOTSKY, 1989, p. 109).

A escola atual tem uma tendência de pensar e concretizar práticas mais tradicionais que as voltadas para a tendência crítico social dos conteúdos. Novas ideias marcaram as concepções de ensino e aprendizagem através das ideias de Ferreiro e Teberosky na década de 1980.

Os jogos e brincadeiras na escola surgem como uma necessidade de desenvolver o lado criativo e cultural do aluno. Tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento das habilidades, e deste modo promover a autonomia e independência da criança.

Segundo Trindade (1998), “é importante que a escola dê condições adequadas para o lúdico, visando criar situações compatíveis com as necessidades apresentadas pelas crianças e favorecendo a estimulação para o seu desenvolvimento”. Nessa perspectiva, a escola precisa resgatar as brincadeiras e os jogos criando formas de desenvolver e estimular a criatividade da criança, deixando aflorar as suas habilidades, despertando a necessidade de conhecimento e inovação, onde a criança desenvolva o prazer pelo aprender.

É na escola, durante o desenvolvimento das brincadeiras, que as crianças vão estabelecendo as relações humanas. É nesse contexto que as relações sociais tornam-se mais amplas, não só no âmbito familiar, mas também nas brincadeiras em grupos. As relações sociais são reproduzidas nas relações das crianças entre si, reguladas por relações implícitas de comportamento. Essas relações são uma condição prévia importante para que, aos poucos, as crianças tornem-se conscientes da existência de regras nas brincadeiras.

Assim, no contexto das práticas histórico-culturais, as brincadeiras e os jogos se desenvolvem na escola com objetivos claros de agregarem-se aos conteúdos didáticos para tornar o aprendizado da criança mais prazeroso, onde a criança sinta prazer no aprender, ou seja, aprende brincando.

Por isso, é necessário que o professor desempenhe um papel fundamental na construção do conhecimento da criança, no desenvolver de suas habilidades, propondo regras e sendo o condutor das brincadeiras de maneira prática e didática, assim como podemos encontrar nos pressupostos de Fontana e Cruz (1997):

O professor é o adulto que conduz intencionalmente as relações de ensino de acordo com os objetivos e concepções didático-pedagógicas, concepções e objetivos que constituem, ao mesmo tempo, a seleção das atividades apresentadas às crianças e a “lente” com a qual ele focaliza o que elas fazem e dizem (FONTANA; CRUZ, 1997, p. 136).

Neste contexto, o professor é a pessoa mais indicada para mediar os acontecimentos nas atividades lúdicas e precisa estar ciente de que a brincadeira para a criança é necessária e traz enormes contribuições para a aprendizagem. Com o auxílio dos jogos e brincadeiras dentro das disciplinas os professores podem trabalhar os conteúdos de forma mais prática e concreta, tornando, dessa maneira, as aulas mais atrativas, favorecendo a aprendizagem significativa.

Portanto, os jogos e as brincadeiras na escola funcionam como uma atividade a mais para a criança adquirir conhecimento com o auxílio dos jogos e brincadeiras, fazendo com que os conteúdos ministrados tornem-se mais prazerosos e desperte a criança para construir seu próprio conhecimento. Para tanto, é necessário que o educador integre o lúdico à sua prática pedagógica e busque relacionar os conteúdos aos jogos e brincadeiras.

O PAPEL DO BRINCAR NO DIAGNÓSTICO PSICOPEDAGÓGICO

As atividades lúdicas compõem um conjunto de recursos fundamentais para facilitar e favorecer a aprendizagem infantil em todos os níveis de seu desenvolvimento, pois provoca o pensamento reflexivo, que é essencial para realizar abstrações e operações cognitivas em níveis mais complexos.

Atualmente, é reconhecido em todo o meio educacional é necessário reservar um tempo e espaço durante o período de permanência das crianças na instituição escolar de Educação Infantil dedicado à brincadeira, para que possam desenvolver aspectos como sociabilização, regras, etc. Este momento de brincadeiras pode ser considerado propício para facilitar a interação entre os adultos e as crianças e das crianças entre si, gerando desenvolvimento emocional e cognitivo.

Esse entendimento expandiu-se, indo além da área de atuação da Pedagogia e adentrando no campo de estudo da Psicopedagogia, onde se percebeu que o trabalho do psicopedagogo, tanto na questão do diagnóstico quanto no tratamento, tem sempre maior probabilidade de sucesso quando o atendimento acontece de forma lúdica. A visão de Winnicott possibilita uma compreensão mais integradora do brincar da aprendizagem. Ele resume seu pensamento da seguinte forma:

É no brincar, e somente no brincar, que o indivíduo, criança ou adulto, pode ser criativo e utilizar sua personalidade integral: e é somente sendo criativo que o indivíduo descobre o seu eu [self]. (WEISS, 2012 apud WINNICOTT, 1975, p. 80).

No brincar, a criança constrói um espaço de experimentação, de transição entre o mundo interno e externo (Ibid.p.75).

Essa área intermediária de experiência, incontestada quanto a pertencer à realidade interna ou externa (compartilhada), constitui a parte maior da experiência do bebê e, através da vida, é conservada na experimentação intensa que diz respeito às artes, à religião, ao viver imaginativo e ao trabalho científico criador (WEISS, 2012).

Weiss (2012) aponta que nesse espaço transicional – criança-outro, indivíduo-meio – dá-se a aprendizagem. Por essa razão, o processo lúdico é fundamental no trabalho psicopedagógico. No diagnóstico, por exemplo, o uso de situações lúdicas é mais uma possibilidade de se compreender o funcionamento dos processos cognitivos e afetivos-sociais em suas interferências mútuas, no modelo de aprendizagem do paciente. A autora declara:

Com crianças de até aproximadamente sete anos, costumo conduzir todo o diagnóstico de forma lúdica. Às vezes, quando considero importante, faço intervenções para facilitar a comunicação, ressaltar um ponto básico ou aproveitar um momento que pode ser esclarecedor. Pode ocorrer também de incluir uma avaliação mais diretiva e formalizada em momentos em que isso me parece oportuno.

Com facilidade eles revelam aspectos que não aparecem nas situações mais formais do diagnóstico não só na área cognitiva, como na afetiva-social (WEISS, 2012, p. 76).

Quando é aberto o espaço para brincar durante o diagnóstico, está se possibilitando um movimento na direção da saúde, da cura, rompendo-se a fronteira entre o diagnóstico e o tratamento, já que o próprio diagnóstico passa a ter um caráter terapêutico. Na sessão lúdica diagnóstica há limites mais definidos, podendo ser realizadas intervenções provocadoras e limitadoras para se observar a reação da criança: se aceita ou não as propostas, se revela como quer ou pode brincar naquela situação, como resiste às frustrações, como elabora desafios e mudanças propostas na situação.

Weiss (2012, p. 158) ainda discorre com exemplos práticos que podem ser desenvolvidos em uma sessão diagnóstica ou terapêutica. São eles:

1 – Jogos de vitória ao acaso, com uso de dados e um ou mais tipos de roleta, como por exemplo, os jogos com pistas a percorrer com obstáculos. O ganhar e o perder são aleatórios, não dependendo da eficiência dos jogadores. São úteis no diagnóstico ou no início do tratamento, quando alguns pacientes não aguentam perder, tendo feito esforço, raciocinado etc.

2 – Jogos espaciais com estratégia para se chegar à vitória: Damas, Trilha, Gamão, Xadrez, Velha, Contra-Ataque, Lig-4, Einstein, Labirinto, Senha, dentre outros. É preciso planejar jogadas, fazer antecipações da própria jogada e da do adversário. São jogos preferidos pelos adolescentes e de grande valor no diagnóstico.

3 – Jogos cujo principal objetivo é o conteúdo escolar como a formação de palavras, leitura e cálculos matemáticos: Palavras Cruzadas, Risk, Caça- Letras, Loto de Aritmética, Box 48, Soletrando e outros.

4 – Jogos que exigem basicamente o uso da percepção: Memória, Lince, Vísperas de diferentes tipos.

5 – Jogos de cartas: os baralhos comuns se prestam a inúmeros jogos com maior ou menor complexidade. Baralhos com figuras tipo Quartetos, Mico-Preto, Uno, Cancan e outros.

6 – Jogos de computador: podem ter características dos jogos citados anteriormente, ou podem ser novos, criados com a especificidade da informática, como os jogos lógicos com o apoio da imagem e da simulação.

Os materiais de uso – hidrocor, tinta, lápis, borracha, tesoura, jogos, brinquedos – devem ser oferecidos em suas versões mais simples e usuais, evitando-se modelos muito diferentes e rebuscadas que desviem a atenção do paciente da função a ser exercida pelo material, concentrando-a na sua aparência.

Quando se pensa em jogos no tratamento psicopedagógico, a nossa memória nos remete ao nome de Jorge Visca. Em seu livro editado em 2012 “Introdução aos Jogos Lógicos no Tratamento Psicopedagógico”, Visca, de acordo com a Epistemologia Convergente, afirma que toda aprendizagem exige a solução de um conflito cognitivo-afetivo:

...para o qual tais aspectos podem estar adequadamente desenvolvidos ou não, como também pode ocorrer que a relação entre ambas as dimensões encontre-se predominantemente alterada. Estas dimensões, por sua vez, constituem partes de um sistema que admite certos graus de alojamento das mesmas, sem que o equilíbrio da estrutura total seja destruído. Porém, quando esse desequilíbrio existe, há uma perturbação da aprendizagem. (VISCA; SCHUMACHER, 2012, p. 9).

O autor ainda afirma que os jogos colocam em exercício as funções cognitivas e afetivas, além de desenvolver conteúdos sociais. O desenvolvimento da humanidade é acompanhado pelos jogos através de sua evolução, muitos ainda estão quase que inalterados em seus princípios e aspectos essenciais, desde a sua origem até os dias de hoje. As operações exigidas nos jogos não são diferentes das exigidas na vida cotidiana, assim como, das que se estimulam nos tratamentos psicopedagógicos. Por esse motivo é que os jogos são tão úteis para o desenvolvimento e a recuperação, além de possuírem o atrativo do lúdico.

Cada jogo possui e exercita os aspectos cognitivo, afetivo e social, podendo classificá-los em jogos lógicos, que desenvolvem o raciocínio; jogos afetivos, que estimulam as emoções; e jogos sociais, que facilitam a aquisição de conhecimentos, atitudes e destrezas próprias de um determinado meio.

É comum, em cada uma dessas três classificações, existir uma “família de jogos”, onde cada membro apresenta um grau ou nível de complexidade crescente. Um jogo mais simples pode preparar para outro mais complexo, facilitando a construção de esquemas.

É necessário ter clareza de que cada jogo contém um conjunto de operações lógicas, as quais podem ser hierarquizadas pela frequência de seu uso ou de sua complexidade e que, inevitavelmente, terão que ser postas em funcionamento por quem deseja realizar um determinado jogo.

No tratamento psicopedagógico, é necessário que o profissional conheça com profundidade as operações que subentendem as diferentes condutas requeridas por um determinado passatempo, pois essas podem ser sutilmente provocadas – e não impostas – em benefício do sujeito (VISCA; SCHUMACHER, 2012, p. 10).

Diferentes jogos exigem as mesmas operações, o que permite conhecendo-se as características de personalidade de quem necessita ser estimulado, realizar uma escolha oportuna em consonância com seus gostos e interesses.

É importante e necessário um adequado conhecimento, de tal forma que nos momentos em que se pratique o uso de jogos, o psicopedagogo possa “ler” com profundidade o que está ocorrendo, como também dispor de estratégias que possibilitem mobilizar adequadamente o indivíduo aprendiz.

A utilização de jogos lógicos nos tratamentos psicopedagógicos requer a consideração de, pelo menos, dois aspectos fundamentais, que devem ser levados em conta para sua adequada aplicação: o nível cognitivo do paciente e o conhecimento que o mesmo tem do jogo. A sua vez, para cada um de ambos os aspectos abre-se uma série de questões secundárias que são imprescindíveis para poder estabelecer uma adequada dinâmica de interação (VISCA; SCHUMACHER, 2012, p. 13).

A ludicidade se assemelha às bases da aprendizagem por fornecer ao indivíduo, que cada vez mais é capaz de executar tarefas mais complexas, a aquisição de novos conhecimentos em associado com a satisfação que as brincadeiras são capazes de proporcionar.

CONSIDERAÇÕES (NÃO) FINAIS

“Brincar é fonte de lazer, mas é, simultaneamente, fonte de conhecimentos; é esta dupla natureza que nos leva a considerar o brincar parte integrante da atividade educativa” (TEIXEIRA, 2010, p. 44). É a partir dessa simples e profunda citação que concluímos este artigo que proporcionou, através do estudo teórico, maior aproximação do universo lúdico, tantas vezes tão prazeroso e importante para o desenvolvimento infantil.

Procurou-se neste trabalho revelar a importância dos jogos e brincadeiras para o desenvolvimento infantil e a importância do uso desses instrumentos na prática clínica da Psicopedagogia.

Sabe-se que, conforme as diferentes manifestações culturais, os jogos e brincadeiras apresentam expressões e características próprias. Neste sentido, também cabe aos profissionais da educação levar em conta a realidade de cada criança e, quando possível, trabalhar essas diferenças, tornando o trabalho ainda mais rico. É preciso ainda ficar atento aos tipos de jogos que iremos utilizar, visto que as atividades lúdicas sofrem diversas influências contemporâneas que colocam em evidência este ou aquele brinquedo e alteram as características dos jogos e brincadeiras.

Sendo assim, o lúdico apresenta valores específicos para todas as fases da vida humana. À confirmação da hipótese de Vygotsky, e como resultado desta investigação, pode-se orientar os educadores sobre a importância das estratégias lúdicas no desenvolvimento das crianças e jovens tornando, assim, a aprendizagem prazerosa.

Partindo do pressuposto que as atividades que envolvem os jogos e brincadeiras têm a propriedade de levar a criança para um universo próprio, tornando-a capaz de exteriorizar suas emoções e dispor-se com maior desinibição à socialização e ao diálogo, conclui-se que seu uso na clínica psicopedagógica é de fundamental importância para facilitar o trabalho do pedagogo.

Ao utilizar essa valiosa ferramenta, o profissional pode levar a criança a exteriorizar seus medos, suas preocupações e amarguras, dialogar com maior eloquência, permitir-se ser questionada de forma despretensiosa, mas cujas respostas podem trazer ao psicopedagogo a confirmação ou negação de hipóteses, criando os parâmetros para um diagnóstico preciso das condições atuais do processo ensino aprendizagem do sujeito e das vias que devem ser percorridas para que se promova a melhoria necessária para a total aquisição dos conhecimentos.

Conclui-se, portanto, que o trabalho do psicopedagogo clínico é facilitado quando este utiliza a prática da ludicidade em suas entrevistas, como forma de levar o paciente a exteriorizar as causas de sua não aprendizagem que, muitas vezes, está interiorizada tão profundamente que fica praticamente inviável sondar com as técnicas normalmente utilizadas na Psicologia.

REFERÊNCIAS

- BOSSA, N. A. **A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.
- CAMPOS, M. C. M. Psicopedagogo: um generalista-especialista em problemas de aprendizagem. *In*: OLIVEIRA, V. B.; BOSSA, N. A. **Avaliação psicopedagógica da criança de zero a seis anos**. 22. ed. [S.l.]: Vozes, 2015. Cap. VII, p. 223.
- FERNÁNDEZ, A. **A inteligência aprisionada: Abordagem psicopedagógica clínica da criança e sua família**. Tradução de Iara Rodrigues. Porto Alegre: Artmed, 1991.
- FONTANA, R.; CRUZ, M. N. **Psicologia e trabalho pedagógico**. São Paulo: Atual, 1997.
- KIGUEL, S. M. Normalidade X patologia no processo de aprendizagem: abordagem psicopedagógica. **Revista de Psicopedagogia**, São Paulo, v. 10, p. 15-19, 1991.
- KISHIMOTO, T. N. **Jogo, brincadeiras e a educação**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- NEVES, M. A. C. Mamede. Psicopedagogia: um só termo e muitas organizações. **Boletim da Associação Brasileira de Psicopedagogia**, São Paulo, v. 1, Ano 10, n. 21, dezembro 1991.
- PORTO, O. **Psicopedagogia Institucional: teoria, prática e assessoramento psicopedagógico**. 3 ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2009.
- SANTOS, S. M. P. (org.). **Brinquedoteca: o lúdico em diferentes contextos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- SCOZ, B. J. L.; RUBINSTEIN, E.; ROSSA, E. M. M. (*et al.*). **Psicopedagogia: o caráter interdisciplinar na formação e atuação profissional**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1987.
- TEIXEIRA, S. R. O. **Jogos, brinquedos, brincadeiras e brinquedoteca: implicações no processo de aprendizagem e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Wak, 2010.
- TRINDADE, I. M. F. Todos na escola: o discurso da modernidade. **Ciências & Letras**, Porto Alegre, v. 1, n. 23-24, p. 27-55, 1998.
- VISCA, J. **Técnicas Projetivas Psicopedagógicas e Pautas gráficas para sua interpretação**. Tradução de Jacqueline Glaser. 6. ed. Buenos Aires: [s.n.], 2018.
- VISCA, J. **Clínica psicopedagógica - epistemologia convergente**. Porto Alegre: Artmed, 1987.
- VISCA, J.; SCHUMACHER, S. **O Diagnóstico Operatório na Prática Psicopedagógica**. Parte II (Pré-adolescentes, Adolescentes e Adultos). Tradução de Simone Calberg. São José dos Campos, SP: Pulso Editorial, 2012.
- VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- WEISS, M. L. **Psicopedagogia clínica: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar**. 14 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2012. 200 p.
- WEISS, M. L. L. **Psicopedagogia Clínica: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2004.

A INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA ATRAVÉS DA LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL²¹

Amanda Benedito Soares²²

Francisco Leilson da Silva²³

Viviane Costa Fonseca de Almeida Medeiros²⁴

Mayara Ferreira de Farias²⁵

RESUMO

O presente estudo trata sobre a utilização de jogos e brincadeiras durante a intervenção psicopedagógica como um suporte para o desenvolvimento da aprendizagem na Educação Infantil. As brincadeiras realizam papel importante na formação da criança e, por isso, as propostas lúdicas têm maior aceitação entre os aprendentes da Educação Infantil e primeiros anos da Educação Básica. Ao utilizar práticas lúdicas em seu fazer profissional, o psicopedagogo consegue extrair do paciente informações que, de outra forma, poderia não ter acesso. Assim, o objetivo geral desse estudo será analisar a importância da utilização de práticas lúdicas através de jogos e brincadeiras como recursos pedagógicos e psicopedagógicos com potencial para diagnosticar e enfrentar os problemas de aprendizagem infantil. Os objetivos específicos desta pesquisa buscaram refletir sobre as principais teorias do desenvolvimento infantil, além de propor atividades lúdicas consideradas favoráveis ao desenvolvimento das sessões psicopedagógicas. Para atingir esses objetivos, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, contando com o aporte teórico de estudiosos do desenvolvimento infantil, tais como: Piaget (1986; 2011), Vygotsky (1989), Fernández (2001), Kiguel (1987; 1991) e Bossa (1994; 2000). Embora não conclusivo, este estudo buscou demonstrar a necessidade da realização de outras pesquisas sobre o tema, a fim de fornecer subsídios aos psicopedagogos para a utilização de recursos lúdicos em sua prática de intervenção.

Palavras-chave: Ludicidade. Intervenção psicopedagógica. Desenvolvimento infantil.

ABSTRACT

This study deals with the use of games and play during the psychopedagogical intervention as a support for the development of learning in Early Childhood Education. Play plays an important role in the child's education and, therefore, playful proposals are more widely accepted among early childhood education students and the first years of basic education. By using playful practices in his professional practice, the psychopedagogue is able to extract from the patient information that, otherwise, he might not have access to. Thus, the general objective of this study will be to analyze the importance of using ludic practices through games and play as pedagogical and psycho-pedagogical resources with the potential to diagnose and face children's learning problems. The specific objectives of this research sought to reflect on the main theories of child development, in addition to proposing recreational activities considered favorable to the development of psychopedagogical sessions. To achieve these objectives, a bibliographic research was carried out, counting on the theoretical support of child development scholars, such as: Piaget (1986; 2011), Vygotsky (1989), Fernández (2001), Kiguel (1987; 1991) and Bossa (1994; 2000). Although not conclusive, this study sought to demonstrate the need for further research on the topic, in order to provide subsidies to psychopedagogues for the use of playful resources in their intervention practice.

Keywords: Playfulness. Psychopedagogical intervention. Child development.

²¹ Artigo apresentado a Faculdade do Maciço de Baturité, como um dos pré-requisitos para obtenção do título em especialista em Psicopedagogia Institucional e Clínica.

²² Especialista em Psicopedagogia Institucional e Clínica.

²³ Doutorando no Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem (Universidade Federal do Rio Grande do Norte). Professor na Secretaria Estadual de Educação e Cultura do Rio Grande do Norte. E-mail: psileilson@hotmail.com.

²⁴ Doutorada em turismo pela UFRN. Professora efetiva do IFRN, Campus Canguaretama. E-mail: liramedeiros@yahoo.com.br.

²⁵ Doutoranda e Mestre em Turismo pela UFRN (PPGTUR). Especialista em Gestão Pública Municipal pela UFPB. Especialista em História e Cultura Afro-Brasileira e Africana/NCCE (UFRN). Especialista em Política de Promoção da Igualdade Racial (UNIAFRO) pela UFERSA. Graduada em Letras/Espanhol (IFRN). Bacharel em Turismo (UFRN). Atualmente, é avaliadora voluntária em oito periódicos com Qualis Capes. Email: mayaraferreiradefarias@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O lúdico faz parte da nossa história desde a antiguidade, pois encontramos sinais da ludicidade diretamente ligados à afetividade, à cultura e ao lazer, desde os tempos antigos e, assim, podemos afirmar que o brincar é algo normal para o ser humano desde as mais remotas épocas. O brincar é uma atividade prática e, por meio dele, os sujeitos constroem e transformam seu mundo, ressignificando, assim, a sua realidade.

O brincar ajuda a criança a desenvolver sua identidade e criar autonomia, conduzir-se e decidir por si própria. Deste modo, o brincar é mais que uma atividade lúdica, pois possui especificidades voltadas para obtenção de informação, contribui para que a criança adquira flexibilidade, desperta o interesse e a vontade de experimentar novos caminhos, proporciona momentos de interação em diversos contextos, incentiva a autoconfiança, bem como eleva a autoestima, estimulando o sujeito a persistir e perseverar.

A Psicopedagogia contribui significativamente na prática pedagógica da escola, tendo em vista desenvolver no sujeito o prazer e o desejo de aprender a partir das brincadeiras e dos jogos, buscando estratégias educativas adequadas para cada faixa etária.

As estratégias lúdicas organizadas pelas brincadeiras e jogos podem fazer parte do desenvolvimento de uma ação psicopedagógica sistematizada e ampla que objetive atingir não somente as crianças pelo psicopedagogo, mas também outros profissionais da escola, bem como os familiares do sujeito, que lidam com ela no dia a dia.

Acredita-se que a prática do psicopedagogo possa ser útil nesse fazer com uma escuta e um olhar diferenciado para o valor do lúdico na Educação Infantil. É oportuno compreender a importância que a ludicidade traz em si para ajudar aos educandos na construção de saberes pertinentes que levem os educandos a construir seu processo de leitura e escrita, ampliando sua visão de mundo, seu raciocínio lógico de forma a alavancar outros saberes.

Dessa forma, o nosso propósito principal foi estudar a importância do lúdico como recurso facilitador do diagnóstico psicopedagógico e da aprendizagem nas práticas educativas com estudantes da Educação Infantil, bem como o processo de socialização que ocorre por meio do brincar, fortalecendo o desenvolvimento integral em todos os seus aspectos: pedagógico, sócio-emocional, cognitivo e psicomotor.

Para o desenvolvimento desse trabalho adotou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica, tendo sido realizada uma revisão de literatura, contando com as contribuições de alguns estudiosos, como: Kiguel (1987; 1991), Macedo (2009) e Lopes Franco (2010), que lançaram luz sobre o objeto de estudo: Ludicidade como fator de desenvolvimento infantil. Foram pesquisadas bases de dados como Scielo e Google Acadêmico, que serviram de fonte para identificar contribuições sobre a temática.

A abordagem do tema “A intervenção psicopedagógica através da ludicidade na Educação Infantil” deu-se por acreditarmos que, por meio do desenvolvimento de práticas lúdicas que envolvam o jogar e o brincar, o sujeito potencializa o desenvolvimento afetivo, aprende a aceitar e submeter seus impulsos e desejos às exigências do jogo, como também aprende a conviver com frustrações e alegrias, além de aprender a aceitar os outros e as suas atitudes, a respeitar regras as quais contribuirão para o seu convívio em sociedade.

Este trabalho é composto de quatro capítulos. O primeiro traz a contextualização da Psicopedagogia e delinea o processo de desenvolvimento infantil. O segundo aborda a relação entre a Psicopedagogia e a ludicidade, analisando as contribuições da Psicopedagogia para o desenvolvimento lúdico da criança e o uso da ludicidade como prática terapêutica. O terceiro aborda a prática do diagnóstico psicopedagógico, mostrando a importância da ludicidade no processo de atendimento ao sujeito e as práticas lúdicas utilizadas nesse procedimento clínico. Por fim, no quarto capítulo são tecidas as considerações (não) finais.

CONTEXTUALIZANDO A PSICOPEDAGOGIA NO BRASIL

A gênese da Psicopedagogia deu-se, principalmente, pela necessidade de se compreender melhor como ocorre a aprendizagem infantil, com o objetivo de contribuir na busca de soluções para a difícil problemática das dificuldades de aprendizagem. A sua atuação é voltada ao ser que aprende, o ser que pensa, e o seu objetivo principal é desenvolver e trabalhar esse ser de maneira a potencializá-lo como uma pessoa autora, construtora da sua história, de conhecimentos e, adequadamente, inserida em um contexto social.

Quanto ao objeto central do estudo da Psicopedagogia, Kiguel (1991, p. 24) afirma que ele “está se estruturando em torno do processo de aprendizagem humana: seus padrões evolutivos normais e patológicos – bem como a influência do meio (família, escola, sociedade) no seu desenvolvimento”.

Para Golbert (1985) citada por Sukiennik (1996, p. 13), o objeto de estudo da Psicopedagogia deve ser analisado levando-se em consideração dois enfoques: preventivo e terapêutico. De acordo com a autora, “[...] O enfoque terapêutico considera o objeto de estudo da Psicopedagogia a identificação, análise, elaboração de uma metodologia de diagnóstico e tratamento das dificuldades de aprendizagem” (GOLBERT; MOOJEN, 1996, p. 13).

Durante o atendimento psicopedagógico o profissional vai focar sua atenção, principalmente, nas reações do aprendente diante das atividades que lhes são propostas, analisando as resistências, hesitações e bloqueios, os lapsos de memória e cognição, repetições silábicas ou frasais, enfim, os sentimentos e angústias da criança durante a sessão. O psicopedagogo ensina como aprender e para isso necessita aprender o aprender e a aprendizagem.

Nesse contexto, Rubinstein (1987) afirma que, inicialmente, a Psicopedagogia tinha como foco a busca de soluções ou remediação para os problemas relacionados aos portadores de dificuldades de aprendizagem. Mas, com o avanço dos estudos, a Psicopedagogia passou a buscar mais a compreensão do processo de aprendizagem humana, ampliando o objeto de estudo, e sua metodologia passou a ser considerada:

[...] apenas um aspecto no processo terapêutico, e o principal objetivo é a investigação de etiologia da dificuldade de aprendizagem, bem como a compreensão do processamento da aprendizagem considerando todas as variáveis que intervêm nesse processo” (RUBINSTEIN, 1987, p. 103).

Esperava-se, assim, que a união entre a Psicologia-Psicanálise-Pedagogia, levassem ao conhecimento mais amplo da criança e o seu meio, para que fosse possível compreender o caso apresentado para determinar uma ação reeducadora. Procurava-se, então, diferenciar os que não aprendiam, apesar de serem inteligentes, daqueles que apresentavam alguma deficiência mental, física ou sensorial.

O processo de desenvolvimento infantil

O processo de desenvolvimento humano se dá em dois aspectos distintos: o crescimento orgânico e o mental. Diferente do crescimento orgânico, que ocorre até uma determinada idade, o desenvolvimento mental pode ocorrer durante toda a existência do indivíduo, com exceção daqueles acometidos por algumas patologias incapacitantes do sistema nervoso central, através do surgimento gradual de estruturas mentais. Para Piaget (1986), a inteligência é o resultado de um processo contínuo. Este autor afirma que:

A inteligência não aparece, de modo algum, num dado momento do desenvolvimento mental, como um mecanismo completamente montado e radicalmente diferente dos que o precederam. Apresenta, pelo contrário, uma continuidade admirável com os processos adquiridos ou mesmo inatos respeitantes à associação habitual e ao reflexo, processos sobre os quais ela se baseia, ao mesmo tempo que os utiliza (PIAGET, 1986, p. 23).

Entende-se, assim, que a criança já nasce com um tipo de inteligência que se origina em atos reflexos e dos hábitos adquiridos, ou seja, aqueles que são inatos ao sujeito. Pois, como afirma Piaget (1986), a inteligência é o resultado de um longo processo de adaptação, ou seja, até o seu desenvolvimento pleno, a inteligência passa por várias etapas ao longo do amadurecimento do sujeito.

Para este autor, as estruturas mentais formadas através da organização das variadas atividades mentais passam por um processo de aperfeiçoamento e solidificação e, quando se encontram totalmente desenvolvidas, “caracterizarão um estado de equilíbrio superior, ampliando os aspectos da inteligência, vida afetiva e relações sociais” (PIAGET, 2011).

Nesta perspectiva, os estudiosos abordam o desenvolvimento humano considerando quatro aspectos básicos, que são: aspecto físico-motor, aspecto intelectual, aspecto afetivo-emocional e aspecto social. Todas as teorias do desenvolvimento humano partem do pressuposto de que esses quatro aspectos são indissociáveis, mas elas podem enfatizar aspectos diferentes, isto é, estudar o desenvolvimento global a partir da ênfase em um dos aspectos.

Outro teórico que se destaca nesse campo é Lev Semionovich Vygotsky, que procurou viabilizar um mecanismo dentro do materialismo dialético que conseguisse resolver o conflito existente entre as concepções psicológicas existentes na época, a idealista e a mecanicista (VYGOTSKY, 1989), através de formulação de propostas teóricas inovadoras que exploram temas relacionados às áreas do pensamento e linguagem e da natureza do processo de desenvolvimento da criança, entre outros.

Muitos aspectos entre as teorias de Piaget e Vygotsky são coincidentes, destacando-se a premissa de que a capacidade do indivíduo para o conhecimento e aprendizagem surge das trocas que o mesmo estabelece com o meio, sendo resultado direto das experiências que esse indivíduo vivencia a partir dessa interação.

Portanto, estes teóricos preconizam que o desenvolvimento infantil decorre de forma dinâmica, visto que as próprias crianças não são seres passivos, que apenas absorvem as informações à sua volta. Pelo contrário, pois através do contato com seu próprio corpo e das interações realizadas socialmente com outros sujeitos, adultos ou crianças, ocorre o desenvolvimento de sua capacidade afetiva e outros aspectos, como: sensibilidade, autoestima, raciocínio lógico, pensamento e linguagem.

Embora diverjam em alguns aspectos, os estudos apresentados possibilitam melhor compreensão do processo de desenvolvimento infantil, influenciando de forma significativa a ótica pela qual vemos as crianças e a forma de analisarmos o seu desenvolvimento. Devemos deixar de entender esses estudos como verdades absolutas, mas sim como o resultado de um trabalho que pode ser questionado e, portanto, está sujeito a transformações.

A Psicopedagogia Clínica

Desenvolver a aprendizagem de forma sistemática pode ser algo bastante complexo, visto que exige equilíbrio entre os aspectos psicológico e biológico humano não é uma equação simples de se resolver. Em vista disso, a Psicopedagogia apresentou-se como uma alternativa que busca viabilizar o entendimento da aprendizagem humana e, assim, solucionar ou remediar os problemas que surgem durante o processo de construção dos saberes.

Quando um indivíduo encontra-se com um desses aspectos em desarmonia, impedindo-o de prosseguir satisfatoriamente em seu processo de aprendizagem, a Psicologia deve atuar de forma curativa, adotando o caráter de intervenção terapêutica.

Quanto às ações desenvolvidas pelos psicopedagogos sob a perspectiva terapêutica, pode-se afirmar que “estão voltadas para o resgate da aprendizagem, através da formulação de espaço e vínculo de confiança e da proposição de recursos adequados e específicos, que visam à descoberta, pelo próprio sujeito – indivíduo ou grupo, de sua autoria na aprendizagem” (LOPES FRANCO, 2010, p. 17).

Ainda de acordo com a pesquisadora, desse processo podem participar vários elementos além do profissional psicopedagogo, tais como: os cuidadores, familiares ou responsáveis. Até mesmo a escola pode ter uma participação mais efetiva nesse processo, através de alguns de seus membros. Em um segundo momento, profissionais de outras áreas de estudo podem ser envolvidos na observação da situação atual do sujeito.

Ao referir-se sobre a área de atuação da Psicopedagogia Clínica, Corte Real e Marques (2017) afirmam que ela:

[...] exerce suas ações nas dimensões terapêutica e institucional, buscando a compreensão das complexas relações de aprendizagem, dos lugares e papéis de sujeitos em suas redes históricas e, pela formulação de espaços e dispositivos adequados ao resgate e à promoção da aprendizagem (CORTE REAL; MARQUES, 2017, p. 183).

Ao retratar a perspectiva da Psicopedagogia Clínica, Portella e Bridi (2008) afirmam que esta, por considerar a multiplicidade de elementos que podem intervir na aprendizagem, é produzida a partir da irredutibilidade em relação aos seus diversos fatores, ou seja, compreende que “todas as dimensões do sujeito são coparticipantes de seus processos de aprendizagem” (CORTE REAL; MARQUES, 2017, p. 181).

Nesse sentido, a Psicopedagogia se diferencia das áreas profissionais que priorizam uma perspectiva para compreensão da aprendizagem seja ela a orgânica, a psicológica, a corporal. Logo, suas ações também se diferenciam, principalmente de intervenções didático-pedagógicas, área específica da pedagogia e de diversas Licenciaturas, bem como de intervenções comportamentais – área própria da psicologia.

Assim, no entendimento de Lopes Franco (2010, p. 17), a função primária da Psicopedagogia Clínica é “compreender de forma abrangente os processos cognitivos, afetivo-emocionais, sociais, culturais e pedagógicos que interferem na aprendizagem e como, em um sujeito individual ou coletivo”.

O trabalho do Psicopedagogo Clínico

O trabalho do psicopedagogo clínico consiste basicamente em realizar o diagnóstico de transtornos de aprendizagem e intervir de forma terapêutica individualmente a fim de sanar ou amenizar tais transtornos, além de mostrar ao aprendente como ele pode conviver e superar suas dificuldades.

De acordo com Franco (2010), o campo de atuação do psicopedagogo é amplo, pois este profissional “pode atuar em diversas áreas, de forma preventiva e terapêutica, para compreender os processos de desenvolvimento e das aprendizagens humanas, recorrendo a várias estratégias objetivando se ocupar dos problemas que podem surgir” (FRANCO, 2010, p. 16).

Para a realização de sua atividade, o psicopedagogo clínico trabalha em um espaço psicopedagógico, que alguns preferem chamar de consultório, e divide seu trabalho em sessões de 40 a 60 minutos, planejadas de acordo com o objetivo, avaliação ou intervenção.

O trabalho preventivo está incluído na área de atuação do psicopedagogo, que pode desempenhar práticas docentes, preparando profissionais da educação para atuarem em sua sala de aula. Cabe, também, ao psicopedagogo, favorecer uma dinâmica das relações interativas coletivas e de forma individual.

No trabalho terapêutico, Franco (2010) afirma que o psicopedagogo:

[...] trata das dificuldades de aprendizagem, diagnosticando, desenvolvendo técnicas remediativas, orientando pais e professores, estabelecendo contato com outros profissionais das áreas psicológica, psicomotora, fonoaudiológica e educacional, pois tais dificuldades são multifatoriais em sua origem e, muitas vezes, no seu tratamento. Esse profissional deve ser um mediador em todo esse processo [...] (FRANCO, 2010, p. 17).

Neste contexto, faz parte de seu papel ser um profissional qualificado, que está apto a trabalhar de várias formas e atender variados tipos de pessoas, proporcionando assistência a cada um indivíduo de acordo com sua necessidade, para melhoria das condições necessárias ao desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem e, principalmente, para combater os fatores que causam os problemas de aprendizagem.

Por meio de um olhar qualificado, ele realiza seu trabalho ajudando a escola e a família a trilhar caminhos e desvendar o desconhecido, esclarecendo de diversos aspectos o que ocorre no desenvolvimento humano, seja, trabalhando as questões emocionais, na metodologia de ensino, nas relações sociais ou individual de cada aluno.

Sobre a atuação do psicopedagogo no âmbito escolar, Bossa (1994) afirma que sua principal função é:

[...] perceber eventuais perturbações no processo aprendizagem, participar da dinâmica da comunidade educativa, favorecendo a integração, promovendo orientações metodológicas de acordo com as características e particularidades dos indivíduos do grupo, realizando processos de orientação (BOSSA, 1994, p. 23).

Nessa perspectiva proposta pela autora, o psicopedagogo deve se preocupar especialmente com visão que a escola tem sobre o aluno, como explorar esse ser em formação, visto que é na relação entre o professor e estudantes e do estudante com os conteúdos curriculares e com a comunidade escolar como um todo que se dá grande parte da aprendizagem escolar.

Ainda segundo Bossa (2000), cabe ao psicopedagogo levar os professores, diretores e coordenadores a repensarem seus papéis e o papel da própria escola frente ao seu alunado e suas práticas docentes e, pelo caráter assistencial da Psicopedagogia, levar a comunidade escolar a reavaliar as necessidades individuais de aprendizagem da criança ou do próprio processo ensino aprendizagem em desenvolvimento na instituição.

Portanto, esse profissional trabalha promovendo saúde, por meio de sua atuação social, ele previne, intervém e diagnostica comprometimentos que podem vir a prejudicar o futuro dos nossos alunos, decorrentes dos atos diários de uma sociedade com pouca formação para agir diante acontecimentos diários no ambiente escolar.

O PAPEL DA LUDICIDADE NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

A criança passa por fases nas quais vai se desenvolvendo, como resultado da vivência de experiências, buscando, na construção do conhecimento, a formação do saber. Essa formação também chamamos de processos de aprendizagem.

O lúdico abre espaço para um brincar pedagógico diante do olhar do psicopedagogo, o que é notável observar que o corpo é um brinquedo para a criança. Através dele ela descobre sons, pode rolar, virar, saltar, manusear, apertar e se comunicar. Entretanto, permitir a brincadeira em sala de aula não significa utilizar o lúdico como prática pedagógica, pois:

A realização de atividades lúdicas na sala de aula não significa dizer que se está ensinando ludicamente, se este elemento aparece como acessório. O ensino lúdico é aquele em que se inserem conteúdos, métodos criativos e o enlevo em se ensinar e, principalmente, aprender (D'ÁVILA, 2006, p. 18).

Nesse mesmo contexto, Oliveira (2004) afirma que a ludicidade é:

Um recurso metodológico capaz de propiciar uma aprendizagem espontânea e natural estimula a crítica, a criatividade e a socialização. Sendo, portanto reconhecido como uma das atividades mais significantes, se não a mais significativa pelo seu conteúdo pedagógico e social (OLIVEIRA, 2004, p. 74).

Trabalhar a ludicidade dentro da proposta curricular tem sido um método importante para as salas de aula em níveis de alfabetização e de dificuldades na aprendizagem diagnosticada por especialista, contribuindo para a construção da imagem positiva assumindo novos papéis como viver intensamente a sua realidade.

Para Weiss (2016), a atividade lúdica ajuda na aprendizagem, mas é importante cumprir algumas observações, tais como: a adaptação da tarefa em concordância com o desenvolvimento da criança; organização do ambiente de forma a deixar a criança à vontade possível; esclarecer a criança sobre o real motivo de sua presença ali; deixar bem claro à criança que o psicopedagogo não é um “professor especial” e, portanto, não vai decidir sobre seu destino escolar.

O lúdico, quando utilizado como recurso pedagógico na aprendizagem, deve ser encarado de forma séria, competente e responsável. Usado de maneira correta, poderá oportunizar, ao educador e ao educando, importantes momentos de aprendizagens. Nesse contexto, é importante para o educador perceber que:

O brincar é agradável por si mesmo, aqui e agora. Na perspectiva da criança, brinca-se pelo prazer de brincar, e não porque suas consequências sejam eventualmente positivas ou preparatórias de alguma outra coisa. No brincar, objetivos, meios e resultados tornam-se indissociáveis e enredam a criança em uma atividade gostosa por si mesma, pelo que proporcionou no momento de sua realização. Este é o caráter autotélico do brincar (MACEDO; PASSOS; PETTY, 2009, p. 14).

Portanto, durante a observação da criança, o psicopedagogo deve fazer uso de atividades lúdicas com o intuito de observar determinadas características no desenvolvimento da criança, sendo possível, inclusive, avaliar os aspectos emocional e afetivo através da observação de seu comportamento durante as atividades. Isso porquê uma das características mais importantes do brincar é seu caráter autotélico, ou seja, o brincar deve acontecer sem qualquer propósito ou finalidade para além de si mesmo.

Nesse contexto, no que se refere à essa característica do brincar, pode-se afirmar que este

“[...] é fundamental, pois possibilita à criança aprender consigo mesma e com os objetos ou pessoas envolvidas nas brincadeiras, nos limites de suas possibilidades e de seu repertório” (MACEDO; PASSOS; PETTY, 2009, p. 14).

É importante ver na atividade lúdica da criança o tipo de tarefa como criativa, onde a criança também cria, constrói, inventa esse também é um dos propósitos da atividade lúdica, fazer a criança pensar formas a partir das informações de aprendizagem, para expressão da personalidade e a evolução da imagem do corpo.

As principais teorias psicogenéticas: Piaget e Vygotsky

Existem várias teorias do desenvolvimento humano na Psicologia. Elas foram construídas a partir de observações e pesquisas com grupos de indivíduos em diferentes faixas etárias ou em diferentes culturas. Dentre estas teorias destacam-se: a do psicólogo e biólogo Jean Piaget, pela sua produção contínua de pesquisas, pelo rigor científico de sua produção teórica e pelas implicações práticas de sua teoria, principalmente no campo da educação; e a de Lev Semionovich Vygotsky, que construiu propostas teóricas inovadoras sobre temas com relação a pensamento e linguagem, natureza do processo de desenvolvimento da criança e o papel da instrução no desenvolvimento.

Portanto, Piaget (1986; 2011) e Vygotsky (1989) tentaram mostrar que a capacidade de conhecer e aprender se constrói a partir das trocas estabelecidas entre o sujeito e o meio e das experiências vivenciadas pelo indivíduo a partir dessa interação.

Para Piaget (1986; 2011), o desenvolvimento humano se dá através de estágios, que se caracterizam, principalmente, por preponderância das habilidades que o indivíduo consegue desenvolver melhor em cada faixa etária. Ele observa que o desenvolvimento pode ser compreendido a partir dos estágios relatados a seguir.

Durante o Estágio Sensório-motor (0 a 2 anos) a criança começa a ter a percepção do universo que a cerca, das cores, sons e movimentos. Mentalmente, seu amadurecimento é reduzido à realização de atos reflexos que, aos poucos, vão se aprimorando de acordo com sua evolução física e treinamentos.

O aparecimento da linguagem infantil ocorre durante o estágio Pré-operatório (2 a 7 anos), na fase conhecida como primeira infância, trazendo para o indivíduo grandes alterações nos aspectos intelectual, afetivo e social (PIAGET, 1986). Esse estágio é caracterizado pelo egocentrismo intelectual e social.

É no estágio das operações concretas (7 a 12 anos) que o desenvolvimento mental avança em sua construção lógica, superando as características egocêntricas que marcam o período anterior, permitindo à criança estabelecer relações que possibilitam a coordenação de pontos de vista diferentes, integrando-os de forma lógica e coerente, adquirindo a capacidade cooperativa, tornando-se capaz de trabalhar em grupo e de ter autonomia própria.

A partir dos 12 anos de idade a criança inicia o estágio das operações formais, momento em que ocorre a mudança do pensamento concreto para o pensamento formal, abstrato. É nessa fase, a adolescência, que o indivíduo passa a formular suas ideias sem que tenha necessidade de referências concretas ou da manipulação de ideias anteriores, passando a elaborar suas próprias hipóteses.

Outro teórico muito relevante para o estudo do desenvolvimento da criança, Vygotsky construiu propostas teóricas inovadoras compreendendo o homem como um ser ativo, que age sobre o mundo, sempre em relações sociais, e transforma essas ações para que constituam o funcionamento de um plano interno. Para ele, a história da sociedade e o desenvolvimento do homem caminham juntos e, mais do que isso, estão de tal forma ligados, que um não seria o que é sem o outro.

É nessa perspectiva que Vygotsky estudou o desenvolvimento infantil. As crianças, desde o nascimento estão em constante interação com os adultos, que ativamente procuram incorporá-las as suas relações e a sua cultura. No início, as respostas das crianças são dominadas por processos naturais, especialmente aqueles proporcionados pela herança biológica. E é através da mediação dos adultos que os processos psicológicos mais complexos tomam forma.

Vygotsky, em sua teoria, definiu um conceito visando explicar de que forma a experiência social auxilia no desenvolvimento cognitivo. Este é denominado “Zona de Desenvolvimento Proximal” (ZDP), sendo caracterizada pela distância entre o nível atual e real de desenvolvimento. Segundo Vygotsky (1989), a ZDP é definida pela distância entre dois níveis: nível de desenvolvimento real, que abrange tudo aquilo que a criança consegue realizar de forma autônoma, e o nível de desenvolvimento potencial, que são as aprendizagens que estão em andamento. Sendo assim, aquilo que está no nível de desenvolvimento potencial hoje, estará no nível de desenvolvimento real amanhã.

Dessa forma, ao nos apropriarmos dos conhecimentos expressos nas teorias de desenvolvimento infantil propostas pelos teóricos citados, passamos a ter uma melhor compreensão da evolução mental da criança, permitindo-nos entender o processo completo pelo qual o organismo do indivíduo passa desde o momento em que recebe uma informação nova do meio e tenta reorganizar sua estrutura cognitiva para assimilar essa informação.

O DIAGNÓSTICO PSICOPEDAGÓGICO

Um diagnóstico psicopedagógico precisa identificar, no desenvolvimento do sujeito e na relação com sua família e grupos sociais em que vive, o significado da não aprendizagem. É necessário conhecer o sujeito em seus aspectos neurológico, afetivo, cognitivo e social, e entender a aprendizagem do indivíduo relacionando estes aspectos.

Dessa forma, o processo do diagnóstico psicopedagógico clínico precisa abranger várias etapas, que são: Motivo da consulta, história vital, hora do jogo, provas projetivas, entre outras. O processo de avaliação de problemas de aprendizagem busca estabelecer as relações do sujeito, objetivando entender as dificuldades apresentadas, inserindo no processo a entrevista inicial com a mãe ou responsável pela criança.

A entrevista inicial é o momento que o psicopedagogo organiza um encontro com a família da criança que apresenta dificuldades de aprendizagem. Seu objetivo é colher dados significativos sobre a história do responsável da criança, a mãe e da própria criança e da escola.

A anamnese é uma entrevista que tem por objetivo colher dados significativos sobre a história de vida do sujeito na família, possibilitando a integração das dimensões de passado, presente e futuro do paciente, permitindo perceber a construção ou não da sua própria continuidade e das diferentes gerações, ou seja, é uma anamnese da família (WEISS, 2016).

A entrevista centrada na aprendizagem (EOCA) é um instrumento de avaliação com o sujeito com dificuldades de aprendizagem. Seu objetivo é estudar manifestações cognitivas a fim de formular as hipóteses e levantar possíveis obstáculos que emergem na relação do sujeito.

As provas projetivas psicopedagógicas indicam a representação que o sujeito faz da realidade e permite ao sujeito desenhar e expressar-se, contribuindo com o psicopedagogo no decorrer das sessões. Por meio do desenho a criança demonstra atitudes referentes ao seu desenvolvimento cognitivo, o que pode permitir verificar como se dá a relação entre quem ensina, quem aprende e o objeto de conhecimento. A avaliação pode auxiliar no diagnóstico psicopedagógico e, nesse contexto, as atividades lúdicas têm como objetivo o desenvolvimento do aprendiz em diferentes aspectos ou dimensões e raciocínio. Por isso, uma das sessões utilizadas para o desenvolvimento do diagnóstico do paciente utiliza práticas lúdicas para a avaliação dos aspectos que envolvem, principalmente, os aspectos cognitivos e afetivos do aprendente.

A sessão lúdica envolve o brincar, que consiste em uma forma de expressão e, neste sentido, pode contribuir como processo de avaliação diagnóstica, uma vez que no brincar o sujeito releva pensamentos em outras atividades. Tem como objetivo desenvolver o funcionamento do processo cognitivo, afetivo-social e suas interferências na aprendizagem da criança (KIGUEL, 1987).

Por fim, a Devolutiva é a comunicação verbal dos resultados obtidos no diagnóstico, que o psicopedagogo faz ao aprendente, à família e à escola. Trata-se de uma entrevista final das conclusões a que se chega durante as análises das sessões realizadas. Tem como objetivo relatar aos pais e ao paciente o que foi detectado na criança, o problema causador da impossibilidade do seu desempenho na aprendizagem e lhe oferecer um encaminhamento para minimizar este problema detectado no sujeito (KIGUEL, 1987).

Recursos psicopedagógicos com ênfase no lúdico

Para a sua prática profissional, o psicopedagogo precisa disponibilizar para o sujeito pesquisado “um espaço de confiança e criatividade, onde possa dar sentido criativo e lúdico ao trabalho” (FERNÁNDEZ, 2001, p. 163). Durante as sessões de atendimento, o psicopedagogo faz uso de diversos recursos psicopedagógicos buscando o resultado adequado para o diagnóstico e, entre esses recursos, estão as práticas lúdicas.

Assim, pode-se entender que os recursos utilizados pelo psicopedagogo não estão limitados aos objetos ou materiais de trabalho presentes nos espaços de atendimento clínico, mas que, de acordo com sua percepção de qual abordagem pode resultar em melhores resultados durante o atendimento, o profissional pode lançar mão de recursos alternativos, muitas vezes oriundos de sua própria vivência cotidiana, a fim de adentrar no universo do sujeito, visto que cada indivíduo é ímpar, com características próprias em sua forma de aprendizagem e percepção da realidade.

Desta forma, é facultado ao psicopedagogo “se nortear em atendimentos que envolvam os jogos, atividades de expressão artística, linguagem oral e escrita, dramatização e todo tipo de recursos que facilitem o desenvolvimento da capacidade de aprender” (SOUZA; DIAS; ERNESTO, 2017, p. 10), destacando-se que o uso desses recursos deve sempre ocorrer de forma autônoma e prazerosa, respeitando as características do sujeito em atendimento e considerando suas capacidades físicas, sociais e emocionais.

Nesse contexto, Teixeira (1995) afirma que “o lúdico apresenta dois elementos que o caracterizam: o prazer e o esforço espontâneo.” Para o autor, o que dá o aspecto prazeroso ao lúdico é

[...] a sua capacidade de absorver o indivíduo de forma intensa e total, criando um clima de entusiasmo. É este aspecto de envolvimento emocional que o torna uma atividade com forte teor motivacional, capaz de gerar um estado de vibração e euforia (TEIXEIRA, 1995, p. 23).

Assim, por desenrolar-se dentro desta atmosfera de prazer, a ludicidade se reveste de um interesse intrínseco que, de acordo com Teixeira (1995), vão canalizar as energias dos indivíduos envolvidos na atividade no sentido de realização de um esforço total para a consecução de seu objetivo. Portanto, as atividades lúdicas são excitantes, mas também requerem um esforço voluntário, como apregoado pelo autor.

O lúdico expõe valores específicos para todas as fases da vida, apresentando uma única finalidade pedagógica na infância e na adolescência. Na visão de Ferraz & Fusari (1993, p. 90) “as vivências com brincadeiras, quando estruturadas adequadamente, podem originar processos construtivos e expressivos tanto quanto as várias linguagens artísticas”.

Entretanto, o psicopedagogo não deve brincar, e sim, brincar de forma sistematizada, planejada, propiciando ao sujeito conhecer a função e o desenvolvimento dos jogos e brincadeiras realizadas e aprender a interligá-los nos atendimentos.

Os recursos lúdicos utilizados pelo psicopedagogo precisam satisfazer, obrigatoriamente, cinco características esperadas: “terem o prazer funcional, serem desafiadoras, criarem possibilidades, possuírem caráter simbólico e serem expressas de modo construtivo ou relacional” (MACEDO; PASSOS; PETTY, 2009), visto que “lúdico combina com a ideia de errância [...] É como se fosse um passeio desejado, mas não premeditado nem submisso a um roteiro rígido” (MACEDO; PASSOS; PETTY, 2009, p. 21).

Dessa forma, entre os principais recursos dos quais o psicopedagogo poderá fazer uso a fim de realizar o atendimento diagnóstico, destacam-se: contação de histórias, fantoches, desenhos, músicas, dramatizações, teatros, roda de conversas, jogos de encaixe, quebra-cabeça, entre tantos outros. Estas ferramentas lhe possibilitarão observar diversos aspectos de seu paciente, facilitando compreender como se dão seus relacionamentos emocionais, familiares, sociais e escolares, de forma lúdica, sem causar inibição ou constrangimentos, possibilitando a correta identificação das causas do problema.

A ludicidade como elemento facilitador do trabalho do psicopedagogo

É de extrema importância a brincadeira para o desenvolvimento psicológico, social e cognitivo da criança. É por meio dela que a criança consegue expressar seus sentimentos em relação ao mundo social.

Enquanto a criança brinca podemos observar o processo de sua formação do brincar, como ela se aproxima do material, o que ela escolhe e o que ela evita, a organização, o padrão adotado, o modo como brinca e o que fala sobre sua vida durante as brincadeiras. Também é possível observar, quando brinca com outras crianças, de que forma interagem entre si, se trocam brinquedos, se brincam juntas ou isoladas umas das outras.

Desta forma, constata-se que a brincadeira simbólica é ponte entre a realidade e a fantasia, entre o eu e o outro, entre o inconsciente, próximos dos sonhos oferecendo condições à criança de representar situações carregadas de afeto, emoção e de se aproximar de forma mais criativa de conteúdos angustiantes, afirmando ainda que “com a brincadeira há possibilidade, também, de viver os medos e as tensões do outro, de inúteis papéis e, portanto, de compreender melhor as relações vividas”.

Assim, a Psicopedagogia utiliza o brincar exatamente como um importante instrumento de intervenção psicopedagógica. Por meio do brincar a criança desloca para o exterior as ansiedades e problemas internos, dominando-os ou não pela atividade lúdica, porque ela manifesta seus conflitos. A criança descobre no brincar seus limites, potencialidades e individualidades.

Portanto, a brincadeira é vista como uma atividade essencial, mesmo a principal, ao desenvolvimento, uma vez que ela prepara o caminho de transição de um estágio para outro e que, por meio dela, ocorrem as mais importantes mudanças no desenvolvimento psíquico.

Com a imaginação, apresentação, as atividades com jogos são consideradas como estratégia didática, facilitadora da aprendizagem, quando as situações são planejadas por profissional, visando aprender, isto é, proporcionar à criança a construção de conhecimento ou desenvolvimento de algumas habilidades. Nessa perspectiva, o trabalho do psicopedagogo se completa com a relação entre o sujeito, sua história pessoal e a sua modalidade de aprendizagem, enfatizando os processos didáticos e metodológicos com todos profissionais nela inseridos.

O poder do lúdico na criança dá-lhe o prazer de adaptar a realidade ao seu gosto. Sob a orientação do professor e com apoio de jogos, procura-se fazer desaparecer os medos e obter uma assimilação de mundo, dos impulsos e das motivações e conseguir uma maior adaptação à realidade e uma estabilidade emocional.

CONSIDERAÇÕES (NÃO) FINAIS

Na fundamentação desse trabalho é possível constatar a importância do uso da ludicidade durante o atendimento psicopedagógico, visto que as práticas lúdicas são entendidas como fator de desenvolvimento infantil, favorecendo à criança a descoberta de si mesmo e do outro. As atividades lúdicas proporcionam ao ser humano importantes transformações, provocando a evolução de diversos fatores, como: biológicos, sociais, culturais e cognitivos que, ao interagirem entre si, formam a essência do indivíduo.

Através das atividades lúdicas a criança exercita a criatividade e a imaginação, cria e recria o mundo, desenvolve autoconfiança e autoestima, aprimora os seus recursos linguísticos, aumenta o nível de atenção, adquire novas habilidades e desenvolve suas potencialidades.

Embora haja um consenso no âmbito acadêmico sobre a importância da ludicidade para o desenvolvimento infantil, as produções bibliográficas encontradas encontravam-se, na maioria, no âmbito da pedagogia, sendo encontradas poucas publicações sobre a ludicidade na perspectiva psicopedagógica. Dessa forma, acreditamos que esta pesquisa traga contribuições para a área, tanto da Psicopedagogia Institucional quanto Clínica.

O psicopedagogo, ao fazer uso de recursos lúdicos, muitas vezes fora do uso comum das clínicas psicopedagógicas, propicia ao sujeitos em atendimento a oportunidade de expressar-se de forma espontânea, com maior transparência para os olhos treinados do observador. Contudo, o profissional necessita de maior proximidade das teorias de desenvolvimento, pois seu conhecimento sobre a formação psicossocial nas diversas fases do desenvolvimento infantil possibilitará melhor análise da situação atual do sujeito em atendimento.

REFERÊNCIAS

- BOSSA, N. A. **A Psicopedagogia no Brasil**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- BOSSA, N. A. **Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- CORTE REAL, L. M.; MARQUES, T. B. I. (orgs.). **Psicopedagogia e TICs**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2017.
- D'ÁVILA, C. M.. Eclipse do lúdico. **Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 15, nº 25, p. 15-25, Jan./Jun. 2006.
- FERNÁNDEZ, A. **A mulher escondida na professora**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- FUSARI, M. F. R.; FERRAZ, M. H. C. T. **Arte na educação escolar**. São Paulo: [s.n.], 1993. (Coleção Magistério 2º grau. Série Formação Geral).
- GOLBERT, C. S.; MOOJEN, S. M P. Dificuldades na aprendizagem escolar. *In*: SUKIENNIK, P. B. (Org.) **O aluno problema: transtornos emocionais de crianças e adolescentes**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996. p. 79-109.
- KIGUEL, S. M. **Abordagem psicopedagógica da aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.
- KIGUEL, S. M. Reabilitação em neurologia e psiquiatria infantil. **Aspectos psicopedagógicos**. Porto Alegre: Abenepe, v. 2, 1991.
- LOPES FRANCO, M. G. **Aprendizagem numa visão psicopedagógica - comoacontece?** Rio de janeiro: UCM, 2010.
- MACEDO, L.; PASSOS, N. C.; PETTY, A. L. S.. **Jogos e o lúdico na aprendizagem escolar**. 4. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2009.

- OLIVEIRA, V. M. **O que é educação física**. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004. PIAGET, J. **O nascimento da inteligência da criança**. São Paulo: Editora Crítica, 1986.
- PIAGET, J. **Seis estudos de Piaget**. Tradução de Maria Alice Magalhães D’Amorim e Paulo Sérgio Lima Silva. 25 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- PORTELLA, F. O.; BRIDI, F. R. S. **Aprendizagem: tempos e espaços do aprender**. Rio de Janeiro: Wak Ed, 2008..
- RUBINSTEIN, E. A psicopedagogia e a Associação Estadual de Psicopedagogos de São Paulo. *In*: SCOZ, B. J. L., *et al.* **Psicopedagogia: o caráter interdisciplinar na formação e atuação profissional**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1987.
- SOUZA, D. N.; DIAS, T. L. C.; ERNESTO, A. A importância do lúdico no atendimento psicopedagógico. **Rev. Episteme Transversalis**, Volta Redonda-RJ, v. 8, n. 2, p. 1-15, jul./dez. 2017.
- TEIXEIRA, C. E. J. **A ludicidade na escola**. São Paulo: Loyola, 1995.
- VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. Tradução de Grupo de Desenvolvimento e Ritmos Biológicos – Departamento de Ciências Biológicas da USP. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- WEISS, M. L. **Psicopedagogia clínica: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar**. 14 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2016.

O PAPEL DO PSICOPEDAGOGO: CONTEXTOS, CONCEITOS E PERSPECTIVAS²⁶

Paula de Oliveira Silva do Nascimento²⁷

Francisco Leilson da Silva²⁸

Viviane Costa Fonseca de Almeida Medeiros²⁹

Mayara Ferreira de Farias³⁰

RESUMO

Este artigo objetivava investigar o importante papel do psicopedagogo, especificamente na área institucional. Compreende-se que tal investigação faz-se necessário, visto que há relatos de que os problemas de aprendizagem vêm sendo identificados de forma preocupante, tanto no âmbito escolar, como em outros segmentos também. Realizou-se uma revisão de literatura a partir de autores como Gonçalves (2007), Ramos (2007), Silva (2007), Klosouski e Reali (2008), Tormena (2010), Chaperman (2011), Lopes (2014) e Bossa (2019). Buscou-se, ao longo das leituras, compreender melhor o trabalho do psicopedagogo na instituição e a sua importância como agente facilitador no processo da aquisição do conhecimento. Os objetivos específicos eram: facilitar a comunicação entre as partes envolvidas no processo de ensino-aprendizagem; auxiliar no desenvolvimento docente; apresentar estratégias de trabalho para se obter um retorno significativo; incentivar a busca por materiais que ajude no desenvolvimento. Ao final, pode-se concluir que a Psicopedagogia focada no desenvolvimento da aprendizagem humana, contribui relevantemente para o desenvolvimento holístico do sujeito histórico.

Palavras-chave: Psicopedagogia. Psicopedagogo. Planejamento. Aprendizagem.

ABSTRACT

This article aimed to investigate the important role of the psychopedagogue, specifically in the institutional area. It is understood that such an investigation is necessary, since there are reports that learning problems have been identified in a worrying way, both at school and in other segments as well. A literature review was carried out from authors such as Gonçalves (2007), Ramos (2007), Silva (2007), Klosouski and Reali (2008), Tormena (2010), Chaperman (2011), Lopes (2014) and Bossa (2019). Throughout the readings, we sought to better understand the work of the psychopedagogue in the institution and its importance as a facilitating agent in the process of acquiring knowledge. The specific objectives were: to facilitate communication between the parties involved in the teaching-learning process; assist in teacher development; present work strategies to obtain a significant return; encourage the search for materials that help development. In the end, it can be concluded that Psychopedagogy focused on the development of human learning, contributes significantly to the holistic development of the historical subject.

Keywords: Psychopedagogy. Psychopedagogue. Planning. Learning.

²⁶ Artigo apresentado a Faculdade do Maciço de Baturité, como um dos pré-requisitos para obtenção do título em especialista em Psicopedagogia Institucional e Clínica.

²⁷ Especialista em Psicopedagogia Institucional e Clínica.

²⁸ Doutorando no Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem (Universidade Federal do Rio Grande do Norte). Professor na Secretaria Estadual de Educação e Cultura do Rio Grande do Norte. E-mail: psileilson@hotmail.com.

²⁹ Doutoranda em turismo pela UFRN. Professora efetiva do IFRN, Campus Canguaretama. E-mail: liramedeiros@yahoo.com.br.

³⁰ Doutoranda e Mestre em Turismo pela UFRN (PPGTUR). Especialista em Gestão Pública Municipal pela UFPA. Especialista em História e Cultura Afro-Brasileira e Africana/NCCE (UFRN). Especialista em Política de Promoção da Igualdade Racial (UNIAFRO) pela UFERSA. Graduada em Letras/Espanhol (IFRN). Bacharel em Turismo (UFRN). Atualmente, é avaliadora voluntária em oito periódicos com Qualis Capes. Email: mayaraferreiradefarias@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho buscou estudar sobre um tema importante e que encontra-se em evidência nos últimos tempos. Discorre-se, ao longo do debate neste artigo, sobre o desenvolvimento da prática psicopedagógica voltada principalmente para a área institucional.

Percebe-se que, atualmente, a procura pelo trabalho do psicopedagogo vem crescendo e sua prática tem se intensificado cada vez mais dentro e fora do contexto escolar. Por se tratar de um ramo que foca no desenvolvimento da aprendizagem humana, a Psicopedagogia vem sendo reconhecida e utilizada em vários segmentos profissionais, principalmente na área da educação, considerando que essa área fica encarregada de estruturar o indivíduo nos aspectos físico, psicológico, intelectual e social.

Acredita-se que o psicopedagogo contribua de forma relevante junto aos professores para que o processo de aprendizagem concretize-se cada vez mais no âmbito escolar. Diante disso, emergiu a curiosidade de se desenvolver um estudo para aprofundar o conhecimento e responder a uma questão: Como o psicopedagogo pode contribuir no processo do planejamento docente?

Ao longo da pesquisa realizada, pudemos constatar que o auxílio do psicopedagogo é fundamental para o corpo docente, uma vez que os problemas na aprendizagem vem se manifestando de forma preocupante a cada dia.

Pontuamos, ainda, que através das leituras efetuadas para a construção desse artigo, os objetivos preestabelecidos foram alcançados e fortalecidos no tocante a contribuição do psicopedagogo no planejamento docente, tais como: facilitar a comunicação entre as partes envolvidas no processo de ensino-aprendizagem; auxiliar no desenvolvimento docente; apresentar estratégias de trabalho para se obter um retorno significativo; incentivar a busca por materiais que ajude no desenvolvimento.

Focados na pesquisa relacionada no desenvolvimento da prática psicopedagógica, pudemos compreender como o psicopedagogo pode contribuir para o planejamento docente, que na verdade é o objetivo geral desse trabalho. Dessa forma, estaremos discorrendo sobre essa contribuição durante o desenvolvimento do mesmo.

Uma pesquisa bibliográfica foi efetuada para fortalecer o referencial teórico do artigo. Autores como Gonçalves (2007), Ramos (2007), Silva (2007), Klosowski e Reali (2008), Tormena (2010), Chaperman (2011), Lopes (2014) e Bossa (2019), foram fundamentais para estruturar uma resposta a problemática deste estudo mencionada acima.

Sendo assim, este Trabalho de Conclusão de Curso está dividido em três capítulos. No primeiro, apresenta-se a historicidade da Psicopedagogia, para que haja a compreensão do que trata essa área de estudo e os passos que foram percorridos até a situação atual. No segundo capítulo há uma apresentação do tema escolhido para o estudo por meio de tópicos que permeiam a discussão, onde além de conceituar o planejamento, discursamos sobre este processo na instituição escolar, que é de fundamental importância para regular as atividades docentes e administrativas. No terceiro, por sua vez, apresentamos a importância de incluir o psicopedagogo na elaboração do planejamento escolar, evidenciando as contribuições que este profissional pode trazer para a instituição de ensino e comunidade escolar como um todo.

Ao final da discussão do tema proposto, tecemos as nossas considerações finais e apresentamos as referências bibliográficas das obras e autores que forneceram o aporte teórico para elaboração desta pesquisa. Esperamos que este trabalho contribua de forma significativa para o crescimento de conhecimento dos colegas da área da Educação, em especial da área da Psicopedagogia.

A PSICOPEDAGOGIA NO BRASIL: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

A Psicopedagogia foi concebida diante da necessidade de se entender melhor o processo de aprendizagem, sabendo que o entedimento se produz no intelecto gerando saber, dessa forma ocorre a fusão de duas ciências, a Psicologia e a Pedagogia. Segundo Bossa (2019), “[...] neste sentido, enquanto produção do conhecimento científico, a Psicopedagogia, que nasceu da necessidade de uma melhor compreensão do processo de aprendizagem, não se basta como aplicação da Psicologia à Pedagogia”. A Psicopedagogia estudada e desenvolvida no Brasil tem sua práxis fortemente influenciada pela Psicopedagogia Argentina. Por volta do final dos anos 60 e início dos anos 70, a Psicopedagogia chega ao Brasil como um novo campo de atuação profissional e também como auxílio na identificação de problemas relacionados ao processo de aprendizagem e consequentemente o insucesso escolar.

Ao lançar luz sobre a historicidade da Psicopedagogia no Brasil, Gonçalves (2007, p. 21) afirma que:

No Brasil, por volta dos anos 70, alguns profissionais preocupados com os altos índices de evasão escolar e repetências, engajados no estudo das causas e intervenções dos problemas educacionais relacionados ao fracasso escolar trouxeram da França para a Argentina os aportes teóricos sobre a Psicopedagogia. Mais recentemente, isto é, desde 1980 até hoje, passamos a conceber o fracasso escolar também como problemas de “ensinagem”, e não somente de aprendizagem.

A Psicopedagogia desenvolve-se com a ajuda de outras ciências paralelamente, demonstrando assim um caráter de interdisciplinaridade que dialoga com outras áreas exploradas no processo de aprendizagem. Corroborando esta afirmação, Gonçalves (2007, p. 15) explica que:

Na realidade, a Psicopedagogia é uma área do conhecimento que se apoia nas diferentes Ciências, tais como a Pedagogia, Psicologia, Psicanálise, Neurologia, entre outras, integrando seus conhecimentos e princípios coerentes, tendo como finalidade adquirir uma melhor compreensão a respeito dos diversos processos inerentes a aprendizagem.

Toda essa conexão deve-se à complexidade que resulta de seu objeto de estudo: a aprendizagem humana.

Ao refletirmos sobre a Psicopedagogia no Brasil, devemos considerar de imediato os referenciais teóricos que respaldam a prática psicopedagógica desde o seu surgimento até a atualidade, pois é a partir deles que os profissionais da área estarão aptos a ampliar sua práxis. A expansão da Psicopedagogia e o seu enriquecimento provém justamente de estudos científicos e esforços de profissionais comprometidos com os bons resultados do processo de aprendizagem. Gonçalves (2007, p. 24) ressalta que “Falar da construção ou dos rumos da Psicopedagogia na Argentina e no Brasil é, primeiramente, reconhecer a contribuição dos profissionais, em especial, Jorge Visca, Alicia Fernandez, Sara Pain e Marina Muller”.

Consideramos a Psicopedagogia como uma área do conhecimento que se dedica ao diagnóstico, tratamento e prevenção das dificuldades no processo de aprendizagem, de forma clínica ou institucional, pois, como afirma Ramos (2007, p. 17), “A Psicopedagogia conta presentemente com duas fortes tendências de ação, sendo a de caráter clínico e a de caráter preventivo”. Dessa forma, o profissional da área de Psicopedagogia deve apropriar-se de conhecimentos teóricos para aperfeiçoar sua prática e assim contribuir para o desenvolvimento do seu público.

PLANEJAMENTO DOCENTE

Quando refletimos sobre a palavra planejamento, logo nos vem à memória a questão da idealização e organização de determinada atividade ou projeto que pretendemos executar. Esse planejamento se faz necessário, considerando que é através dele que, na maioria das vezes, o objetivo pode ser alcançado. Segundo Klosouski e Reali (2008, p. 2), “A ação de planejar faz parte da história do homem, pois, a vontade de transformar aspirações em realidade objetiva é uma preocupação que acompanha a maioria das pessoas”.

Percebe-se que a partir do pensar, e conseqüentemente do planejar, podemos desenvolver melhor as atividades do nosso cotidiano ou fora dele, sem que tornem-se atividades de cunho técnico e até mesmo desmotivacional. Podemos assim dizer que a ação de planejar faz parte da vida. Ao realizarmos qualquer tipo de planejamento, devemos seguir alguns critérios, para que o mesmo seja executado de forma como fora pensado e tenha como resultado o status de eficiência alcançado. Para isso contamos com uma boa organização, equilíbrio na sua construção e período de realização respeitado. Para Klosouski e Reali (2008, p. 2) “ O planejamento é um processo que exige sistematização, organização, decisão e previsão, e ele está inserido em vários setores da vida: faz planejamento urbano, econômico, familiar, habitacional, educacional”.

Quando bem elaborado, o planejamento torna-se para nós uma ferramenta que sempre estaremos utilizando e usufruindo na maioria das vezes de uma série de vantagens em nossa vida cotidiana, sabendo que quando planejamos, estamos exercitando o raciocínio, ou seja, pensando. Podemos considerar que, o planejamento significa anteciparmos mentalmente uma ação a ser realizada. Afirma Tormena (2010, p. 2) que “É nesse contexto que o planejamento surge como algo que precisa ser feito, como processo de racionalização, organização e coordenação”.

Nesse sentido, de se manter as atividades ou projetos em forma ordenada ou buscar o aperfeiçoamento, é que ressaltamos a importância de um planejamento metódico e executável. Em suma, o planejamento é essencial no nosso dia a dia para desenvolvermos as funções as quais somos direcionados e assim atingirmos as metas que foram propostas através do mesmo.

Sobre o planejamento docente também conhecido como planejamento de ensino, registramos sua importância e eficácia como ferramenta suporte de um valor significativo no processo de ensino-aprendizagem.

Esse planejamento é de responsabilidade do professor, orientado e respeitando as diretrizes previamente estabelecidas pela instituição de ensino que ele representa. Por isso sua construção não deve ser realizada de forma aleatória, mas o professor deve refletir e saber o pra quê e pra quem ele planeja.

O docente deve considerar que, desde a elaboração do planejamento até o momento da sua execução, além dele mesmo desenvolver sua prática e repassar conhecimento, ele deve ter em mente que o aprendiz é o principal personagem no processo onde se ocorre a aprendizagem, por isso deve fazê-lo com qualidade, com destreza. Klosouski e Reali (2008, p. 4), diz que:

Em se tratando da prática docente, faz-se necessário ainda mais desenvolver um planejamento. Neste caso o ensino tem como principal função garantir a coerência entre as atividades que o professor faz com seus alunos e, além disso, as aprendizagens que pretende proporcionar a eles. Então, pode-se dizer que a forma de planejar deve focar a relação entre o ensinar e o aprender.

O planejamento docente é que vai direcionar o exercício do professor, por isso devemos sempre refletir sobre a questão, embora pareça um assunto muito discutido e ao mesmo tempo desgastado. Uma previsão bem feita do que se pode desenvolver em sala de aula, contribui muito para a aprendizagem do aluno e esmera a prática pedagógica do profissional.

Atualmente, temos acompanhado de perto os mais variados públicos que as instituições de ensino tanto públicas como privadas tem recebido no seu contexto escolar, e diante dessa grande demanda, o fazer pedagógico através do planejamento docente tem contribuído de forma eficiente para o desempenho de todos. É lá que o processo de aprendizagem ocorre de forma ampla, e a mesma deve estar preparada, Tormena (2010, p. 6) enfatiza que “Para enfrentar os novos desafios diante das mudanças da sociedade atual, a escola deve ser questionada, analisada e conseqüentemente modificada”.

Toda ação pedagógica, deve ser guiada pelo planejamento preparado com antecedência, dentro das possibilidades de ambas as partes docente/discente, todavia vale salientar que a flexibilização necessita fazer parte do mesmo, garantindo o aprendizado diante de possíveis imprevistos.

Quando o professor preocupa-se verdadeiramente com o desempenho do aluno de forma holística através de sua intervenção, ele saberá elaborar seu planejamento e comprometer-se-á com a sua execução para que resulte em ações de qualidade e posteriormente alcance os objetivos almejados.

Sempre que possível, nós profissionais da área da educação podemos e devemos levantar a defesa em prol da elaboração e execução do planejamento de forma geral e em particular do planejamento docente, reconhecendo que a estruturação do mesmo além de uma ferramenta básica, constitui-se um meio facilitador de atividades educacionais, chegando a solucionar possíveis problemas que interfiram no processo de aprendizagem.

Nesse contexto, Lopes (2014, p. 25) afirma que “No final da década de sessenta, o planejamento aparece como a grande solução para os problemas como a falta de produtividade da educação escolar, passando a ser o instrumento que possibilitaria um avanço nesse sentido”.

Ressaltamos ainda, que a revisão e a atualização do planejamento docente deve ser uma constância mantida pelo professor que encontra-se atuante em sala de aula, para que a sua prática não torne-se obsoleta, despertando assim o desinteresse pelo aprender por parte do aluno. O ato de ensinar é uma missão desafiadora para o professor, considerando que existe variados grupos de pessoas e cada um com suas especificidades e necessidades. Ao referir-se sobre a importância do planejamento no ambiente escolar, servindo de ferramenta para professores e alunos, Lopes (2014) afirma que é necessário :

[...] que ele seja útil e funcional a quem se destina objetivamente, através de uma ação consciente, responsável e libertadora, desconsiderando a noção de planejamento como uma receita pronta, pois sabemos que cada sala de aula é uma realidade diferente, com problemas e soluções diferentes; cabe ao professor, em conjunto com os profissionais na área de educação pertencentes à escola, adaptar o seu planejamento, para que assegure o bom desenvolvimento a que se propõe, que é o de nortear as práticas docentes em sala de aula (LOPES, 2014, p. 29-30).

Para finalizar, acrescentamos que o planejamento docente tanto coopera para o desempenho positivo da prática pedagógica, como enriquece o aluno de conhecimentos e habilidades a serem usados e desenvolvidas dentro e fora do contexto escolar, atribuindo méritos a principal responsável pelo desenvolvimento humano na sua integralidade nas mais variadas áreas, a educação.

CONTRIBUIÇÕES DO PSICOPEDAGOGO NA INSTITUIÇÃO E NO PLANEJAMENTO DOCENTE

Recentemente, temos acompanhado o crescimento da Psicopedagogia nos diversos meios de desenvolvimento humano de forma considerável, dentro e fora das instituições de ensino em nosso país. O psicopedagogo vem contribuindo para que o progresso no processo de aprendizagem ocorra como deve ser ou pelo menos alcance boa parte do que se pretende, já que não depende apenas dele o êxito nessa conquista.

Com o passar do tempo, percebe-se que o psicopedagogo vem sendo cada vez mais requisitado para auxiliar os profissionais da área da educação, em especial professores, há contornarem e até mesmo reverterem possíveis problemas que interfiram no desenvolvimento do processo de aprendizagem. Nota-se ainda, a participação do psicopedagogo em outras áreas onde a presença de pessoas ou até mesmo grupos específicos se fazem necessário para o andamento das mesmas avançar. Destaca Silva (2007, p. 22) que:

Nos últimos anos, no Brasil, a Psicopedagogia vem conquistando seu espaço em todo contexto de aprendizagem, em atividades de pesquisa, na produção do referencial teórico, na área assistencial quando participa de equipes responsáveis pela elaboração, direção e acompanhamento de programas e projetos, no nível de organismos governamentais, além da atuação clínica e institucional.

A partir de agora, pegando uma carona nesse contexto de que o psicopedagogo trabalha de formas variadas nos mais diferentes ramos de trabalho, é necessário destacar como esse profissional realiza sua prática e as possíveis contribuições do psicopedagogo no que tange à prática institucional.

O psicopedagogo na instituição fica encarregado, no primeiro momento, de observar a fundo o público com que estará trabalhando em determinados momentos de sua carreira. Essa observação faz-se necessária para que o profissional crie e desenvolva seu guia de trabalho e, assim, concretize sua prática psicopedagógica.

É importante frisar, que deve-se considerar também todos os fatores numa abordagem que integra o processo de aprendizagem, inclusive os fatores de ordem psicológicas, pedagógicas, sócio-culturais e biológicas, pois durante o acompanhamento psicopedagógico o indivíduo é investigado e estimulado de forma integral, ou é o que se espera. Referindo-se, ainda, sobre as especificidades do olhar psicopedagógico na instituição escolar, Silva (2007, p. 25) expressa que:

Os psicopedagogos institucionais precisam, então, estar atentos a este complexo de aspectos que se manifestam de forma particular em cada indivíduo. Neste momento é preciso levar em conta a filosofia, os valores e a ideologia que exercem influência direta na construção da aprendizagem.

É fazendo um paralelo na atuação do psicopedagogo dentro da instituição, que fazemos menção da sua participação na elaboração do planejamento docente junto aos professores que estão em sala de aula, visto que a Psicopedagogia aparece no contexto escolar como elemento inovador agregado a prática pedagógica, com o caráter interdisciplinar dentro da área do conhecimento.

Assim, é com a ajuda do olhar psicopedagógico que o professor, auxiliado pelo psicopedagogo, poderá montar estratégias diferenciadas e educativas para seus alunos, enriquecendo seu planejamento e sua prática pedagógica, além de contribuir para a formação do sujeito em si.

Ao optar por ser um mediador do conhecimento, o professor deve conscientizar-se da sua responsabilidade e de sua importância no contexto educativo, dessa forma, a promoção de melhorias na metodologia pode e deve ocorrer para melhores resultados educacionais através do planejamento docente. Nessa perspectiva, o psicopedagogo contribui de forma relevante na instituição para essa tomada de consciência.

É extremamente relevante que o professor tome consciência do papel que o mesmo desempenha dentro da comunidade escolar. A esse respeito Chaperman (2011) afirma que:

Cabe ao psicopedagogo institucional ajudá-lo a perceber a importância de sua função e trabalhar na formação dos professores dentro da Instituição. O psicopedagogo poderá ajudar o educador a identificar as teorias que orientam seu trabalho, pois ao tomar consciência disso, ele se torna mais autônomo para planejar a sua prática, sabendo por que, para que e como ensinar (CHAPERMAN, 2011, p. 15).

O assessoramento psicopedagógico realizado junto ao professor, resultando no planejamento docente, torna-se uma ferramenta importante no que diz respeito ao processo de aprendizagem, tendo em vista que o psicopedagogo trabalha com o foco no desenvolvimento da aprendizagem humana. Além de identificar possíveis problemas que interferem no desenvolvimento da aprendizagem, o psicopedagogo coopera através de elementos facilitadores junto aos professores para uma aprendizagem significativa. Assim contribui através da sua intervenção e mediação, favorecendo o aprendizado.

Percebemos, assim, que a figura do psicopedagogo institucional simboliza uma ponte a ser utilizada de forma provisória ou permanente nos vários aspectos do desenvolvimento humano, visando estabelecer e facilitar a comunicação de todas as partes envolvidas no processo de aprendizagem.

Percebe-se, assim, que o psicopedagogo que atua em instituições educativas, ao empenhar-se no desenvolvimento do planejamento institucional junto a comunidade escolar, procura observar os princípios básicos da psicopedagogia institucional, que: “[...] tem um caráter essencialmente preventivo, no sentido de reconstruir processos, definir papéis, valorizando novos conhecimentos, novas formas de aprender, novas formas de avaliar o conhecimento, pessoas, papéis, processos, produtos e objetivos” (SILVA, 2007, p. 25).

Portanto, compreendemos que o trabalho do psicopedagogo institucional é importante e necessário no cenário escolar, para que haja uma melhor elaboração e desenvolvimento das atividades pedagógicas e através dessa parceria se obtenha êxito na etapa final do processo de ensino-aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES (NÃO) FINAIS

O estudo do desenvolvimento da prática psicopedagógica clínica ou institucional é um assunto que deve ser pesquisado e analisado de maneira ponderada pelos profissionais da área da educação, em especial da área da Psicopedagogia, considerando que essa prática está relacionada diretamente com o desenvolvimento da aprendizagem humana.

Entende-se que a atenção voltada para a área da Psicopedagogia dentro do contexto escolar e fora dele, ocorre pelo fato da demanda dos problemas relacionados a aprendizagem, terem ficados mais evidentes nos últimos anos. É dentro desse contexto que o trabalho do psicopedagogo institucional tem conquistado um espaço relevante e vem sendo reconhecido cada vez mais pela sua funcionalidade no tocante ao desempenho educacional de crianças, jovens e adultos de maneira geral.

Temos acompanhado que a função preventiva e assistencialista do psicopedagogo nas instituições de ensino e de outros segmentos, vem contribuindo significativamente para a melhoria de relacionamentos para a elaboração de meios que simplifiquem a metodologia a ser aplicada e oriente os envolvidos no processo de aprendizagem a alcançarem os objetivos preestabelecidos e almejados na aquisição do conhecimento.

Podemos perceber que as pesquisas realizadas durante esse estudo foram importantes para referenciar os objetivos preestabelecidos na construção dessa artigo, onde nos remete a figura do psicopedagogo como um facilitador no processo de aprendizagem e aquisição do conhecimento. Reconhecemos que, quanto mais estudos tivermos voltados para essa temática, mais contribuições teremos para aprofundamento teórico e desenvolveremos uma prática psicopedagógica melhor. Para isso, necessitamos de ir a busca por materiais para a evolução do conhecimento e/ou até mesmo sermos autores dele.

No presente momento, apesar de não desfrutarmos de um grande acervo de materiais que trate sobre esse tema em questão, investigamos e tratamos o mesmo de forma reflexível e verdadeira no que tange a sua funcionalidade no processo educativo e evolutivo do sujeito histórico. Portanto, esperamos que esse trabalho contribua para a compreensão do trabalho psicopedagógico na sua essência, institucionalmente falando, e desperte o interesse para a realização de novos estudos com foco nessa área tão recorrida no âmbito escolar.

REFERÊNCIAS

- BOSSA, N. A. **A psicopedagogia no Brasil**: contribuições a partir da prática. 5 ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2019.
- CHAPERMAN, M. C. L. **Ensinar, aprender e ser professor numa escola em construção**: construção da Psicopedagogia. Brasília: UnB, 2011.
- GONÇALVES, L. S. **Psicopedagogia**: formação, identidade e atuação profissional. Campinas: PUC, 2007.
- KLOSOUKI, S. S.; REALI, K. M. Planejamento de ensino como ferramenta básica do processo de ensino-aprendizagem. **UNICENTRO** - Revista Eletrônica, Guarapuava-PR, n. 5, 2008.
- LOPES, A. T. R. **A importância do planejamento para o sucesso escolar**. Redenção-CE: EAD, 2014.
- RAMOS, G. P. Psicopedagogia: aparando arestas pela história. **Vidya Rev. Elet.**, v. 27, n. 1, 2007.
- SILVA, C. P. **Psicopedagogia** – contribuições e desafios. Rio de Janeiro: UCM, 2007.
- TORMENA, A. A. **Planejamento**: a importância do plano de trabalho docente na prática pedagógica. Paranavaí-PR: [s.n.], 2010.